

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Gislene Lima dos Santos

**FAMÍLIA, GÊNERO E HOMOPARENTALIDADE
NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS
NORMATIVO-LEGAIS E PROFISSIONAIS**

**FAMÍLIA, GÊNERO E HOMOPARENTALIDADE NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: PERSPECTIVAS NORMATIVO-LEGAIS E PROFISSIONAIS**

Gislene Lima dos Santos

UMinho | 2017

outubro de 2017



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Gislene Lima dos Santos

**FAMÍLIA, GÊNERO E HOMOPARENTALIDADE
NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS
NORMATIVO-LEGAIS E PROFISSIONAIS**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Educação
Área de Especialização em Sociologia da Educação
e Políticas Educativas

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Fernando Ilídio Ferreira

outubro de 2017

DECLARAÇÃO

Nome: GISLENE LIMA DOS SANTOS

Endereço electrónico: tiagi2010@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 6D6D87328

Título da dissertação: FAMÍLIA, GÊNERO E HOMOPARENTALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS NORMATIVOS-LEGAIS E PROFISSIONAIS

Orientador: PROFESSOR DOUTOR FERNANDO ILIDIO FERREIRA

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, ESPECIALIDADE EM SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCATIVAS

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 31/10/2017.



GISLENE LIMA DOS SANTOS

*Dedico esta dissertação especialmente ao meu
companheiro Maurício Muniz dos Reis, por ter sido o
primeiro a me encorajar e acreditar no meu potencial,
contribuindo e corroborando fielmente, dia após dia
para a construção e conclusão deste trabalho. Essa
conquista também é sua, meu amor!*

AGRADECIMENTOS

Atrelado à minha decisão de realizar o mestrado em uma universidade fora do meu país de origem, surgiu o medo de não conseguir “*dar conta*” e a insegurança pelo “*novo mundo*”, que viria a conhecer em solo português. Ser estudante da Universidade do Minho foi a decisão mais assertiva e motivo de muito orgulho, pois estaria entre os melhores alunos e professores do mundo. Realizei esse sonho, incentivada desde o início, por familiares e amigos, que viam em mim um exemplo a seguir, admirada por minha trajetória de vida e vontade de vencer.

Dedico especialmente esse trabalho aos meus três pilares, meu marido, Mauricio Muniz dos Reis, minha filha, Manuella Lima dos Reis e minha mãe Maria Zélia de Lima, que acreditaram desde o início na minha capacidade de vencer os obstáculos. Foram meu porto seguro, os principais motivadores aos quais serei eternamente grata.

As primeiras pessoas que me acolheram em terras lusitanas recepcionaram, compartilharam dos meus sonhos, corroboraram para realizar a minha candidatura no Instituto de Educação e depositaram uma “*poção mágica*” de coragem, ao me deparar com situações de xenofobia, preconceito e discriminação em meus primeiros meses vivendo em Portugal. Encontrei apoio e força para que eu jamais desistisse e pudesse enfrentar as situações difíceis. O meu agradecimento ao Prof. Manuel Carlos Silva e a Aleksandra Queiroz.

Seguindo essa trajetória, fui presenteada pelos maravilhosos colegas de curso, com quem tive o prazer de dividir minhas angústias, conquistas e muitas alegrias no decorrer desse mestrado, pessoas especiais que levarei sempre em meu coração. A vocês meus “*companheiros de batalha*”, todo o meu carinho e respeito: Petterson Sousa, Filipa Maria, Tatiana Fischer e Manuela Rebelo de Oliveira.

Em meus primeiros meses acadêmicos, tive a nítida sensação de estar percorrendo um campo obscuro e repleto de incertezas, porém, tive a oportunidade de contar com uma equipa de professores competentes, que fez toda a diferença ao me ensinar como se deve caminhar na vida acadêmica. Obrigada aos professores Licínio Lima, Natália Fernandes, Leonor Torres, Maria José Casa Nova, Esmeraldina, Fátima Antunes e José Palhares.

Confiança e coragem são os sentimentos que recebi do meu querido orientador Prof. Fernando Ilídio Ferreira, que me pegou pela mão, acreditou em meu projeto e decidiu caminhar comigo até o final dessa pesquisa, minha eterna gratidão professor!

Nesse percurso, minhas mãos foram unindo-se a outras mãos que me encorajaram e se tornaram além de amigos, minha família brasileira fora do Brasil, minha gratidão à Maristela Mosca, que soube ser paciente e me ajudou a dar os meus primeiros passos, um dos mais difíceis na biblioteca do Instituto de Educação.

Da série, *“quem tem amigos, tem tudo”*, pude contar com a amizade, respeito e carinho dessa turma incrível que tornaram meus dias muito mais felizes, minha gratidão à Nanci Rebouças Franco, Carla Loureiro, Rita Marchi, Maristela Plitz, César Augusto, Tereza Daros, Marta Nogueira, Elineia Nogueira, Renísia Garcia Filice, Karla Dedes, Maria Cândida Sergio, Inez Carvalho, Andréa Lins, Alvaro Sá Vilaça, Núbia Pessoa e em especial, a Vagna Lima, que foi uma companhia importantíssima desde o meu retorno, pois contribuiu para a minha trajetória acadêmica mais leve e produtiva, pois quem divide a dificuldade, multiplica no conhecimento, diminui a angústia e soma sempre bons resultados. Somos todos filhos da UMinho!!!

Já em solo brasileiro, desde novembro 2016, pude contar com uma pessoa especial, que me auxiliou em diversos momentos e se apaixonou pelo meu tema. Todo meu respeito e admiração à Edênia Brito, que partilhou de seus conhecimentos e corroborou com o aprimoramento dessa pesquisa.

Foram inúmeros os cafés bebidos durante a madrugada em minhas trocas de informações, angústias, debates e conflitos sobre o gênero; encontrei apoio na colega Sílvia Ribeiro, pertencente ao grupo NEGRI – PUC/SP, em quem encontrei auxílio em muitos momentos de debate e troca de informações.

Em minha primeira apresentação do meu artigo na UFAL (Universidade Federal de Alagoas), pude contar com o apoio de pessoas queridas que somaram forças e contribuíram para colocar mais um *“tijolo”* em meu castelo acadêmico, ao Artur Nascimento, Sílvia Lapa Lobo, Henrique Amorim e Gabriel Sotaque.

Finalizo esse enredo, ressaltando a presença e participação de todos os professores que contribuíram na coleta de dados empíricos e tornaram essa pesquisa possível, em especial ao Sr. Clóvis e Sra. Elizabeth, pela confiança, credibilidade e respeito.

Por fim, a cada um aqui citado, minha eterna gratidão... A luta continua!

RESUMO

Os novos formatos de família construídos nessas últimas décadas, demandam para a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre as transformações da instituição familiar brasileira e suas relações no âmbito educacional. O objetivo geral desta investigação foi compreender e refletir a diversidade de arranjos familiares existentes, sobretudo, a homoparentalidade e as abordagens pedagógicas utilizadas pelos profissionais da educação infantil. São objetivos desta dissertação: problematizar e compreender as concepções tradicionais de família brasileira que historicamente estão vinculadas ao casamento como instituição e vínculo formal-legal; discutir a emergência crescente das novas formas de convivência, de relação social e de laço afetivo que incluem a união entre pessoas do mesmo sexo com possíveis relações de parentalidade, no que tange a convivência do casal e os filhos que constituem a família homoparental. Tendo em conta o contexto particular da Educação Infantil, a pesquisa teve por finalidade estudar as práticas pedagógicas e institucionais pautados pelos documentos oficiais, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista, amparados pelo eixo das relações de gênero, diversidade e o modo como os professores da Educação Infantil abordam o fenômeno da homoparentalidade face ao tradicional conceito hegemônico de família. A pesquisa empírica, foi realizada com 18 professoras da rede pública Municipal de São Paulo, que permitiu concluir a existência de muitas dúvidas e incertezas relacionadas a esses novos arranjos familiares, embora tenha sido possível observar uma nova concepção no sentido de aceitar a homoparentalidade. A pesquisa concluiu que há a necessidade de discussão ampla no sentido de esclarecer e quebrar paradigmas enraizados na nossa sociedade, pois mesmo que a pesquisa tenha apontado para uma aceitação acerca dos novos arranjos familiares, ainda constatou a existência de muito preconceito com relação a esse fenômeno.

Palavras chaves: Família; Homoparentalidade; Gênero; Educação Infantil.

ABSTRACT

The new family formats built in the last decades, demand for the need for an in - depth reflection on the transformations of the Brazilian family institution and its relations in the educational scope. The general objective of this research was to understand and reflect the diversity of existing family arrangements, above all, the homoparentality and the pedagogical approaches used by the children's education professionals. The objectives of this dissertation are: to problematize and understand the traditional conceptions of Brazilian family that historically are linked to marriage as an institution and formal-legal bond; to discuss the increasing emergence of new forms of coexistence, of social relation and affective bond that include the union between same sex with possible relations of parenthood, regarding the coexistence of the couple and the children who constitute the homoparental family. Taking into account the particular context of Early Childhood Education, the research aimed to study the pedagogical and institutional practices guided by official documents, such as: the National Guidelines and Bases Law, the National Curricular Common Base, the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education and the Indicators of Quality of Early Childhood Education, supported by the axis of gender relations, diversity and the way in which the teachers of Early Childhood Education approach the phenomenon of homoparentality in face of the traditional hegemonic concept of family. The empirical research was carried out with 18 teachers from the public network of Municipality of São Paulo, which allowed to conclude the existence of many doubts and uncertainties related to these new family arrangements, although it was possible to observe a new conception in the sense of accepting homoparentality. The research concluded that there is a need for a broad discussion in order to clarify and break down paradigms rooted in our society, because even if the research pointed to an acceptance about the new family arrangements, still found the existence of much prejudice in relation to this phenomenon.

Key words: Family; LGBT Parenting; Genre; Child education.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NAS CONCEÇÕES E NAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES.....	14
1.1 DISCUTINDO O CONCEITO DE FAMÍLIA.....	14
1.2 GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE NO DEBATE SOCIOLÓGICO	18
1.3 PARENTALIDADE E HOMOPARENTALIDADE	22
1.4 LEGISLAÇÃO DO CASAMENTO E ADOÇÃO HOMOPARENTAL	26
CAPÍTULO II – O GÊNERO NA RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA.....	29
2.1 GÊNERO	29
2.2 A FAMÍLIA E O GÊNERO NA ESCOLA	34
2.3 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE GÊNERO, DIVERSIDADE E FAMÍLIA	36
CAPÍTULO III - METODOLOGIA.....	44
3.1 CONTEXTO DA PESQUISA	44
3.2 O CAMPO INVESTIGADO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	50
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	52
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS POR EIXO	90
4.1.1 FAMÍLIA E ESCOLA.....	91
4.1.2 HOMOPARENTALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA DAS CRIANÇAS.....	92
4.1.3 DISCRIMINAÇÃO X IGUALDADE.....	93
4.1.4 ORIENTAÇÕES LEGAIS E PEDAGÓGICAS PARA ABORDAGEM DO GÊNERO E DA HOMOPARENTALIDADE.....	94
4.1.5 A PRESENÇA/ AUSÊNCIA DA DIVERSIDADE SOBRE O GÊNERO	95
4.1.6 OS (DES) INTERESSES DOS PROFESSORES PELA ABORDAGEM DO GÊNERO NA ESCOLA	96
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES.....	108

SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CEI – Centro de Educação Infantil (Creche)
CF – Constituição Federal
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EI – Educação Infantil
EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil
STF – Supremo Tribunal Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILGA – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgênero
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases Nacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
LGBTB – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgênero
MEC - Ministério da Educação
PEA - Projeto de Especial de Ação
PCN – Parâmetro Curricular Nacional
PME - Plano Municipal de Educação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP - Projeto Político Pedagógico
SME – Secretaria Municipal de Educação

INTRODUÇÃO

Em muitos países ocidentais, as transformações e conquistas em torno dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers e pessoas intersex (LGBTQI), acarretaram mudanças significativas, entre elas, no contexto da família tradicional hegemônica, pois contribuíram para o surgimento de novos arranjos familiares e a legitimação da família homoparental. Assim, enveredamos essa pesquisa ancorada em perspectivas sociológicas e teóricas que abordam os processos de transformação da instituição familiar vivida nos dias atuais.

No Brasil, essas transformações foram evidenciadas através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que constatou através do Censo 2010, a existência de aproximadamente 60 mil conjugês homossexuais, sendo São Paulo o Estado brasileiro com o maior número de casamentos homoafetivos, registrando mais de 14.680 uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, em sua maioria mulheres (53%) em 2016. Além da relevância das estatísticas, o interesse por pesquisar a questão da homoparentalidade também teve a ver com o fenômeno midiático de 2015 (*Escola Sem Partido*), na qual permeavam discussões entre a população, sendo essas, pais, alunos e professores, sobre a inclusão da abordagem de gênero e sexualidade no conteúdo disciplinar da Educação Básica Brasileira, na qual também se insere a Educação Infantil. Outro fator, ainda, foi o interesse e curiosidade pela família homoparental, sobretudo, para compreender como os professores da Educação Infantil lidam com essa questão dos novos arranjos familiares no cotidiano e em suas atividades pedagógicas, relacionada à abordagem curricular do tema “família”.

Optei por realizar esta pesquisa no Brasil, pois era aí, mais concretamente em São Paulo, onde conhecia melhor o fenômeno e também os contextos onde podia investigar a questão da homoparentalidade. Ao longo dos tempos, percorremos um longo caminho de lutas, avanços e retrocessos, em relação às questões da família, pois hoje nos deparamos com um cenário social divergente do modelo de família hegemônica dos séculos passados, marcado pelas transformações sociais, dando ênfase ao surgimento de novos arranjos familiares que estão sendo incorporados pela sociedade e, particularmente, no âmbito da instituição educacional. O movimento feminista foi um dos grandes responsáveis por essa mudança, uma vez que deu uma contribuição decisiva para a libertação social da mulher, quebrando o enraizado paradigma patriarcal.

Deste modo, alavanco esse embate compreendendo a conjuntura de características acerca das significações em torno da família, os ensejos e os caminhos que foram percorridos para a constituição da instituição familiar nas sociedades contemporâneas. As evidências que transpõem o surgimento dos novos arranjos familiares estão diretamente ligadas às relações de gênero e ao modo como o espaço feminino foi ganhando poder ao romper barreiras impostas pelo ideal hegemônico. De modo a transparecer na instituição familiar, o modelo igualitário, capaz de inverter responsabilidades e direitos, antes presentes e simbolicamente apenas no universo masculino.

Segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), as mulheres representam 51,03% e os homens 48,97% da população, totalizando 190,7 milhões de brasileiros. Contudo, o Censo 2010 mostra que houve um aumento de famílias tendo a mulher como responsável (de 22,2% para 37,3%) (IBGE, 2010). Com base nesses dados oficiais, podemos perceber que a presença feminina foi fator importante para contribuição das mudanças no parâmetro da sociedade brasileira. Os motivos são os mais diversos, entre eles: a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, a disseminação de métodos contraceptivos, o aumento da escolaridade feminina, a redução da fecundidade, o crescente número de divórcios, a postergação da nupcialidade, entre outros. Porém, mesmo sendo maioria, as desigualdades e preconceitos originados pelo patriarcado, se fazem presentes na violência simbólica legitimada, principalmente no que norteiam os paradigmas econômicos e sociais, sendo essenciais a compreensão dos novos conceitos relacionado as mudanças na dinâmica da família e brasileira.

A pesquisa realizada objetivou estudar as transformações da família, o surgimento dos novos arranjos familiares, com foco na homoparentalidade e as relações de gênero na Educação Infantil. O estudo problematizou as concepções tradicionais e hegemônicas da família brasileira, as quais, na grande maioria, são tradicionalmente vinculadas ao casamento como instituição e vínculo formal-legal. Além disso, o trabalho discutiu a emergência de se procurar novas formas de convivência, de relação social e de laço afetivo que incluem a união entre pessoas do mesmo sexo com possíveis relações de parentalidade, no que tange a convivência do casal e os filhos que constituem a família homoparental.

As transformações dos arranjos familiares na sociedade causam impactos no âmbito educacional e pedagógico, principalmente relacionado aos educadores que as conduzirão de maneira temática, em suas atividades educativas, ao abordar o conceito “família”. Nas escolas

da Educação Infantil brasileira é comum trabalhar o eixo de família na perspectiva das datas comemorativas, ou mesmo, impetrar que as crianças apresentem ou representem suas famílias. Sendo assim, meu principal questionamento surge partindo do pressuposto da compreensão desses professores sobre o nível de conhecimento pedagógico e jurídico-legislativo relacionado a essa diversidade familiar e como os mesmos estão praticando essas questões em sala de aula. Para tal embasamento das legislações, utilizei como aporte quatro documentos oficiais, sendo eles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, que contribuirão na compreensão da abordagem relacionado ao eixo de gênero, diversidade e a participação da família na escola. Na vertente teórico-conceitual, a dissertação discute conceitos como gênero, sexo, sexualidade, parentalidade e homoparentalidade, de modo a embasar a pesquisa empírica desenvolvida com um grupo de educadoras da Educação Infantil.

São objetivos da pesquisa: i) problematizar e compreender as concepções tradicionais de família brasileira que historicamente estão vinculadas ao casamento como instituição e vínculo formal-legal; ii) discutir a emergência crescente das novas formas de convivência, de relação social e de laço afetivo que incluem a união entre pessoas do mesmo sexo com possíveis relações de parentalidade, no que tange a convivência do casal e os filhos que constituem a família homoparental; analisar documentos de natureza normativo-legal, tais como a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, amparados pelo eixo das relações de gênero, diversidade; e conhecer as práticas pedagógicas de professores da Educação Infantil, especialmente, aliadas às suas percepções sobre as questões da homoparentalidade e o modo como lidam com elas no cotidiano profissional, face ao tradicional e ainda muito enraizado conceito de família.

Assim, o trabalho é composto por um capítulo de natureza teórica e conceitual, mas que aborda, também, o quadro normativo legal relativo à questão em estudo; um capítulo metodológico; e uma parte dedicada à apresentação, análise e discussão dos resultados do questionário. Os resultados do estudo mostram que em linhas gerais ainda há muitas dúvidas e incertezas no contexto dos novos arranjos familiares, no entanto, foi possível observar que já existe uma nova concepção no sentido de aceitar tais arranjos familiares. A pesquisa concluiu que há a necessidade de discussão ampla no sentido de esclarecer e quebrar paradigmas

enraizados na nossa sociedade, pois mesmo que a pesquisa tenha apontado para uma aceitação acerca dos arranjos familiares, ainda constatou que há muito preconceito com relação a homoparentalidade. Espero que esta pesquisa possa contribuir para futuras investigações, visto que esta será uma das pioneiras na Universidade do Minho a elucidar a temática da homoparentalidade numa perspetiva sociológica, relacionando-a com questões de género na Educação Infantil.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NAS CONCEPÇÕES E CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Neste capítulo abordo a instituição familiar em suas diversas facetas, percorrendo desde o significado dos termos, às estruturas em torno da corporeidade e aos pilares em torno do gênero, que foram fundamentais para compreender a conquista do espaço social feminino e corroboraram para a mudança das famílias e o surgimento dos novos arranjos familiares. Essa abordagem abarcará fatos históricos, citados pelas conquistas de direitos, lutas, preconceitos e encaixos em torno da parentalidade legítima frente aos discursos heteronormativos, dando ênfase à homoparentalidade.

1.1 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE FAMÍLIA

A família pode ser definida como um grupo caracterizado pela residência comum, cooperação de adultos de ambos os sexos e dos filhos que eles geraram ou adotaram (Dicionário da Sociologia, 1990). Tendencialmente, quando pensamos sobre o significado da palavra "família", temos em mente, mesmo que de forma subliminar, uma resposta pré-formatada, partindo da nossa própria realidade ou experiências de vida, mas afinal quais seriam as definições do termo família. Tradicionalmente, a família consiste num grupo socialmente marcado por, pelo menos, três aspectos importantes:

"1) Tem a sua origem no casamento. 2) É composto por marido, mulher e filhos (as) nascido de casamento, embora seja possível que outros parentes encontrem o seu lugar perto do grupo nuclear. 3) Os membros da família estão unidos entre si por: a) Laços jurídicos; b) direitos, Obrigações de natureza econômica, religiosa e outras; c) Necessidade de direitos e proibições diversificadas, além de um conjunto variável de sentimentos como o amor, carinho, respeito, medo, etc". (LEVI-STRAUSS, 1983.p. 76).

No entanto, tal como a conhecemos hoje em dia no Ocidente, a família conjugal dita "nuclear" ou "restrita", assente no núcleo pai-mãe-filho(s), é fruto de uma longa evolução, desde a família dita "tradicional", servindo acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio, sendo frequentemente constituídos para fazer arranjos econômicos; passando pela família dita "moderna", fundada no amor romântico, reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por

intermédio do casamento (ROUDINESCO, 2003), até à multiplicidade de configurações que foi adquirindo, sobretudo a partir dos anos 1960/70.

Giddens (2008) relaciona o conceito a diversos fatores e mudanças sociais:

“A família é o ponto de encontro de um conjunto de processos que afetam globalmente a sociedade – o aumento crescente da igualdade entre os sexos, a entrada generalizada da mulher no mercado de trabalho, as mudanças nos comportamentos sexuais e nas expectativas, e a relação em mudança entre casa e trabalho”. (GIDDENS, 2008, p. 179).

Como refere este sociólogo “...a grande diversidade de famílias e formas de agregados familiares tornou-se um traço distintivo da época atual”. (GIDDENS, 2008, p. 174).

“Parentesco, família e casamento são termos estreitamente relacionados e de grande significado para a sociologia e antropologia. É necessário tentar reconciliar a liberdade individual que a maioria de nós aprendeu a valorizar na vida pessoal com a necessidade de construir relações estáveis e duradouras com outras pessoas”. (GIDDENS, 2008, p.199).

Grossi (2003) faz uma observação no que se refere à mudança na nomenclatura de parentesco para família, sobretudo utilizada para relacionar pesquisas do perímetro urbano em camadas médias e populares. Segundo a autora:

“A dominação fala do lugar das pessoas no sistema de parentesco, portanto, de seu lugar social em uma dada cultura. Aprendemos como antropólogos a prestar atenção nas categorias nativas para definir os parentes: pai, mãe, filho, filha, nora, genro, avó, avó, tio, tia, sobrinho, sobrinha”. (GROSSI, 2003, p. 277).

As instituições familiares vêm percorrendo caminhos historicamente marcados pelos ensejos sociais, em torno da conquista do espaço feminino nas últimas décadas, no qual a mulher começa a assumir e sobrepor responsabilidades e direitos, que antes eram destacados, em sua maioria, pelo homem. No passado, entre as funções do marido incluía-se a responsabilidade por assegurar o bom comportamento dos membros do grupo familiar

(mulheres e crianças), sendo perante a sociedade o único com direito absoluto de exercer a punição e o julgamento, praticando a autoridade plena. (BADINTER, 1991).

Esse modelo, que encarava a mulher como escrava, perdurou durante muitos séculos. O cristianismo, que passou a encarar a mulher como “companheira” e não como escrava, “...fortaleceu o companheirismo e, portanto, a igualdade entre os cônjuges e fez do casamento uma instituição divina. Isso acabou com o poder exorbitante do marido, a sua capacidade de repudiar mulheres e poligamia” (BADINTER, 1991, p.18). Contudo, observamos esse tipo de comportamento em alguns homens nos dias de hoje, que ainda têm sua esposa como uma propriedade e mesmo amparadas por leis e direitos que protegem a mulher, muitas se submetem a dominação do seu marido.

Como refere Giddens “O movimento feminista teve um grande impacto na sociologia ao contestar a visão da família como um espaço harmonioso e igualitário”. (GIDDENS, 2008, p.177). Roudinesco (2003) acrescenta que “...não basta, portanto, definir a família de um simples ponto de vista antropológico; é preciso também saber qual a sua história e como se deram as mudanças que caracterizam a desordem de que parece atingida na atualidade”. (ROUDINESCO, 2003, p.12).

Zambrano (2008) faz uma referência às variações da família, definindo-a à luz de variações temporais – a família da Grécia antiga, a medieval e a ocidental moderna – de variações espaciais – famílias poligâmicas dos mórmons norte-americanos, famílias em sociedade simples como em diferentes tribos africanas – e de variações em uma mesma época e local – famílias recompostas, monoparentais, adotivas e homoparentais. (ZAMBRANO, 2008).

Podemos pensar ainda na família associada ao sentimento vivenciado por cada ser humano, baseado em suas próprias experiências, porém, quando questionamos sobre os impactos causado pelas transformações sociais, percebemos o quanto o gênero foi responsável por essas mudanças, no que tange sobretudo, ao espaço social conquistado pela mulher, suas lutas, conquistas, preconceitos e discriminações. Sobre estas transformações sociais, Goldani (1994) afirma que:

“... As explicações mais comuns para as mudanças nas estruturas familiares nos anos 80 sobressai a crescente e marcante presença das mulheres brasileiras nos espaços públicos nas últimas décadas acompanhada pelas discussões sobre feminismo, trabalho, desigualdades e direito da mulher” (GOLDANI, 1994, p.8).

Essas mudanças vieram acompanhadas pela democratização da Constituição Brasileira de 1988, abrindo um leque de perspectivas, no que diz respeito à participação política de diferentes fragmentos sociais e às conquistas constitucionais.

A família hegemônica tradicional, constituída socialmente pela união entre um homem e uma mulher, passou por diversas transformações, tornando notória a existência de muitos tabus e preconceitos em torno da diversidade de arranjos familiares, principalmente no que diz respeito à família homoparental.

Presente em qualquer tipo de sociedade, com fortes influências da cultura e da religião, a família tornou-se a mais “natural” entre as instituições e, como tal, considerada imutável. Porém, na atualidade assiste-se a um crescente entendimento da família como uma construção social e histórica e, como tal, sujeita a mutações. A principal destas mutações corresponde à passagem de uma concepção essencialista de família para uma concepção aberta e plural:

“Finalmente, a família tem hoje uma geometria variável, conjugal, “clássica”, monoparental, recomposta, homossexual. Seus contornos são múltiplos e eventualmente se movem por alianças eletivas. O que permanece é a força das relações de parentesco na sociedade moderna”. (GROSSI, 2003, p.280).

Essas transformações são evidenciadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Censo 2010, que investigou algumas características das uniões entre cônjuges do mesmo sexo e algumas especificidades que julgo relevantes para essa pesquisa. Em relação ao nível educacional, 25,8% das pessoas envolvidas em uniões com cônjuges do mesmo sexo declararam possuir superior completo. Em termos de opção religiosa, houve predominância de pessoas católicas (47,4%), seguida por pessoas sem religião (20,4%). O estado civil preponderante foi denominado como solteiros (81,6%), e 99,6% viviam em união consensual. Mais da metade dessas uniões se encontrava na região Sudeste (52,6%).

Diante desses dados, destacamos, para além do modelo tradicional de família hegemônica, outros três tipos de arranjos familiares, como: a família monoparental (formada apenas por uma mãe ou um pai e filhos), a família reconstituída (formada pela união de pais ou mães separadas/ divorciadas com filhos de casamentos anteriores e/ou atuais) e a família homoparental (formada por dois pais ou duas mães e filhos).

As transformações no formato das famílias tem sido pauta de estudo e discussões, durante décadas. Em relação a essas mudanças, Torres (2001) relata o atraso da sociedade

portuguesa em relação aos outros países da Europa, que ocorreram desde os anos 1960 até o final do século XX. A autora destaca a ruptura de paradigmas a partir dos anos 1970, passando a mulher a ser vista de uma outra forma, ganhando força no discurso feminista e principalmente na transição da imagem de mulher-natureza, marcada pelas funções biológicas e destino específico, para a imagem da mulher-indivíduo.

Ressaltando que as mudanças de valores e de comportamento também foram fatores essenciais para essa transição, além das manifestações e reivindicações feministas, o aumento de divórcios e a diminuição dos casamentos e da natalidade, corroboraram para essa transição. O espaço conquistado pela mulher na sociedade brasileira também foi destaque no último Censo 2010, realizado pelo IBGE, ao justificar o crescimento das famílias e parentesco entre 2000 e 2010. Verificou-se um crescimento na percentagem de pessoas morando sozinhas, que passou de 9,2% para 12,1%. Também houve um aumento de famílias tendo a mulher como responsável (de 22,2% para 37,3%).

Em suma, segundo Roudinesco (2003), destacam-se três períodos relativamente distintos da evolução do conceito de família. Do século XVI ao XVIII consolidou-se a família conjugal dita "nuclear" ou "restrita", composta pelo núcleo pai-mãe-filho (s). Esta forma tradicional de família serviu vários fins, sobretudo assegurar a transmissão de um patrimônio. Como explica a autora, nesta primeira fase a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino (Roudinesco, 2003). Numa segunda fase, a família dita "moderna" é fundada no amor romântico, reciprocidade dos sentimentos e desejos carnis por intermédio do casamento, valorizando também a divisão do trabalho entre os esposos e fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação compete assegurar. Numa terceira fase, que a autora situa a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita "contemporânea" — ou "pós-moderna" — que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. A transmissão da autoridade vai se tornando então cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam" (ROUDINESCO,2003, p.18-19).

Esta análise do conceito de família permite compreender o seu caráter polissêmico, bem como a sua evolução em função de fatores sociais, históricos e culturais. Torna-se claro que a discussão não pode cingir-se à definição de família considerando apenas a sua relação com as noções de casamento, parentesco, patrimônio, etc. Há noções que tendem a ser evacuadas da

discussão sobre o conceito de família, como corpo, sexualidade e afetividade, embora elas sejam extremamente relevantes para a compreensão das transformações sociais operadas nas concepções de família. O que está em causa, sobretudo, é a relação íntima do Homem com o mundo.

Sendo assim, essa investigação busca compreender e refletir sobre o conceito de família, suas transformações acerca dos novos arranjos familiares existentes, dando ênfase à homoparentalidade, as abordagens pedagógicas e como os professores da educação infantil percebem os efeitos dessas concepções e percepções de família no espaço escolar.

1.2. GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE NO DEBATE SOCIOLOGICO

Em termos meramente descritivos, gênero constitui apenas um conceito relacionado ao estudo de aspetos relativos às mulheres, no entanto, o conceito, as diferenças e as relações de gênero são questões complexas, estando fortemente relacionado às relações de poder, às exclusões e às desigualdades sociais. Apesar de a definição de gênero não ser consensual, há uma tendência que converge no entendimento do gênero como um processo socialmente construído para representar o masculino e o feminino, de acordo com os valores que a sociedade visa manter.

“falar em gênero implica *a priori* discorrer sobre uma identidade de gênero, a qual diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres no contexto social”. (MIRANDA & SCHIMANSKI, 2014, p. 67).

A sociologia do gênero constitui, hoje, um dos maiores sub-campos dentro da Sociologia, fornecendo um vasto conjunto de perspectivas teóricas e de pesquisas empíricas que interrogam criticamente a construção social do gênero, ou seja, como o gênero interage com outras forças sociais na sociedade e como se relaciona com a estrutura social global. (CHAFETZ, 2006; HOLMES, 2007; WHARTON, 2009; SCHOUTEN, 2011). As questões estudadas pelos sociólogos deste subcampo vão desde a identidade, a interação social, o poder e a opressão até à interação

do gênero com outras categorias sociais, como raça, classe, cultura, religião, sexualidade, entre outras.

A terminologia “sexo masculino/sexo feminino” e “homem/mulher” relaciona-se a dois conceitos muito diferentes: sexo e gênero. O primeiro, o sexo, é comumente entendido como uma categorização biológica baseada em órgãos reprodutivos. Tem a ver, portanto, com os traços biológicos que as sociedades usam para atribuir as pessoas à categoria masculina ou feminina, com o foco em cromossomos, genitais ou em alguma outra atribuição física. Quando as pessoas falam sobre as diferenças entre homens e mulheres, muitas vezes se baseiam no sexo - em ideias rígidas de biologia - em vez de gênero, o que é uma compreensão de como a sociedade molda nossa compreensão dessas categorias biológicas. Como refere Schouten (2011), existem diversas formas de ser homem ou mulher, pelo que devemos questionar a pertinência absoluta dessa dicotomia. Embora a maioria das pessoas se enquadre nas categorias de homens e mulheres, algumas nascem com órgãos sexuais que não se encaixam claramente em nenhuma dessas categorias.

De qualquer forma, enquanto o sexo está sobretudo relacionado a uma classificação biológica baseada em partes do corpo, o gênero relaciona-se a uma classificação social baseada na identidade de alguém, na apresentação do eu, no comportamento e na interação com os outros. Assim, os sociólogos vêem geralmente o gênero como um comportamento aprendido e uma identidade culturalmente produzida representando, como tal, uma categoria social.

O gênero é, portanto, mais fluido, podendo ou não depender de traços biológicos. É um conceito que descreve como as sociedades gerem e determinam as categorias sexuais; os significados culturais inerentes aos papéis dos homens e das mulheres; e como os indivíduos compreendem suas identidades, incluindo, mas não limitado a ser um homem, mulher, transgênero e outras posições de gênero. O gênero envolve normas sociais, atitudes e atividades que a sociedade considera mais apropriadas a um sexo do que a outro. Neste sentido, o gênero também é determinado pelo que um indivíduo sente e faz.

A sociologia do gênero examina, por exemplo, como a sociedade influencia nossos entendimentos e percepção sobre as diferenças entre masculinidade (o que a sociedade considera apropriada para um "homem") e a feminilidade (o que a sociedade considera apropriada para uma "mulher") e, por sua vez, o modo como isso influencia a identidade e as práticas sociais, que estão muito relacionadas a relações de poder e dominação.

Já a sexualidade corresponde essencialmente a atração sexual, práticas sexuais e identidade. Tal como o sexo e o gênero nem sempre se alinham, o mesmo acontece com o gênero e a sexualidade. Historicamente, os papéis sexuais alinhavam-se com as tarefas e funções percebidas como adequadas à masculinidade versus feminilidade. Esses papéis convergiram em muitas culturas (embora não em todas) devido a práticas coloniais e também à industrialização. Antes da revolução industrial, quando homens e mulheres trabalhavam juntos nas fazendas, fazendo tarefas similares, não estava tão vincada essa diferença de papéis.

A desigualdade de gênero é, pois, um produto da modernidade. Não é que a desigualdade não existisse antes, mas a desigualdade na vida familiar não era tão pronunciada. Todavia, o gênero e a sexualidade não são apenas identidades pessoais; são identidades sociais. Eles surgem de nossos relacionamentos com outras pessoas e dependem da interação social e do reconhecimento social. Ambos são socialmente construídos, influenciando a forma como nos entendemos em relação aos outros.

A sociologia de gênero inclui diferentes teorias sobre gênero e o modo como se relaciona com outros aspectos da sociedade. Nos meados do século XX, os teóricos funcionalistas argumentaram que os homens desempenhavam papéis instrumentais na sociedade, enquanto as mulheres preenchiam papéis expressivos, funcionando em benefício da sociedade. Consideravam a divisão de trabalho de gênero como importante e necessária para o bom funcionamento de uma sociedade moderna. Além disso, essa perspectiva teórica sugere que nossa socialização em papéis prescritos gera desigualdade de gênero incentivando homens e mulheres a fazer escolhas diferentes relativamente à família e ao trabalho. Atualmente, a maioria dos sociólogos veem a teoria funcionalista como desatualizada e até sexista, sabendo-se hoje, por exemplo, que a diferença salarial é influenciada por preconceitos de gênero profundamente arraigados e não por escolhas que os homens e as mulheres fazem no que respeita ao equilíbrio entre a família e o trabalho.

Uma abordagem contemporânea na sociologia do gênero é influenciada pela teoria interacionista simbólica, que se concentra nas interações cotidianas de nível micro que produzem e desafiam a noção de gênero conforme a conhecemos. O gênero é algo que é produzido através da interação entre pessoas e, como tal, é uma realização internacional e mutável.

As perspectivas inspiradas na teoria do conflito se concentram em como o gênero e os pressupostos e os preconceitos sobre as diferenças de gênero levam ao empoderamento dos

homens, à opressão das mulheres e à desigualdade estrutural das mulheres em relação aos homens. A dinâmica do poder de gênero é vista como incorporada na estrutura social, e assim manifestada em todos os aspectos de uma sociedade patriarcal. Por exemplo, a partir deste ponto de vista, torna-se claro que as desigualdades salariais que existem entre homens e mulheres resultam essencialmente da divisão sexual do trabalho e da dominação masculina tanto no mundo do trabalho como noutros setores.

As teorias feministas se concentram nas forças estruturais, valores, visões do mundo e normas, assim como comportamentos cotidianos, que criam desigualdade e injustiça com base no gênero. No entanto, também se concentram no modo como essas forças sociais podem ser mudadas para criar uma sociedade justa e igualitária, sem discriminações baseadas no gênero.

O feminismo contemporâneo criticou a oposição binária entre homens e mulheres, argumentando que todos os aspectos do sexo e do gênero são, de fato, escalas deslizantes em vez de opostos. Numa análise crítica sobre os dualismos criados acerca de sexo e gênero, Fausto-Sterling (2001) admite que ocorreram muitas mudanças sociais positivas, sobretudo a partir dos anos 1970, porém, considera que o otimismo gerado nesse período, com base na crença de que as mulheres alcançariam a igualdade social e econômica completa quando a desigualdade de gênero fosse enfrentada na esfera social, não se verificou na realidade. Segundo a autora, isso levou as acadêmicas feministas, de um lado, a questionarem a própria noção de sexo e, de outro, a aprofundarem suas investigações do que queremos dizer com palavras como gênero, cultura e experiência. No entanto, citando Moore, argumenta que “o que está em questão é a natureza corporificada das identidades e da experiência. A experiência... não é individual e fixa, mas irredutivelmente social e processual” (FAUSTO-STERLING, 2001).

1.3. PARENTALIDADE E HOMOPARENTALIDADE

Antes de iniciar uma abordagem sobre a parentalidade é importante compreendermos quais seriam as definições de parentesco e casamento, pois ambas estão relacionadas ao contexto da família.

Giddens (2008) define parentesco como “...relações entre indivíduos estabelecidos através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos ou filhas, avós, etc) e casamento “... definido como uma união

sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aprovada socialmente (GIDDENS, 2008, p. 175).

Na visão de Zambrano (2008), a parentalidade é tida como os cuidados implicados em torno do parentesco sendo "...o parentesco o "lugar" onde o sujeito se situa em relação a uma genealogia; a filiação é o "reconhecimento pela lei social" desse lugar e a parentalidade é o "exercício cotidiano" de criação e cuidados desse indivíduo" (ZAMBRANO, 2008, p. 46-47).

Quanto à noção de homoparental, podemos observar uma preponderância sobre a junção da palavra "homo" que se refere ao gênero, e "parental", à parentalidade. Esta noção torna-se marcante nas transformações em torno da diversidade e dos novos arranjos familiares.

A palavra homossexualidade foi criada em 1869 para representar as manifestações de amor por pessoas do mesmo sexo, inspirada na palavra heterossexualidade, criada em 1888, que distingue manifestações de amor por pessoas do sexo oposto. Porém, durante muitos séculos, um histórico de violência física e moral, discriminação e perseguição fizeram parte da vida dos homossexuais, sendo considerados desviados da norma e "fora" dos padrões éticos da sociedade (ZAMBRANO, 2006. p.4). Aliás, como esclarece Carrara (2009), durante muito tempo "a expressão 'identidade de gênero' foi usada no campo médico-psiquiátrico exatamente para designar o que estas disciplinas consideravam 'transtornos de identidade de gênero', isto é, o desconforto persistente criado pela divergência entre sexo atribuído ao corpo e a identificação subjetiva com o sexo oposto". (CARRARA, 2009, p. 123).

Mesmo nos dias de hoje, apesar das evoluções e conquista de direitos, a homossexualidade ainda é marcada por preconceito, discriminação e violência, refletidos no contexto da "homoparentalidade".

"A homoparentalidade não foge a esta regra, e nesse sentido, se torna difícil, e às vezes perigoso, o debate que se estabelece em relação a suas especificidades e seu potencial de subjetivação, uma vez que é muito comum sua condenação *a priori*, por não oferecer um quadro referencial compatível com aquele instituído pelo *status quo* patriarcal". (PASSOS, 2005, p. 32).

A família é um objeto de desejo para muitas pessoas, desde a infância até a vida adulta, onde são transmitidos seus valores, sentimentos e características peculiares de cada família, independente do sexo. Roudinesco (2003) faz uma menção ao modelo de família moderna, como sendo horizontal e fraterna... "Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e

crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições” (ROUDINESCO, 2003, p.198). Nessa vertente, a família é uma base importante para o indivíduo e o primeiro contato em sociedade, apresentando características bem particulares e variáveis, tornando quase que unânime o desejo de constituí-la.

“Não basta, portanto, definir a família de um simples ponto de vista antropológico; é preciso também saber qual a sua história e como se deram as mudanças que caracterizam a desordem de que parece atingida na atualidade”. (ROUDINESCO, 2003, p.17).

Mesmo com os avanços, ainda percebemos a existência de muitos tabus e preconceitos em torno dessa diversidade familiar, principalmente no que tange a família homoparental. Para constituí-la, Grossi (2003) esclarece que os caminhos possíveis para a formação de uma família homoparental são:

“1. Terem tido filhos em relações heterossexuais anteriores à “descoberta” ou antes de “assumir” a homossexualidade. 2. Adoção. 3. Procriação com um terceiro indivíduo fora da relação de conjugalidade, através das novas tecnologias reprodutivas (inseminação artificial por doador desconhecido para lésbicas ou barriga de aluguel para gays). 4. Co-parentalidade entre lésbicas e gays, que pode ser tanto de dois casais, como de um casal de lésbicas com um gay ou um casal de gays com uma lésbica”. (GROSSI, 2003, p. 269).

As transformações sociais interferiram diretamente e contribuíram para o “surgimento” de novos arranjos familiares, somando além da família nuclear conjugal (constituída por um pai, uma mãe e filho(s)), também as famílias monoparental/ monomaterna (constituída por um pai ou uma mãe e filhos), famílias extendidas (constituídas também por outros parentes), famílias reconstituídas (formada por pais ou mães divorciados/ separados com filhos) e famílias homoparentais (constituídos por casais homoafetivos e filhos).

No Brasil, apenas em maio de 2011 o STF reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo (relação ou união homoafetiva). Estimativas preliminares do Censo 2010 apontam para a existência de cerca de 60 mil pessoas que se declararam cônjuges do mesmo sexo da pessoa responsável. (IBGE, 2010, p. 9). Sendo assim, esses números cresceram e, hoje, esses

casais alcançaram a visibilidade em diversos setores sociais e conquistaram direitos, antes legitimados apenas aos casais hegemônicos.

Grossi (2003) chama atenção para o fato da família homoparental ter conquistado espaço nos campos de pesquisa brasileiros, afirmando que “...as famílias gays e lésbicas deixaram de ser invisíveis na bibliografia de referência sobre família e parentesco em sociedades contemporâneas”. (GROSSI, 2003, p. 280).

Porém, embora tenhamos alcançado avanços significativos em torno da diversidade dos arranjos familiares, a herança do patriarcado ainda se faz presente e assola quando comparamos as nomenclaturas homoparentais e heteroparentais, fazendo eclodir a incidência relacionada ao gênero e sexualidade, e não à relação parental, pertencente a uma identidade de família e cuidados.

A este respeito, Fausto-Sterling (2001) refere que o acalorado debate que se travou, durante muito tempo, nos terrenos científicos e sociais, em torno da relação entre expressão social da masculinidade e da feminilidade em seu fundamento físico conduziu à popularização da ideia de que sexo e gênero são categorias separadas. Segundo esta autora, foram os sexólogos John Money e Anke Ehrhardt que, em 1972, popularizaram essa ideia de que sexo e gênero são categorias separadas. Sexo, diziam, se refere aos atributos físicos e é anatômica e fisiologicamente determinado. Por outro lado, viam o gênero como uma transformação psicológica do eu – a convicção interior de que se é homem ou mulher (identidade de gênero) e as expressões comportamentais dessa convicção. (FAUSTO-STERLING, 2001).

Nessa ótica, emergiam as designadas “minorias” sexuais, com a sua visibilidade, mas também com os seus efeitos contraditórios:

“por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual; por outro lado, setores tradicionais renovam seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física”. (LOURO, 2001, p. 542).

Na perspectiva de Santos (1997), as relações de gênero estão entrelaçadas com a sexualidade, hierarquizando o poder e a dominação de diferentes formas e em diferentes espaços, como é o caso do espaço de convivência social ou doméstico, sempre pautado pela

dominação e o patriarcado. A visão dualista entre o sexo e o gênero, representada na construção social do indivíduo, constitui, portanto, uma violência simbólica legitimada.

É assim que a dominação masculina vem sendo inevitavelmente reproduzida, naturalizada e normatizada. Ela “está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes” (BOURDIEU, 1998, p.17). É o consentimento entre as estruturas materializadas e as estruturas adquiridas que agem em consonância com as distinções socialmente construídas entre os sexos, de modo a legitimar naturalmente essa dominação.

Santos, Scorsolini-Cominb e Santos (2013) apresentam um estudo que teve por objetivo compreender de que modo a parentalidade homossexual masculina vem sendo investigada na literatura científica nacional e internacional e concluem que no contexto internacional os estudos se concentram em delineamentos empíricos focalizando casais homossexuais e seus filhos e, no Brasil, predominam estudos teóricos sobre a família homoparental, sendo a Psicanálise o principal referencial teórico. Os autores, a partir da análise de um conjunto de artigos selecionados, constatam, justamente, a importância conferida à Psicanálise e, mais ainda, ao seu pressuposto básico quanto à diferenciação sexual: a ideia de que a formação do simbólico se dá a partir da articulação da diferença entre os sexos encarnada por pai e mãe, seja alinhando autores que corroboram esse posicionamento, seja se posicionando contra essa interpretação. Baseados em autores como Averett et al., 2009; Goldberg & Smith, 2009; Riskind & Patterson, 2010; Tasker, 2005, os autores da referida revisão da literatura sublinham que:

“Uma das conclusões mais relevantes encontrada na maior parte dos estudos e que se contrapõe a leituras reducionistas que apregoam apenas a reedição dos modelos parentais em termos do paterno e do materno ou dos papéis de homem e de mulher, é que não existem diferenças significativas no desenvolvimento de famílias homoparentais ou heteroparentais, seja no que se refere ao desenvolvimento psicossocial dos filhos ou do desejo e da habilidade dos pais quanto à parentalidade.” (SANTOS, SCORSOLINI-COMINB & SANTOS, 2013, p. 580-1).

Contudo, estamos longe de ultrapassar as tradicionais formas de dominação, discriminação e outras, pois elas mantêm-se nas nossas sociedades, ainda que de forma mais

velada e eufemística. A dominação, a discriminação, o preconceito, a hierarquia coabitam com discursos emergentes que fazem a apologia da horizontalidade das relações e da multiplicidade de configurações de família.

A este respeito, é bem elucidativa a reflexão crítica de Roudinesco (2003):

“Em lugar da definição de uma essência espiritual, biológica ou antropológica da família, fundada no gênero e no sexo ou nas leis do parentesco, e em lugar daquela, existencial, induzida pelo mito edipiano, foi instituída outra horizontal e múltipla, inventada pelo individualismo moderno e logo dissecada pelo discurso dos especialistas. Essa família se assemelha a uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia, nem autoridade, na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado”. (ROUDINESCO, 2003, p.155).

Esse posicionamento da autora segue a mesma linha de ideias que procuramos ilustrar, concebendo o papel da instituição familiar como algo mutável, plural e pautado nas relações de afetividade, que não seja definida pela sexualidade e o gênero, mas sim, referida pela horizontalidade parental e a base legal relacionada a adoção.

1.4. LEGISLAÇÃO DO CASAMENTO E ADOÇÃO HOMOPARENTAL

A conjugalidade homossexual e os trâmites acerca da jurisprudência relacionada a adoção homoparental ainda é um assunto repleto de avanços e retrocessos em nossa sociedade. Amargamos durante séculos uma herança patriarcal hegemônica, ainda em fase de desconstrução. Ressalto ainda que as legislações do casamento e da adoção são consonantes em muitos países ocidentais. Portugal é um exemplo disso, pois aprovou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo na Lei N° 9/2010 de 31 de maio de 2010, enquanto no que tange a adoção homoparental portuguesa, entre muitos avanços e retrocessos, somente em 24 de fevereiro de 2016 o parlamento português decidiu aprovar a lei que permite a adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

É bem elucidativo o artigo 1577° da Lei N° 9/2010, o qual diz que: “O casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena

comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código”. O artigo 3º refere-se especificamente à adoção:

“1 - As alterações introduzidas pela presente lei não implicam a admissibilidade legal da adoção, em qualquer das suas modalidades, por pessoas casadas com cônjuge do mesmo sexo.
2 - Nenhuma disposição legal em matéria de adoção pode ser interpretada em sentido contrário ao disposto no número anterior”.

De referir que até ao momento de finalização desta pesquisa não foi constatado nenhum dado estatístico de casal homossexual que teve êxito na adoção, visto que o principal questionamento entre as famílias, seriam as etapas do processo “burocrático” português. (ILGA, 2017).

No Brasil, o casamento homoafetivo foi sancionado em 14 de maio de 2013, pelo Conselho Nacional de Justiça, sob a Lei n. 11.419/2006, § 3º e 4º do art. 4º, Resolução N°175, “que impede que cartórios se recusem a celebrar casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo território nacional”, dispondo sobre a habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Para complementar essa legislação, temos como reforço o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal/88, que diz “...Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” e o artigo 1.723 do Código Civil, “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. (Constituição Federal, 1988).

A adoção homoparental no Brasil foi possível devido ao reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que entendeu que:

“a Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente ao rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva”.

O STF faz uma referência ao Art. 5º da CF/88 a qual diz claramente que... “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Sendo este suficiente para vetar qualquer forma de discriminação e igualando toda e qualquer diferença entre o cidadão brasileiro.

Além do Brasil, essa conquista também vigora em outros países. O primeiro caso de adoção homoparental no mundo aconteceu na Holanda, em 1 de abril de 2001, por via de um Decreto Real. A Holanda tornou-se, assim, o primeiro país no mundo a permitir que dois homens ou duas mulheres pudessem adotar crianças. Todavia, mesmo com essa conquista significativa no continente europeu, não podemos deixar de ressaltar que muitos países deste continente e do mundo ainda caminham com seus avanços e retrocessos. Ainda não foi legalizada na maioria dos países pelo mundo, os quais ainda mantêm muitos preconceitos e convenções a serem desconstruídos, alguns associados aos parâmetros em torno de suas heranças culturais e religiosas. Contudo, ainda há motivos para comemorarmos as conquistas de direitos e evolução da sociedade contemporânea nas últimas décadas.

CAPÍTULO 11 – O GÊNERO NA RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Neste capítulo apresento os principais caminhos percorridos para compreendermos melhor as questões que envolvem a construção do gênero e seus desdobramentos em torno da relação entre família/ escola e as jurisprudências acerca da educação infantil brasileira. Sendo assim, tomamos como ponto de partida compreender a expressão “gênero” na sua relação com o campo educativo.

2.1 GÊNERO E EDUCAÇÃO

“No tocante aos estudos sobre relações de gênero e educação, observa-se um processo mútuo de rejeição: a produção feminista ignora a educação; a educação ignora os avanços dos debates teóricos e do conhecimento empírico sobre relações de gênero”. ROSEMBERG, F. 2001. (p.11)

O capítulo anterior abordou o gênero e a sua relação com outras noções, como sexo e sexualidade, tendo em vista uma clarificação conceitual. No presente capítulo, a incidência na questão do gênero é feita a pensar especificamente no campo da educação e, mais especificamente, da educação infantil.

De maneira sucinta, vou enveredar pelos pressupostos que envolvem o gênero, dentro da perspectiva que circundam as mudanças no contexto da família e os impactos que foram causados na sociedade, sobretudo, ligado à educação. Nos dias atuais, a palavra gênero tem sido pauta constante em diversos momentos do nosso cotidiano, seja para uma abordagem favorável de conhecimento e informação ou no despertar da negação, disseminando o repúdio que resulta em discriminação e preconceito.

Como se referiu no capítulo anterior, sexo e gênero são noções distintas, mas completamente interligadas. Para Giddens (2008), o sexo refere-se as diferenças fisiológicas e biológicas, que distinguem entre o corpo feminino e o masculino; o gênero está relacionado as diferenças psicológicas, sociais e culturais do sexo feminino e masculino, associada as noções socialmente construídas. (p.109). Sendo assim, iniciamos esse embate apresentando diferenças entre aquilo que sou e o que me sinto, separando o corpo do pensamento ou sentimento.

Segundo LINS; MACHADO e ESCOURA (2016), o termo “gênero” se popularizou na década de 1990, mas passou a ser utilizado pela teoria social, ainda na década de 1970, como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino. Além das explicações biológicas, passaram a ser enfatizadas as relações sociais de poder e dominação. Esse contexto surgiu dentro de estudos acadêmicos sobre a condição feminina e a origem das desigualdades entre homens e mulheres. (LINS; MACHADO e ESCOURA, 2016, p. 25).

Sobre a diferença entre gênero e sexo, Fauto-Sterling (2001) ressalta que:

“O que está em questão é a natureza corporificada das identidades e da experiência.... Não é individual e fixa, mas irredutivelmente social e processual. Afirmando que as verdades sobre a sexualidade humana, devidas aos estudiosos em geral e aos biólogos em particular, são um componente das lutas morais, sociais e políticas travadas em nossa cultura e economia”. (FAUSTO-STERLING, 2001, p.19-20).

Giddens (2008), complementa:

“... o gênero não existe simplesmente; todos nós, como afirmam alguns sociólogos “fazemos o gênero” nas interações sociais que estabelecemos diariamente com os outros. Reproduzimos socialmente – fazemos e refazemos – o gênero em milhares de pequenas ações praticadas ao longo dia”. (GIDDENS, 2008, p.108).

Partindo pela viés da socialização do gênero, o mesmo torna-se possível ao consolidar-se pelos agentes sociais, compostos pela família e os meios de comunicação, que estabelecem uma eminência entre sexo biológico e gênero social. De modo que os seus conflitos não sejam delimitados pelo seu biológico, mas sim, pela sua “*bagagem*” cultural.

“Neste sentido, existem desigualdades de gênero, pois os homens e as mulheres são socializados em papéis diferentes. A socialização do gênero é evidentemente muito forte e desafiá-la, pode ser um incômodo. Uma vez *conferido* um gênero, a sociedade espera que os indivíduos desempenhem a sua função como *homens* e *mulheres*”. (GIDDENS, 2008, p.110-111).

Porém, relacionado aos conflitos sobre a socialização do gênero, Giddens (2008), sustenta o seguinte:

“... a socialização do gênero é um processo inerentemente harmonioso; diferentes agentes como a família, a escola e o grupo de amigos, poderão entrar em conflito entre si. As teorias da socialização ignoram a capacidade dos indivíduos para rejeitar ou modificar, as expectativas sociais que envolvem os papéis sexuais”, ou seja, a construção social do meio em esse indivíduo está incorporada, fomentando as possibilidades de conflitos que serão reproduzidos inconscientemente, no que tange o papel da mulher e do homem em uma sociedade instituída. (GIDDENS, 2008, p.110).

Para complementar esse pensamento e compreender os estudos que permeiam a construção do gênero, não poderíamos deixar de citar Joan Scott, com suas contribuições em torno da construção do gênero e sua análise histórica. SCOTT (1995) inicia essa indagação relatando-nos sobre a utilização da palavra gênero pelas feministas, no sentido de referir a organização social das relações entre os sexos. Deste modo, a palavra gênero vai ganhando força entre as feministas americanas, como uma maneira de rejeição do determinismo biológico, enfatizando o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (SCOTT, 1995, p.72). As feministas trouxeram à tona a discussão sobre a produção cultural das diferenças e “possibilitaram com isso pensar as relações de poder que produzem as desigualdades.” (SAMPAIO, cit. por MIRANDA & SCHIMANSKI, 2014, p. 83).

“O século XX trouxe alguns avanços e conquistas para as mulheres, entretanto, longe de atingir um patamar de participação social ideal, às mulheres ficaram reservados os lugares secundários tanto na ciência quanto no trabalho e, por que não dizer, na sociedade de um modo geral. Todavia, é correto afirmar a importância do movimento feminista na valorização da mulher na sociedade”. (MIRANDA & SCHIMANSKI, 2014, p. 82).

Scott (1995), define a construção do gênero ao universo simbólico, como sendo a compreensão das diferenças sexuais hierarquizada pelo pensamento dual heterossexual: “O termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres”. (SCOTT, 1995, p.75).

Judith Butler utiliza artifícios semelhantes aos da Scott, porém com o pensamento de subverter a separação de sexo x gênero, desconstruindo essa ordem compulsória designada entre um sexo, um gênero e um desejo heterossexual, com a teoria *queer*, pois “... sua obra tem se preocupado em grande parte, com a análise e a consequente desestabilização da categoria “*o sujeito*” (um processo que ela mesmo chama de uma genealogia crítica das ontologias de gênero), o que faz com que ela seja vista por muitos como a teórica *queer* por excelência”. (SALIH, 2015, p.18).

Deste modo, a teoria *Queer* trata o gênero como uma construção social mutável, que vai além da orientação sexual e a identidade de gênero, imposta pelo seu biológico. De acordo com SALIH (2015), “...Todo gênero é por definição, não natural, para então começar a fazer a conexão entre sexo e gênero, que muitos acreditam ser inevitável”. (p.67). É uma maneira de contestar sobre a classificação que se é dada ao biológico, presente no que vemos e não na forma como nos sentimos ou nos colocamos, designados pela matriz heterossexual dominante.

“...O gênero não deve ser meramente concebido com inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”. (BUTLER, 2010, p.25).

Segundo Giddens (2008), “... As identidades do gênero surgem, relacionadas as diferenças de sexo percebidas na sociedade e, por sua vez, ajudam a moldar essas mesmas diferenças”. (p.114). Contudo, as identidades não são imunes à violência simbólica legitimada, como salienta Bourdieu (1998) a propósito da dominação masculina, ainda muito presente em nossa sociedade moderna, fazendo com que preceda os preconceitos e discriminações em torno da construção da identidade de gênero.

“Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento”. (BOURDIEU, 1998, p. 8).

Ainda sobre a violência simbólica, e referindo-se à determinação do parentesco das crianças, as palavras de LEVI-STRAUSS (1983) são claras:

“... muitas sociedades insistem em determinar o parentesco das crianças, quer pelo grupo do pai ou da mãe. Conseguem-no com a nítida separação dos dois tipos, reconhecendo um em exclusão do outro, ou então, atribuindo-lhes campos de aplicação distintos”. (LEVI-STRAUSS, 1983, p.81).

Deste modo, começamos a compreender, através dos conceitos bourdieusianos de *habitus* e de violência simbólica, o quanto a dominação masculina se faz presente em nosso cotidiano e quanto a tornamos legítima.

“A mulher em regime patriarcal é a propriedade do pai que a casa ao seu talante; presa ao lar do esposo, a seguir ela se torna apenas coisa dele e da gens em que foi introduzida”. (BEAUVOIR, 1970, p. 104).

Acerca dessa dominação no regime patriarcal, Simone de Beauvoir (1970) afirma o seguinte:

“No homem não há nenhum hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais êle se afirma seu domínio do mundo pela ação e pelo trabalho, mais revela viril; nele, os valores humanos e os valores vitais se confundem; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com sua feminilidade, porquanto se exige da "verdadeira mulher" que se torne objeto, que seja o Outro”. (BEAUVOIR, 1970, p. 308).

Essa afirmação nos evidencia o quão distinto eram as relações sociais entre o homem e a mulher no início do século e o quanto essa diferença ainda pode ser real nos dias de hoje, no que se refere a divergência de sexo entre o forte e o frágil.

A esse respeito, podemos voltar a citar Simone de Beauvoir, quando ela sustenta que "Não se nasce mulher, torna-se mulher", no contexto das lutas feministas da metade do século XX. Tais lutas já trouxeram muitas conquistas, embora saibamos que ainda há muito a fazer no sentido da igualdade e da justiça social.

2.2A FAMÍLIA E O GÊNERO NA ESCOLA

A abordagem do gênero na instituição escolar brasileira, tem sido alvo de grande discussão pública nos últimos anos, mais precisamente, quando o tema passou a ser discutido e apresentado como disciplina curricular na educação básica, introduzindo a sexualidade e identidade de gênero no material pedagógico.

Esse processo causou discussão entre todo corpo docente, pais e sociedade que eram posicionados contra e a favor dessa temática. Sendo assim, esse tópico tratará de realizar uma abordagem relacionada à Educação Infantil, pautada nos inúmeros momentos em que nos deparamos com o gênero na escola, a função da família e a relevância dos Parâmetros Curriculares Nacionais nesse contexto.

“A violência está diretamente associada ao poder. Dito de outra forma, relacionada à possibilidade de alguém impor a sua vontade, sem consentimento, sobre a vontade ou o desejo do outro. Isso pode ser feito de diversas formas: por meio de agressão física, chantagem, pressão psicológica ou ataque moral – ou ainda impedindo que o outro exerça seus direitos”. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 55).

De acordo com Lins, Machado e Escoura (2016):

“O gênero é compreendido como um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminismo e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder”. (LINS, MACHADO E ESCOURA, 2016, p.10).

Sendo assim, facilitam o mecanismo de distinção, apresentados na cultura hegemônica, na qual estamos inseridos, reforçando cada vez mais o universo das desigualdades restritivas e excludentes. Muitas vezes, no espaço escolar, profissionais relatam dificuldades em lidar com essas questões e acabam optando por não interferir. Com isso, ao não combater preconceitos

que geram discriminação e violência, a escola funciona como um lugar que reproduz desigualdades. (LINS; MACHADO e ESCOURA, 2016).

Evidenciamos que o gênero na educação infantil, assim como na vida cotidiana, é reproduzido frequentemente de maneira lúdica, mas vincando os esterótipos, as desigualdades e a discriminação. É possível observar essas situações nas brincadeiras, que reforçam sobretudo a discriminação entre o sexo feminino e masculino, e em atividades simples como: a discriminação das cores azul e rosa, a tipologia de brinquedos e suas representações, a distinção nos banheiros, a diferença ao aplicar a disciplina de educação física e tantas outras.

O gênero é algo bem marcado e distinguido nas escolas, pois há práticas do gênero a todo momento, violência simbólica dizimada dentro de um campo designado como “neutro”, distinção essa que inicia desde a educação infantil. Para Bourdieu (1998), as questões que envolvem a dominação masculina, em uma perspectiva de violência simbólica, consistem numa violência imperceptível, a qual reproduzimos inconscientemente e aplicamos. (BOURDIEU, 1998, p.8).

Este sociólogo se refere ao poder que impõem as significações que as tornam legítimas, retratando a classe dominante sobre seus dominados. Sendo assim, a abordagem educativa e pedagógica do gênero na escola se faz necessária para compreender e desconstruir os padrões culturais que envolvem o social e o biológico, principalmente para a quebra de paradigmas ligados ao preconceito e a diversidade, pois muitas crianças se descobrem dentro do ambiente escolar e nele mesmo sofrem os primeiros “bullings” e situações preconceituosas.

“Reconhecer e considerar essas identidades nas Unidades de Educação Infantil nas diversas ações, experiências e nas relações estabelecidas cotidianamente significa reconhecer o papel fundamental da educação no que tange ao combate do racismo e sexismo, assumindo o compromisso com a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero”. (Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista, 2016, p.45).

Nos documentos que norteiam os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista 2016, estão introduzidos nos eixos correspondentes as relações étnico-raciais e de gênero, material para utilizá-los como parâmetro em discussões, nas reuniões pedagógicas do Projeto Especial de Ação. Este, tem o intuito de corroborar com o aperfeiçoamento, troca de experiências e conhecimento dos professores, sobre a “...construção coletiva e a consolidação

de uma educação pautada na igualdade implicam: a constituição de um currículo que vise à reeducação das relações étnico-raciais e de gênero e a quebra do silêncio sobre estas questões, principalmente quando estamos a falar de bebês e crianças bem pequenas”. (Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana 2016, p.45).

Reforçando cada vez mais, sobre a importância da abordagem do gênero e diversidades, tanto entre o corpo docente, como as crianças, a fim de compreender a construção da identidade de gênero, logo nos primeiros anos de vida.

“As creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar”. (BNCC, 2017, p. 21).

2.3 LEGISLAÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE GÊNERO, DIVERSIDADE E FAMÍLIA

Dou início a este tópico esclarecendo sobre os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, que norteia os professores, coordenadores e diretores em suas reuniões pedagógicas semanal. Nele são compreendidas em uma das suas dimensões, especificamente, o eixo relacionado às relações de gênero, diversidade e relações étnico-raciais, disponibilizados para o ano letivo de 2016 nos CEIs e EMEIs da rede pública. Ressaltando que, entre todos os documentos analisados, este foi o único que apresenta de fato, a palavra “gênero”, dentre seu conteúdo.

“É importante ressaltar que a educação infantil passa de fato a ser direito subjetivo da criança e dever do Estado, portanto um direito social, conforme o Artigo 2081, Inciso IV, da Constituição Federal. Considera-se ainda a criança

prioridade absoluta, sendo esta um sujeito de direitos e por ser pessoa em desenvolvimento deve ser amparada e protegida naquilo em que ela se apresenta frágil. É merecedora de atendimento na área educacional desde os primeiros anos de sua vida”. (Projeto Político Pedagógico, 2017, p.6).

Esse capítulo foi estruturado nos parâmetros dos principais documentos oficiais, relacionado a Educação Infantil, sendo elas: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Infantil (DCNEI) e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, na qual foi realizado uma análise categórica sobre as disposições que envolvem as relações de gênero, diversidades e a participação da família na escola.

A a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, não faz menção à palavra gênero, limita-se a citar apenas a diversidade étnico-racial e a participação da família na escola. Vejamos no art. 3º que diz:

“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: 1) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; 2) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; 3) Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; 4) Consideração com a diversidade étnico-racial. No art.4º, ressalta sobre o “...dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

Sobre a Educação Infantil, relacionado ao Direito à Educação e do Dever de Educar, Lei Nº 12.796, de abril de 2013, lê-se no Art. 29º:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Apesar de a lei LDBN oferecer amparo, a educação infantil não vem tendo o tratamento que deveria. Ressaltamos que essa etapa da educação é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência

física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual. Ou seja, a criança precisa ser respeitada na sua individualidade.

De acordo com as DCNEI, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa:

“Essas propostas devem ter como objetivo “garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”.

Relacionado a concepção de proposta pedagógica da DCNEI, podemos destacar dois tópicos:

1) “Assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; 2) Construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa”. (p.17).

Seguindo o mesmo documento, sobre as práticas pedagógicas da Educação Infantil/
Eixos do currículo:

“Possibilitar vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade”. (p.25).

Para finalizar as DCNEI, no eixo da avaliação:

“Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil”. (P.29)

Em análise da nova versão da Base Nacional Comum Curricular, constatei que em nenhum momento do eixo relacionado à EI, a palavra gênero é pronunciada, porém são citadas em alguns momentos a “diversidade” e a participação da família, nos tópicos que discorrem sobre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na EI e os campos de experiência. O que diz a BNCC, sobre a EI:

“As creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação”. (p. 2).

Ainda sobre a BNCC, a mesma tem o “...objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação”. (p.21).

Sobre os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na EI:

“...conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário”. (p. 34).

Esse tópico é importante para definir os campos de experiência na BNCC:

1) “O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros

pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais.

2) Por sua vez, no contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas, que geralmente ocorre na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para as crianças ampliarem o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizarem sua identidade, respeitarem os outros e reconhecerem as diferenças que nos constituem como seres humanos.

3) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e costumes; a diversidade entre elas etc.).

4) Portanto, a Educação Infantil precisa promover interações e brincadeiras nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano". (p.36, 37 e 38).

Seguindo essa análise documental, o documento mais completo e abrangente sobre as relações de gênero, diversidade e participação da família, estão disponibilizadas nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista estão em concordância com os documentos publicados pela Secretaria Municipal de Educação – SME, em especial com a Orientação Normativa nº 01/2013. Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares e a Orientação Normativa nº 01/2015. Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista têm como objetivos:

“...auxiliar as equipes de profissionais das Unidades Educacionais, juntamente com as famílias e pessoas da comunidade, a desenvolver um processo de autoavaliação institucional participativa que leve a um diagnóstico coletivo sobre a qualidade da educação promovida em cada Unidade, de forma a obter melhorias no trabalho educativo desenvolvido com as crianças”. (p. 6 e 7).

A experiência de aplicação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana em 441 Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – 2013/2014, em relação à organização do documento, algumas sugestões importantes emergiram dos debates e registros realizados sobre as experiências vividas pelas Unidades: Dando maior espaço para questões abordadas em documentos do MEC publicados após os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, como a atenção às relações de raça e etnia e as relações de gênero. (p. 12).

A dimensão das Relações étnico-raciais e de gênero descritas nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, complementam e evidenciam a necessidade de realizar essa abordagem, seja em sala de aula com os alunos ou em reuniões pedagógicas, ocasionando a partilha de informações:

“1) Reconhecer e considerar essas identidades nas Unidades de Educação Infantil nas diversas ações, experiências e nas relações estabelecidas cotidianamente significa reconhecer o papel fundamental da educação no que tange ao combate do racismo e sexismo, assumindo o compromisso com a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero. sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais;

2) A construção coletiva e a consolidação de uma educação pautada na igualdade implicam: a constituição de um currículo que vise à reeducação das relações étnico-raciais e de gênero e a quebra do silêncio sobre estas questões, principalmente quando estamos a falar de bebês e crianças bem pequenas;

3) Assumir este compromisso requer que as educadoras e os educadores, assim como o Projeto Político-Pedagógico, considerem os pressupostos legais, ou seja, que as práticas pedagógicas, as relações estabelecidas, os materiais (livros, bonecas (os), brinquedos, filmes, revistas) e ambientes estejam planejados e

organizados de forma a combater o racismo, preconceito e discriminação racial/gênero, bem como de construir a percepção positiva das diferenças étnico-raciais e de gênero;

4) Essa dimensão surge com a intenção de que as educadoras e os educadores da Educação Infantil possam refletir e construir ações comprometidas com uma educação para todos(as), o que pressupõe diálogos com toda a comunidade escolar, nos momentos de formação e discussão, que pontuem o quanto muitas práticas que ocorrem dentro do ambiente educativo e têm silenciado ou citado de modo pontual as culturas e conhecimentos produzidos pelas populações africana, afro-brasileira, indígenas e dos imigrantes. Além de nos fazer repensar as intencionalidades presentes nos currículos, nas imagens nas paredes, corredores e murais, nas histórias lidas e/ou oferecidas aos bebês e crianças, aos meninos e meninas, nas comemorações/ festas que estão presentes no cotidiano das escolas". (Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, 2016, p.45).

Ainda sobre o tema família e sua participação junto à instituição educacional é importante ressaltar que foi instituído oficialmente pela Lei N° 12.647, de 16 de Maio de 2012, do Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Valorização da Família a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de outubro, em todo o território nacional. Tendo como objetivo principal, o reforço sobre a importância da participação da família na escola, aproximando a comunidade e integrando-a. O vínculo entre a escola e a família sempre almeja uma integração, em uma perspectiva mais cooperativa, acolhedora e humanizada. A data estabelecida consta na Portaria da Secretaria Municipal de Educação com as Diretrizes para elaboração do Calendário de Atividades. (Projeto Político Pedagógico, p.118).

Defendemos que a família e a escola devem ser parceiras no desenvolvimento de ações que favoreceram o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir.

Segundo essa lógica, entendemos que a participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo ensino aprendizagem, uma vez que família e escola são os principais pilares para o bom desenvolvimento de uma criança. Ela estando amparada por essas duas instituições estará preparada para enfrentar desafios. A família deve ser parceira, aliada à escola

e aos professores, para juntos oferecerem um trabalho de envolvimento e cumplicidade nos assuntos relacionados ao ambiente escolar.

É importante destacar que essa discussão sobre como envolver a família no processo de aprendizagem na escola não é recente, essa é uma grande luta dos professores. Mas a mudança e a perspectiva de integração entre família e escola devem ser incentivadas e analisadas constantemente. Esta luta se faz necessária para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do educando, pois somente com a família interagindo com as escolas é que terá além de uma boa formação, uma preparação para tomar atitudes para enfrentar as dificuldades que certamente virão no decorrer de sua vida.

CAPÍTULO III – CONTEXTO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar, fundamentar e descrever as opções, os instrumentos e os procedimentos utilizado na coleta e análise de dados, justificando sua fundamentação teórica apresentada nos capítulos I, II e os objetivos e questões que norteiam essa pesquisa.

3.1 OBJETIVOS E CONTEXTO DA PESQUISA

O objetivo geral desta investigação foi compreender e refletir criticamente sobre o conceito de família, especificamente sobre as transformações da instituição familiar brasileira e a diversidade de arranjos existentes, sobretudo no que tange a homoparentalidade e as abordagens pedagógicas utilizados pelos profissionais da educação infantil. Assim, constituem os objetivos específicos da pesquisa:

- i) problematizar e compreender as concepções tradicionais de família brasileira que historicamente estão vinculadas ao casamento como instituição e vínculo formal-legal;
- ii) discutir a emergência crescente das novas formas de convivência, de relação social e de laço afetivo que incluem a união entre pessoas do mesmo sexo com possíveis relações de parentalidade, no que tange a convivência do casal e os filhos que constituem a família homoparental;
- iii) analisar documentos de natureza normativo-legal, tais como a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, amparados pelo eixo das relações de gênero, diversidade; e
- iv) conhecer as percepções e as práticas pedagógicas de professores da Educação Infantil, relacionadas às questões da homoparentalidade, especialmente o modo como lidam com elas no cotidiano profissional.

Tendo em conta o contexto particular da Educação Infantil, a pesquisa teve por finalidade estudar as práticas pedagógicas e institucionais pautados pelos documentos oficiais, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade da

Educação Infantil Paulistana, amparados pelo eixo das relações de gênero, diversidade e o modo como os professores da Educação Infantil abordam o fenômeno da homoparentalidade face ao tradicional conceito hegemônico de família.

Apresentamos aqui os caminhos metodológicos percorridos no sentido da prossecução dos objetivos acima enumerados. Optei pela abordagem qualitativa que incluiu uma primeira fase de trabalho de campo, com caráter exploratório, e uma segunda fase que consistiu na utilização do inquérito por questionário. A pesquisa se pautou por investigar sujeitos que fazem parte do processo educativo da cidade de São Paulo. A primeira fase de trabalho de campo foi muito importante, pois forneceu informação útil para a posterior elaboração do questionário, através da realização de contactos e conversas informais com profissionais da Educação Infantil, no seu ambiente natural. “Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, consistindo em o investigador o instrumento principal” (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 47).

Do mesmo modo, Minayo (2001) refere que a pesquisa qualitativa que se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa consistiu também na recolha e análise de documentos, sobretudo normativos legais, relacionados com as questões da família, do gênero e da homoparentalidade e a sua abordagem em contexto educacional, particularmente na Educação Infantil. Assim, a justificativa para a metodologia utilizada está ancorada pelo conhecimento do fenômeno da homoparentalidade no contexto pedagógico e institucional brasileiro, de modo a compreender as questões que permeiam a temática de “família” e as percepções de professoras da educação infantil a respeito do surgimento desses novos arranjos familiares.

Esta pesquisa desenvolveu-se com base num conjunto de questões previamente definidas, porém com abertura para possibilitar o contexto de uma conversa informal, por exemplo, a fim de elucidar questões que não tenham ficado esclarecidas ou auxiliar em alguma dificuldade. A opção pelo inquérito por questionário se justifica porque pretendemos conhecer as perspectivas das professoras de educação infantil. A escala utilizada foi a de Likert, permitindo ao respondente assinalar o grau de concordância em relação a um conjunto de proposições: concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente. É efetuada uma

cotação das respostas que varia de modo consecutivo: +2, +1, 0, -1, -2 ou utilizando pontuações de 1 a 5.

O questionário incluiu um conjunto de 33 proposições que a seguir se enumeram:

- 1) A relação entre a família e a escola é um pilar importante da educação das crianças;
- 2) Na escola, é importante abordar questões de gênero com as crianças, incluindo as que se referem à sexualidade;
- 3) Um casal homoparental que vive com uma ou mais crianças não é uma família.
- 4) Se duas pessoas se amam, independentemente do sexo, podem casar, constituir família e adotar uma ou mais crianças;
- 5) Todos os arranjos familiares, sejam eles heteroparentais (família tradicional), monoparentais e homoparentais são legítimos na nossa sociedade;
- 6) A pessoa tem o direito de escolher o sexo do(a) parceiro(a) com quem deseja casar;
- 7) Todas as famílias dos meus alunos participam das atividades desenvolvidas na escola, quando lhes é solicitado;
- 8) Todos os arranjos familiares (heteroparentais, monoparentais e homoparentais) têm os mesmos direitos na nossa sociedade;
- 9) As crianças educadas em uma família homoparental poderão sofrer discriminação na escola.
- 10) As crianças educadas em uma família homoparental serão adultos socialmente adaptados;
- 11) Um menino adotado por lésbicas se tornará gay pela falta de um referencial masculino em casa;
- 12) Uma menina criada por lésbicas terá dificuldades em se relacionar com homens, no futuro;
- 13) Uma criança criada por gays terá problemas de desenvolvimento da personalidade por falta da figura materna;
- 14) Se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas psicologicamente, a criança se desenvolverá normalmente;
- 15) Um menino criado por um casal de gays terá dificuldades em se relacionar com mulheres, no futuro;

- 16) De um modo geral, os gays e os heterossexuais são tratados igualmente na nossa sociedade;
- 17) A discriminação contra gays e lésbicas não é mais um problema no Brasil;
- 18) A sociedade alcançou o ponto em que homossexuais e heteressexuais possuem oportunidades iguais;
- 19) As famílias homoparentais têm condições idênticas a qualquer outro tipo de família, para oferecer lares dignos aos seus filhos;
- 20) Muitas lésbicas e gays ainda perdem o emprego e promoções devido à sua orientação sexual;
- 21) A escola deve defender e promover os Direitos da Criança, incluindo o direito à não discriminação;
- 22) Como professor(a), abordo com os meus alunos questões relacionadas com a diversidade social e cultural;
- 23) Como professo(a) abordo com os meus alunos as relações de gênero, incentivando o diálogo sobre o preconceito e a discriminação;
- 24) O material pedagógico oferecido pela SME (Secretaria Municipal de Educação) é suficiente para abordar as relações de gênero nas atividades desenvolvidas com os alunos;
- 25) Em relação as datas comemorativas, a escola deve comemorar apenas o "Dia da Família", extinguindo as tradicionais comemorações do dia da mãe, dia do pai, do avô/ avó;
- 26) Nas reuniões pedagógicas abordamos as questões de gênero e o modo como as integrar nas atividades com as crianças;
- 27) Tenho orientações e apoio da coordenação e direção da escola, quando necessito sanar dúvidas e resolver situações que envolvam as relações de gênero;
- 28) A direção e coordenação estão embasadas sobre a temática da diversidade e identidade de gênero;
- 29) Sempre que possível, proponho atividades a serem trabalhadas em sala de aula, relacionadas ao gênero;
- 30) Os principais documentos oficiais como: a LDBN, a BNCC e as DCINEI, são introduzidos em nossas reuniões pedagógicas, sempre que necessário;
- 31) Os Indicadores de Qualidade da Prefeitura de São Paulo são suficientes para esclarecer situações vividas com a família homoparental no ambiente escolar;

32) Tenho interesse em aprender mais sobre as relações de gênero e quero incluí-la em projetos com a participação das famílias das crianças;

33) Não tenho interesse sobre as questões de gênero e não desejo incluí-la em meus projetos pedagógicos.

E ainda as seguintes 4 questões de resposta aberta:

1) Lida ou já lidou com crianças de famílias homoparentais, na sua escola? Se respondeu afirmativamente, fale-nos da sua experiência.

2) Na sua opinião, quais são os principais desafios e dificuldades encontrados no ambiente escolar, no que se refere às crianças de uma família homoparental?

3) Do seu ponto de vista, quais seriam as soluções para minimizar e/ou resolver situações de discriminação de famílias homoparentais?

4) Ainda relacionado aos problemas atrelados à família homoparental, você já colocou essas ações pedagógicas em prática? Descreva de que forma isso ocorreu?

É importante destacar que este tipo de instrumento de coleta, o questionário semiestruturado, pode apresentar desvantagens, uma vez que estão atreladas as limitações como: a escassez de recursos financeiros e o dispêndio de tempo. Em relação aos atores sociais, pode haver insegurança em relação ao seu anonimato e por causa disto muitas vezes os investigados retêm informações importantes. Vale lembrar que a qualidade das entrevistas depende muito do planejamento feito pelo entrevistador. A situação em que é realizada a pesquisa contribui muito para o seu sucesso, por isso, o entrevistador deve transmitir, acima de tudo, confiança ao informante. Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, procurou-se criar um ambiente adequado e uma relação de confiança entre a investigadora e os sujeitos, de modo a obter respostas fidedignas. “A arte do entrevistador consiste em criar uma situação onde as respostas do informante sejam fidedignas e válidas” (SELLTIZ, 1987:644).

Ressaltamos que os vários instrumentos utilizados foram primeiramente analisados e depois revisados de forma criteriosa em sua totalidade dentro dos contextos pesquisados. O ambiente foi pesquisado levando-se em consideração as circunstâncias que compõem o lócus da pesquisa, pois precisamos compreender quais as circunstâncias históricas, sociais, econômicas, dentre outras, mas sem perder de vista o significado da pesquisa. Assim, buscamos adentrar no espaço de duas instituições da rede pública da prefeitura municipal de São Paulo.

De posse dos dados da pesquisa, lançamos um olhar de pesquisadora sobre o objeto do estudo, a fim de transcrever dados que demonstrem as verdadeiras nuances da percepção que estes professores têm no que se refere às transformações da família com o surgimento dos novos arranjos familiares, sobretudo a homoparentalidade e as relações de gênero na Educação Infantil.

Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a palavra escrita assume particular importância na abordagem qualitativa, tanto para o registro dos dados quanto para a disseminação dos resultados; assim, nosso questionário também se constitui por duas questões abertas dissertativas. Os dados que foram coletados nos proporcionaram de forma detalhada os resultados esperados para a pesquisa, uma vez que os mesmos carregam significados que serviram de subsídios para nós investigadores que estamos imbuídos de subjetividade. No entanto, é necessário cuidado para não fugir à finalidade de uma dissertação, pois “o objetivo principal do investigador é de construir conhecimento e não de dar opiniões sobre um determinado contexto” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 67).

Assim, nos debruçamos tanto nos dados coletados quanto nos documentos oficiais para que pudéssemos compreender esse entrelaçamento entre os dados coletados no terreno e os que constam em tais documentos. Vale ressaltar que a investigação qualitativa em educação assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos. Assim como Bogdan e Biklen (1994), utilizamos a “expressão investigação qualitativa como o termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características” (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 16), entre as quais se inclui o inquérito por questionário. Desta forma, os dados recolhidos foram tratados e analisados com base apenas numa estatística descritiva, numa perspectiva qualitativa, posto que se referem a percepções de pessoas, a locais e a conversas, tomando-as em toda sua complexidade.

Segundo estes autores, a abordagem à investigação, numa perspectiva qualitativa, não é feita com o objetivo de responder as questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam, essencialmente, a compreensão das crenças, comportamentos e percepções, a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Concordamos quando se referem às entrevistas com caráter flexível, do tipo das conversas informais que realizámos, pois permitem que os sujeitos respondam de acordo com a sua perspectiva pessoal em vez de terem de se moldar a questões previamente elaboradas.

Em suma, nosso principal objetivo foi realizar uma investigação para compreender as percepções e as concepções dos professores sobre os novos arranjos familiares. Além disso, procuramos saber como os sujeitos pesquisados percebem os efeitos dessas concepções e percepções de família, gênero e homoparentalidade no espaço escolar da Educação Infantil. De salientar que uma das minhas principais motivações para fazer o estudo tem a ver com o meu percurso como professora da Educação Infantil. Em discussão com outros colegas da rede pública e privada da prefeitura de São Paulo, fui percebendo que ainda há muita resistência de alguns profissionais em relação às transformações da família no que diz respeito aos novos arranjos familiares com foco na homoparentalidade.

3.2 O CAMPO INVESTIGADO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Buscamos uma primeira aproximação com a Secretaria de Educação do Município de São Paulo/SP, com o objetivo de obter dados que são importantes para nossa pesquisa. A instituição pesquisada, localiza-se no bairro do Jaraguá, zona norte, da capital de São Paulo. Foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1988, pelo Decreto Lei N° 25.341, a partir de uma mobilização da comunidade, principalmente devido a inserção, cada vez mais crescente, das mulheres no mercado de trabalho, fato este explicado pela combinação de fatores econômicos, culturais e sociais.

Os objetivos primordiais para a criação dessa Creche, na época, foram o atendimento as mães que passaram a trabalhar formalmente, contando com o amparo às leis trabalhistas, adaptando-se frente às demandas que surgiram com o tempo, cientes de seus direitos e em consequência, passam a reivindicar uma ação mais efetiva do poder executivo, para a implantação de uma instituição educacional para esta faixa etária na região, pois muitas crianças se encontravam em situação de risco, vulnerabilidade social ou sob cuidados de terceiros. Foi exatamente para atender este pleito que a creche foi construída.

O espaço físico é bem organizado e acolhedor, dispõe na parte interna de secretaria, enfermaria, refeitório, cozinha, salas de aula e sala recreativa (parque coberto). A área externa possui dois parques, horta, jardim e espaço para pintura, sendo que, ambos ambientes apresentam local alegre, com paredes coloridas, brinquedos educativos bem coloridos e infraestrutura em conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar.

A organização das turmas segue rigorosamente as orientações do PPP da Unidade em acordo com o Plano Municipal de Educação (PME), atendendo as seguintes demandas de matrículas: Berçário I, Berçário II, Mini Grupo I e Mini Grupo II. A formação/agrupamentos dos professores e alunos, segue a seguinte disposição: Berçário I - 7 crianças / 1 educador; Berçário II - 9 crianças / 1 educador; Mini – Grupo I - 12 crianças/ 1 educador; Mini – Grupo II - 25 crianças / 1 educador. Portanto, o professor que escolher uma turma de Mini Grupo I atenderá 12 alunos, 24 entre os dois educadores; o professor de Mini Grupo II atenderá 25 alunos. Hoje a escola possui aproximadamente 83 alunos matriculados e 40 funcionários, entre as funções de diretor, assistente de diretor, coordenador pedagógico, professores, auxiliares, agente de apoio, agente escolar, enfermeira, auxiliares de limpeza e cozinheiras.

As reuniões pedagógicas acontecem em horários coletivos dedicados aos Projeto Especial de Ação (PEA), a qual os professores promovem momentos de estudo, trocas de experiências, planejamento, reflexão sobre a prática, produção e sistematização dos registros, assegurando espaços de formação continuada dos profissionais, bem como, avaliação e reflexão do processo educativo. O Projeto Especial de Ação, atualmente, é regulamentado pelas Portarias Nº 901, de 24/01/2014 e Nº 1.299, de 13/02/2014 e o princípio de formação dos educadores, em horário de trabalho coletivo e a possibilidade de uma discussão mais ampla sobre os projetos desenvolvidos na escola, atende a uma política de formação, conforme as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição, o perfil dos Professores da Educação Infantil é o de um profissional que constrói conhecimento compartilhado entre ele e as crianças, considerando a cultura que elas trazem consigo. Por meio da interação, de situações planejadas e propostas pedagógicas, promovem desafios, a autonomia, a multiplicidade de experiências, facilitando assim a aprendizagem das crianças e aprendendo com elas. (p. 25).

Compreendemos que o tema investigado está permeado de concepções divergentes, o que enriquece ainda mais nossa pesquisa. Tais concepções sofrem influências políticas educacionais desde contextos internacionais, até se chegar ao contexto macro Brasil, contexto micro São Paulo e os contextos e locais onde se localiza a instituição pesquisada.

Desta forma, baseadas nessas informações compreendem que minhas escolhas metodológicas facilitaram, tanto a recolha de dados, como a sua análise, por consequência, o desenvolvimento e sucesso da minha pesquisa, para que ele siga seu percurso sem atrasos ou desvios. Diante dessas transformações sociais, tornou-se necessário conhecer quais as

necessidades, anseios e interesses dos professores em torno da homoparentalidade, assim como determinar as reais situações vivenciadas entre a relação da gestão educacional, metodologia aplicada e o conhecimento sobre os novos arranjos familiares daquela instituição.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Como foi referido anteriormente, o instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados numa primeira fase, foram estabelecidos por contatos informais, o qual recebi indicações de escolas que alguns colegas acadêmicos haviam tido experiência. Feito essa sondagem, estabeleci visitas e solicitei um horário para ser recebido pelo diretor responsável da instituição, a qual apresentei minha pesquisa e juntos agendamos o melhor dia e horário para aplicar os questionários.

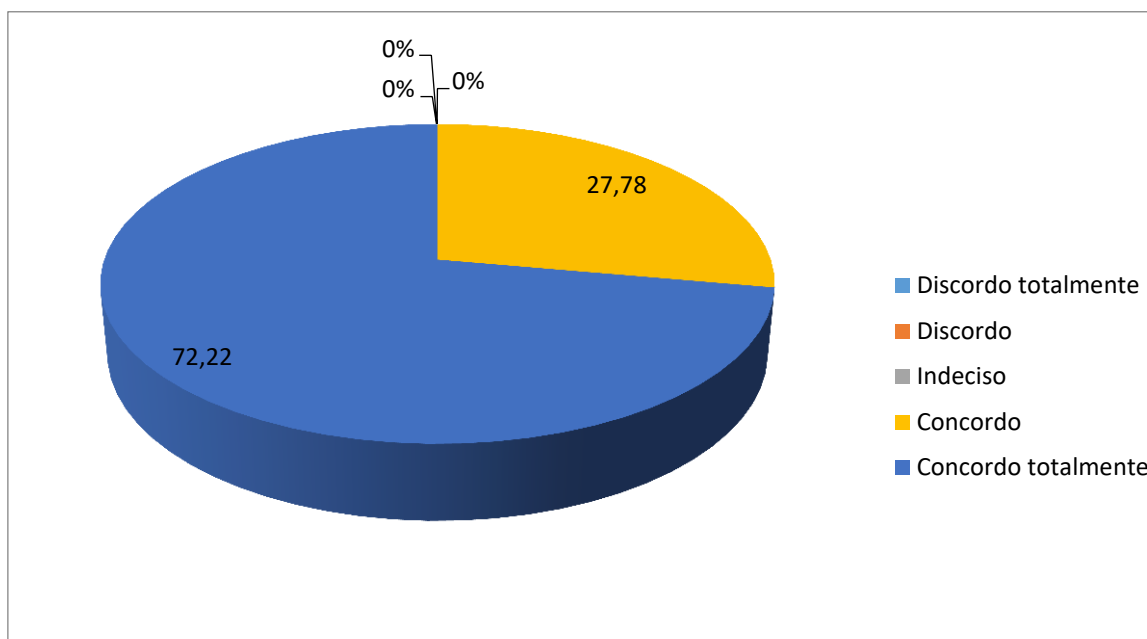
Numa segunda fase, apliquei os questionários de maneira coletiva aos 18 entrevistados, durante uma reunião pedagógica, apresentando um questionário com perguntas abertas e fechadas norteadoras sobre o assunto. A opção por esse instrumento de coleta de dados se justifica por se tratar de algo que proporciona uma maior aproximação com os sujeitos investigados, uma vez que estamos analisando as relações de gênero na educação infantil, com base nos contextos pedagógicos e institucionais.

Algumas delas também trabalham em outras instituições do EMEI (Escolas Municipais de Educação Infantil que atendem crianças de 4 a 5 anos e 11 meses).

As características das entrevistadas de maneira geral pertencem ao sexo feminino, com idade variável entre 25 à 45 anos, a religião predominante entre elas é o cristianismo (católico e evangélico), designam em sua maioria casadas e com filhos. O perfil do público que as entrevistadas atendem nesta instituição, refere-se à crianças da periferia paulistana, com baixa renda, muitas delas recebendo auxílio benefício do governo e a principal ocorrência tem sido de mães solteiras, “jovens” e/ou com companheiro usuário de drogas.

Apresentamos a seguir os dados construídos, sistematizados em gráficos, que nos instrumentalizaram para análise a partir das concepções dos respondentes.

Gráfico 1: A relação entre a família e a escola é um pilar importante da educação das crianças.

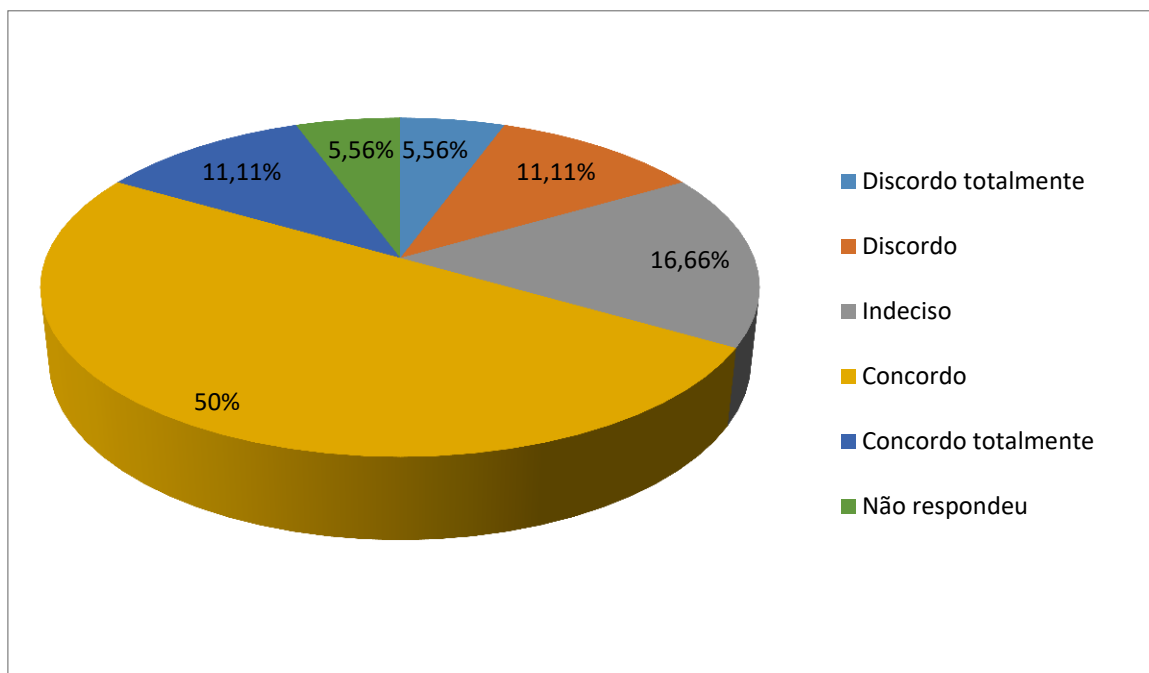


Procuramos saber dos sujeitos da pesquisa se a relação entre a família e a escola é um pilar importante da educação das crianças. Em relação a esta questão todos manifestam concordância, sendo que 5 concordam e a maioria (13) concordam totalmente. Acreditamos que esse dado é muito importante, pois não houve nenhuma resposta discordante nem indeciso. Isso revela a percepção de que a a família é indispensável na educação das crianças.

A esse respeito, entende-se que família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo. (CARVALHO, 2006).

As entrevistadas concordaram plenamente com a ideia de que a família é sim muito importante no desenvolvimento escolar das suas crianças. Nenhum questionamento foi observado nessa questão, por parte das entrevistadas.

Gráfico 2: Na escola, é importante abordar questões de gênero com as crianças, incluindo as que se referem à sexualidade.



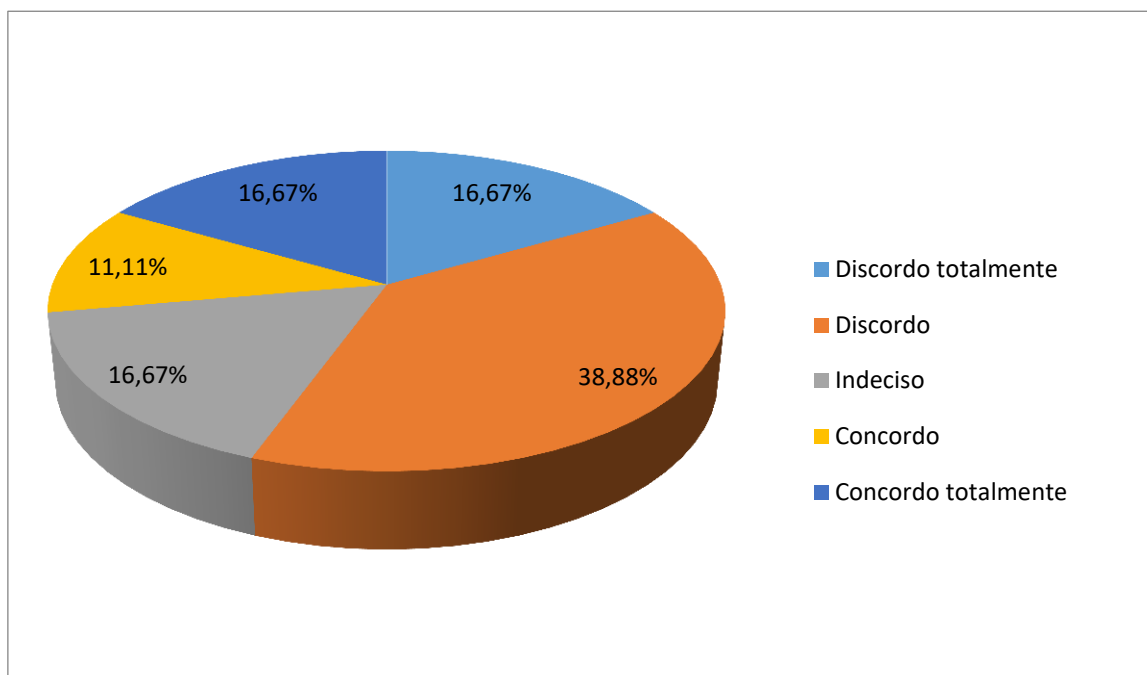
Nesse quesito, os dados evidenciados no gráfico mostram um grau significativo de concordância (n=11), ou seja, metade dos sujeitos pesquisados (9) concordam e 2 concordam totalmente. As outras respostas foram bastante diversificadas. Ainda assim, os dados mostram que a questão de gênero na escola já evoluiu muito, mas que ainda é um tema delicado que precisa de atenção. Nesse sentido, evidenciamos a seguinte citação.

A educação sexual foi balizada historicamente, nas sociedades ocidentais, pela igreja e pela medicina. Foi principalmente a Igreja, na qualidade de instituição, que criou a fobia de desprezo do corpo e a obsessão persecutória da carne. Desde sua origem, as práticas monásticas usaram de toda imaginação para inventar coações e proibições dentre as quais a continência sexual ocupa um lugar considerável. Tais práticas serviram de matriz para a doutrina cristã da contenção. As proibições são objeto de rituais, ritmados pelo calendário; além disso, os sacerdotes geram processos de confissão. No decorrer da Idade Média, os manuais do confessor multiplicaram os delitos sexuais com riqueza de detalhes (VALADARES, 2002, p. 43).

Ainda há muitas dúvidas em relação ao tema gênero e uma das perguntas efetuadas nessa questão, foi: - É para nós respondermos como pessoal ou profissional?

Indicando divergência entre o que pensam e o que devem fazer, frente às orientações que recebem da instituição educacional que trabalham.

Gráfico 3: Um casal homoparental que vive com uma ou mais crianças não é uma família.

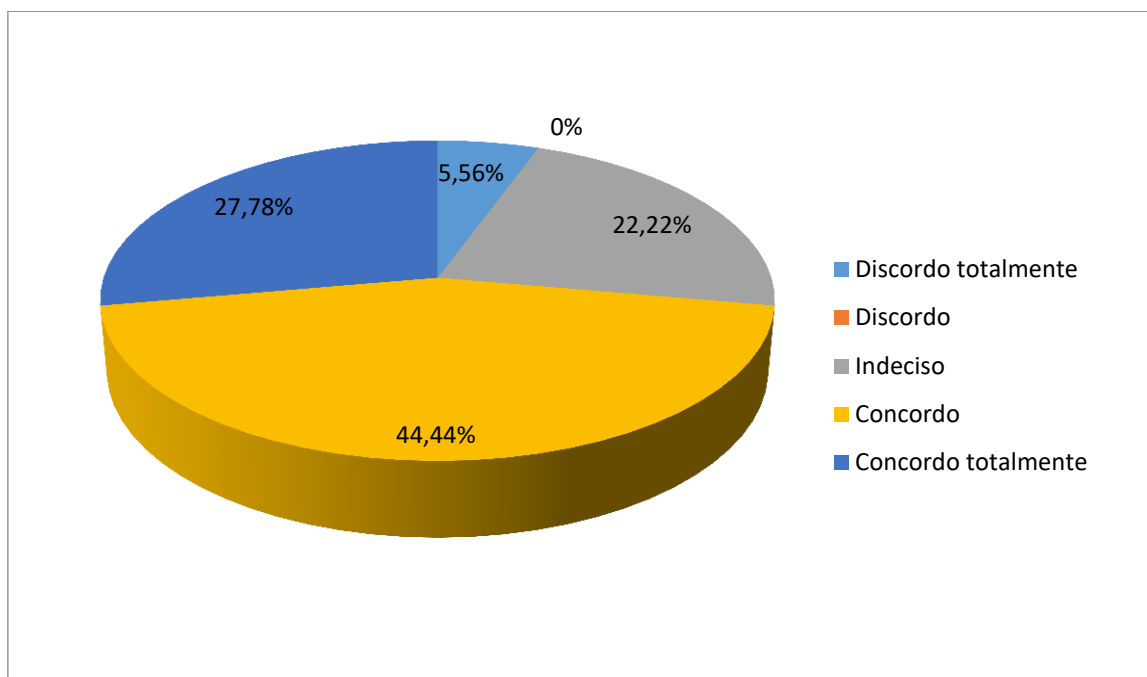


Para essa questão as respostas foram também bastante diversificadas, no entanto, observamos que a maioria das inquiridas (n=10) discorda da proposição: “um casal homoparental que vive com uma ou mais crianças não é uma família”: 7 discordam e 3 discordam totalmente. De registrar, no entanto, que 3 inquiridas mostram-se indecisos e os restantes 5 concordam (n=2) ou concordam totalmente (n=3), o que nos leva a concluir que é ainda significativo o número (n=8) dos que não percebem como uma família um casal homoparental que vive com uma ou mais crianças.

Além do preconceito, há a burocracia. Entretanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 incluindo os artigos 227 e 228 que fazem referência aos direitos das crianças e dos jovens, houve uma mobilização de diversos grupos, movimentos sociais e instituições buscando criar uma nova legislação que substituisse o Código de Menores de 1979 (LEMOS, 2009).

Nesta questão, não houveram perguntas, porém pude observar, múltiplas expressões faciais e corporais discretas, de algumas entrevistadas que davam indícios de concordância, dúvidas e negação.

Gráfico 4: Se duas pessoas se amam, independentemente do sexo, podem casar, constituir família e adotar uma ou mais crianças.



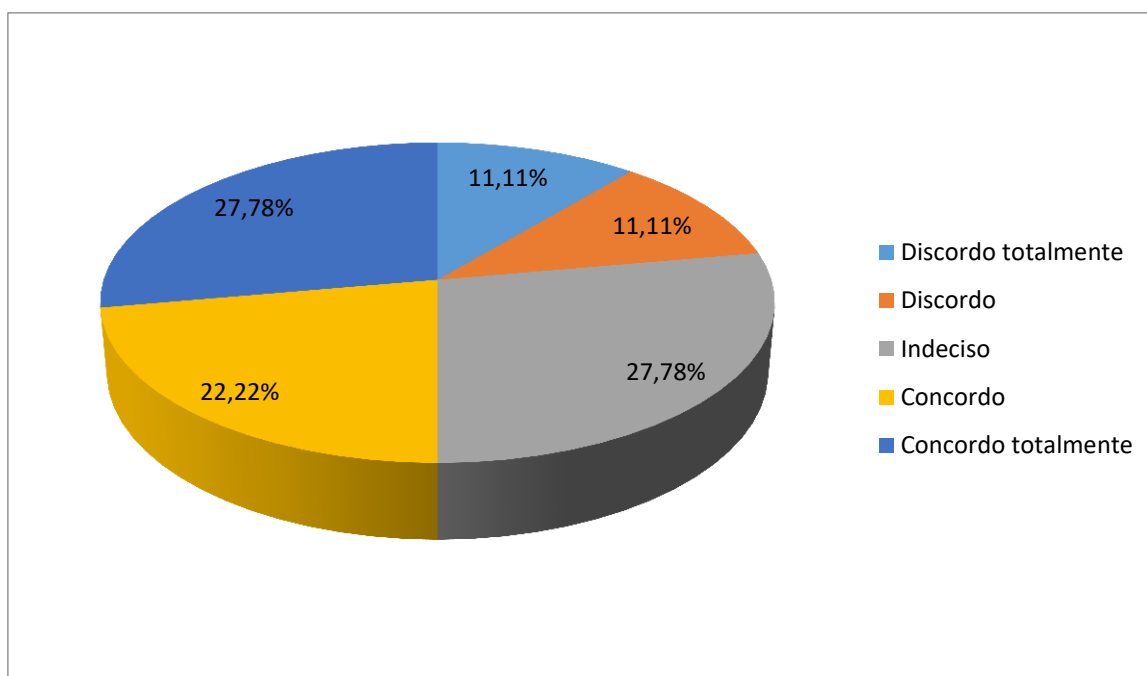
As respostas para essa questão seguem o mesmo perfil das que foram apresentadas no gráfico anterior. As percepções são diversificadas, mas apontam para uma tolerância em relação a esse tipo de família, uma vez que a grande maioria (n=13) expressam concordância: 8 concordam e 5 concordam totalmente. De salientar, no entanto, que 4 inquiridas mostram-se indecisos e 1 discorda completamente da afirmação de que “se duas pessoas se amam, independentemente do sexo, podem casar, constituir família e adotar uma ou mais crianças”.

A esse respeito, Scott (2001) argumenta que quando as diferenças sociais são ressaltadas a família se transforma em “as famílias”, no plural. A noção de exclusão social surge para dar visibilidade a famílias que não se enquadram no padrão demográfico de casais com filhos ou que fogem do padrão da sexualidade hegemônica, como os casais homossexuais. Ele ressalta que as brigas para a afirmação da cidadania, através do judiciário, por parte de casais

homossexuais têm se dado pela reivindicação do direito de herdar como cônjuge, mas também pelo direito de criar filhos.

Nessa questão, as entrevistadas não fizeram perguntas e demonstraram “aceitação” e normalidade, talvez pelo fato estar relacionado com adoção e não filho biológico, como se “soasse” algo menor, que não tivesse “peso” na sociedade. Uma das entrevistadas externou: - Ah! Adotar, sim.

Gráfico 5: Todos os arranjos familiares, sejam eles heteroparentais (família tradicional), monoparentais e homoparentais são legítimos na nossa sociedade.



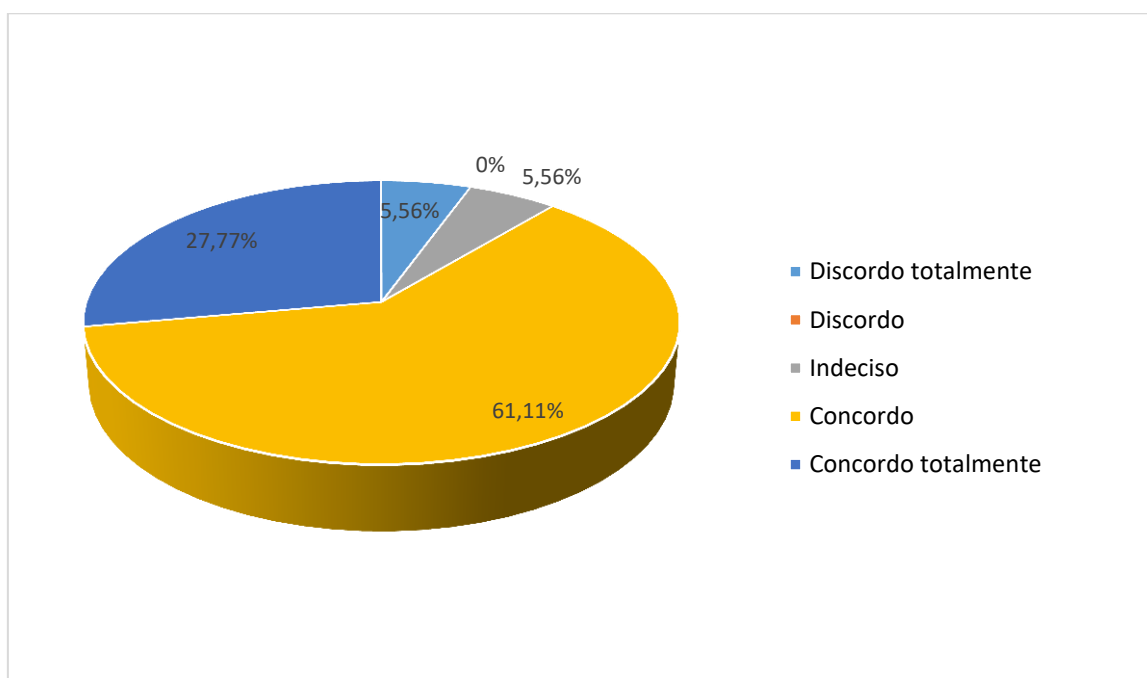
Metade das inquiridas (n=9) concordam (n=4) ou concordam totalmente (n=5). Todavia, registra-se a discordância de 4 inquiridas e um número elevado de indecisos (n=5) e ainda 1 que discorda da afirmação de que “todos os arranjos familiares, sejam eles heteroparentais (família tradicional), monoparentais e homoparentais são legítimos na nossa sociedade”.

Consta-se uma fratura nas respostas, pelo que estes dados devem merecer mais atenção por parte da academia, pois trata-se de um tema que deve ser discutido com maior profundidade, inclusive procurando incluí-lo na formação de professores, tanto acadêmica quanto continuada.

Fazendo uma articulação das respostas dos participantes, podemos citar Butler, (2003), quando afirma que a esta diferenciação entre sexo, definido como um aspecto natural, e sexualidade, compreendida como um traço cultural, tem demonstrado certos limites, sendo debatida e contestada em estudos que se intensificam. A este exemplo, constam diversos autores considerados pós estruturalistas que, fundamentados na obra de Michel Foucault, desenvolveram fortes críticas à distinção sexo-gênero, sob o argumento de que a própria construção do caráter natural do sexo, da natureza sexuada precedente à cultura, caracteriza mecanismos instituídos social e culturalmente para a manutenção da estrutura binária, hierarquizada e subordinadora entre os gêneros.

Nesse momento, uma das entrevistadas, pediu para que eu explicasse melhor a questão e o termo legitimado, pois pairavam dúvidas relacionado aos arranjos familiares e algumas desconheciam o termo homoparentalidade.

Gráfico 6: Todos os arranjos familiares, sejam eles heteroparentais (família tradicional), monoparentais e homoparentais não são legítimos na nossa sociedade.



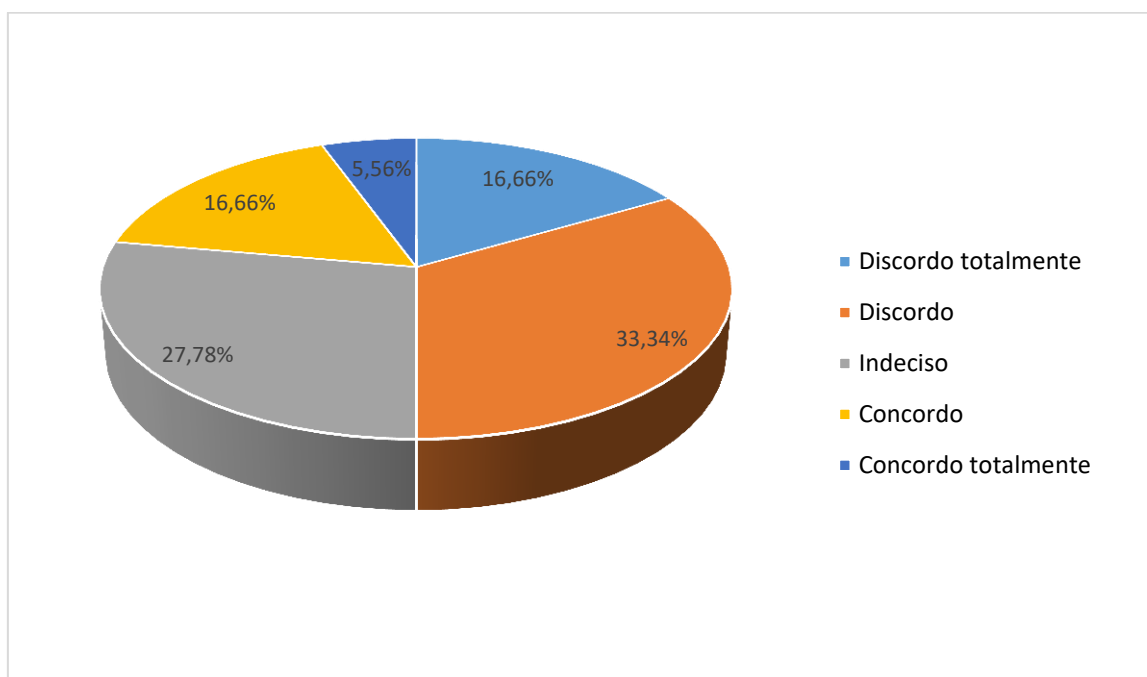
Esta afirmação é oposta à anterior. Uma maioria clara (n=16) não considera legítimos os referidos arranjos familiares (11 concordam e 5 concordam totalmente com a afirmação). Os dados confirmam o preconceito que persiste em relação às famílias não tradicionais. Nesse

sentido, apenas a família constituída pelo casamento é tida como legítima, assim como os filhos nascidos no matrimônio tradicional.

Além de os relacionamentos extramatrimoniais não serem regulados, a lei não atribui consequências jurídicas aos vínculos afetivos que se formam fora do casamento, estando condenada a viver a margem da sociedade a família que surge de maneira ilegítima, muitas vezes com filhos envolvidos. Conforme Baptista “até pouco tempo atrás, as formas de família que não fossem constituídas pelo casamento eram consideradas ilegais e os filhos havidos de uniões extraconjugais eram alvo de discriminação, sendo considerados ilegítimos”. (2010, p.28).

Obsva-se, portanto, que a literatura confirma esse dado bastante significativo encontrado na nossa pesquisa em que 61,11% que acredita não ser legítimo qualquer tipo de família.

Gráfico 7: Todas as famílias dos meus alunos participam das atividades desenvolvidas, quando lhes é solicitado.



Quanto à participação das famílias nas atividades desenvolvidas na instituição de educação infantil, metade das inquiridas (n=9) expressam a opinião de que as famílias não participam: 6 discordam e 3 discordam totalmente. O elevado número de indecisos, assim como outras respostas, pode significar que a afirmação não foi corretamente formulada. Ao dizer-se “todas as famílias...”, os inquiridas podem ter pensado que algumas participam e outras não,

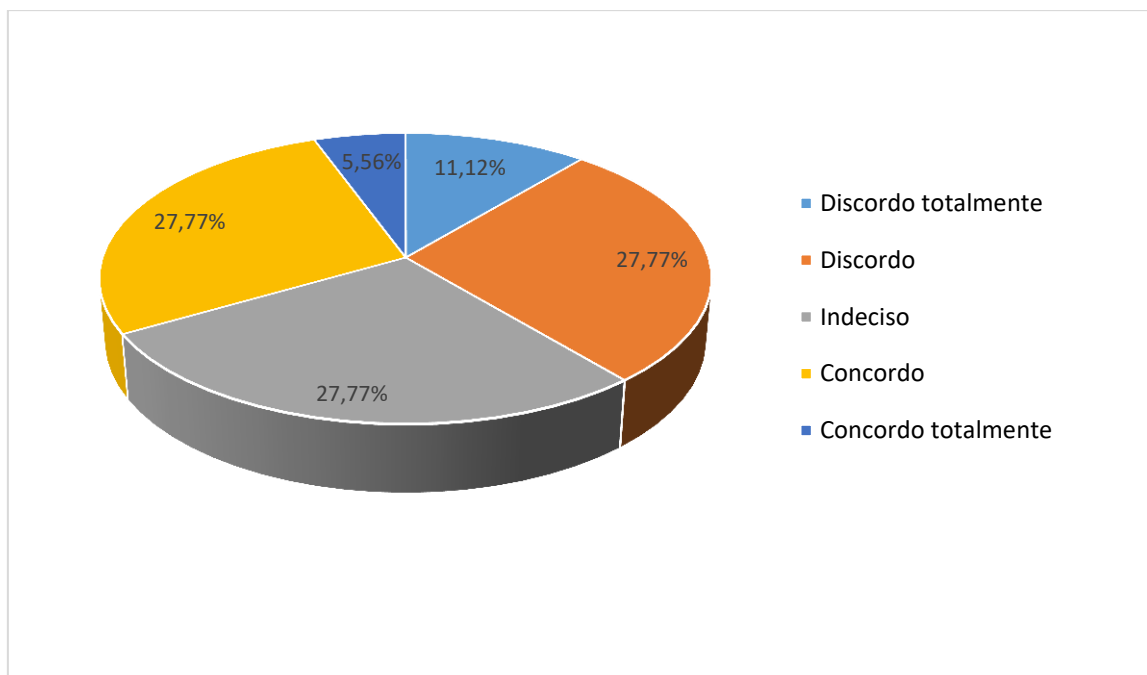
dificultando, portanto, a sua resposta. Em futuras investigações, a formulação das proposições deve ser mais cuidada, de modo a evitar a ambiguidade.

Ainda assim, os dados apontam para um baixo grau de participação das famílias na vida das suas crianças no contexto da instituição de educação infantil que elas frequentam. Pereira (2008) refere que em vários países, nas últimas décadas, que se os pais se envolverem na educação dos filhos, eles por ora, obtêm melhor aproveitamento escolar. De muitas variáveis que se estudaram, o envolvimento dos pais no processo educativo foi a que obteve maior impacto, estado este impacto presente em todos os grupos sociais e culturais. A comunicação entre professor e pais do aluno aparece como o primeiro, constituindo a forma mais vulgar de colaboração. Perrenoud (citado por Pereira, 2008, p.39), refere que:

a educação precisa de mudar e que as mudanças podem ser negociadas entre os diferentes agentes educativos, cabendo à escola o papel de as tornar mais visíveis e reais, ficando as famílias mais interessadas, próximas e conscientes da sua importância. Hoje em dia existe cada vez mais a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família.

De acordo com a citação entendemos que a escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de todos. Porém, infelizmente, a maioria das entrevistadas, relataram a dificuldade da participação da família, justamente pela maioria das crianças pertencerem a famílias monomaternais ou com os avós como responsável, uma outra parte, justifica a ausência por conta do trabalho em período integral. Uma das entrevistadas relatou: - Aqui na escola tem um grande número de mães adolescentes, menores de idade e usuárias de drogas. Muitas vezes arrecadamos roupas e alimentos entre nós funcionários, para ajudar essas famílias, principalmente as crianças, que ficam à mercê dessa situação.

Gráfico 8: Todos os arranjos familiares (heteroparentais, monoparentais e homoparentais) têm os mesmos direitos na nossa sociedade.



As respostas são bastante divergentes, sendo que 7 inquiridas discordam ou discordam completamente (5 e 2, respectivamente) de que “todos os arranjos familiares (heteroparentais, monoparentais e homoparentais) têm os mesmos direitos na nossa sociedade”. A concordância é apenas expressa por 6 inquiridas (5 concordam e 1 concorda totalmente). Salienta-se, porém, um elevado número de indecisos (n=5), o que não deixa de ser preocupante face ao reconhecimento de direitos. Conclui-se que a diversidade de arranjos de família ainda causam polêmica e dúvidas, no que tange à legitimidade e direitos. A esse respeito, De Singly, (2000) diz que o uso do termo "família homoparental" costuma ser objeto de muitos questionamentos, pois coloca o acento na "orientação sexual" (homoerótica) dos pais/mães e a associa ao cuidado dos filhos (parentalidade).

Essa associação (homossexualidade dos pais/mães e cuidado com os filhos) é, justamente, o que os estudos sobre homoparentalidade se propõem a desfazer, demonstrando que homens e mulheres homossexuais podem ser ou não bons pais/mães, da mesma forma como homens e mulheres heterossexuais. Os estudos demonstram que é a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos o determinante da boa parentalidade, e não a orientação sexual dos pais.

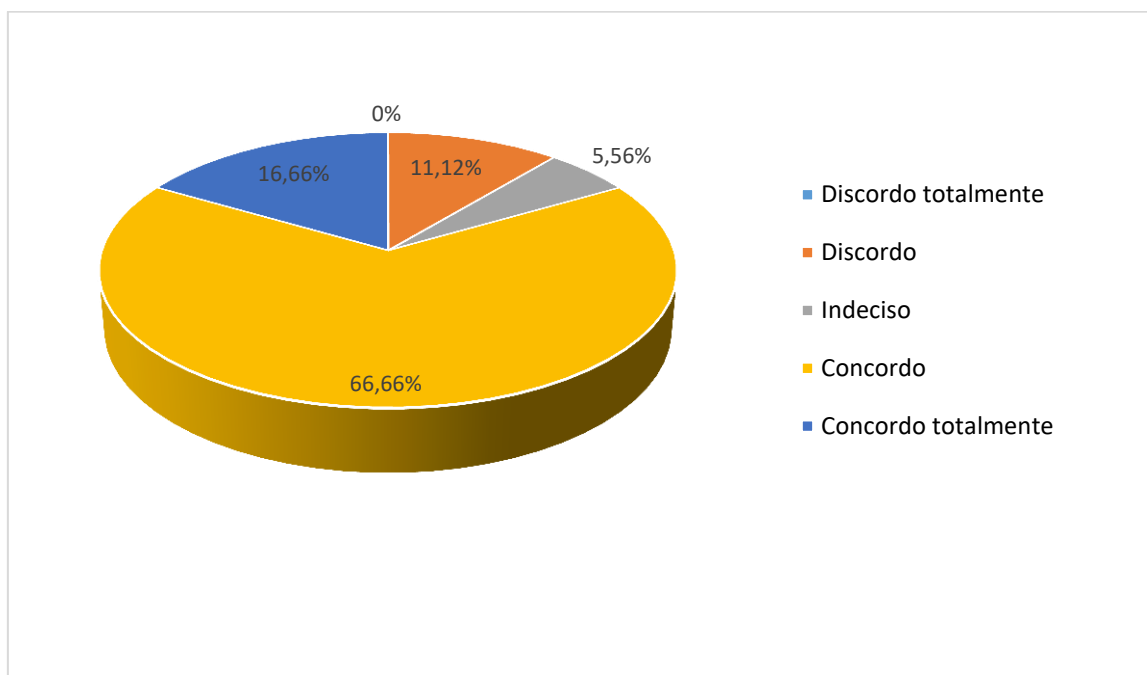
Entretanto, o seu emprego é estratégico e se justifica pela necessidade de colocar em evidência uma situação cada vez mais presente na sociedade atual. Ao nomear um tipo de família até então sem nome, permite-se que ela adquira uma existência discursiva, indispensável

para indicar uma realidade, possibilitando o seu estudo e, principalmente, sua problematização (DE SINGLY, 2000). Entretanto, mesmo diante de todas essas conquistas, ainda há muito preconceito e esse arranjo familiar muitas vezes ainda tem dificuldades para se firmar na sociedade com todos os direitos que lhe são concedidos por lei. Assim, podemos inferir que tudo isso favorece ao mesmo tempo, a emergência de um campo de luta político em que as demandas de (homo) parentalidade ficam fortalecidas.

Nesse ponto, uma entrevistada perguntou: - Mas é para responder o que achamos ou o que vemos acontecer na sociedade? Mesmo com as leis aprovadas?

Esse questionamento deixou transparecer a real situação da nossa sociedade, a qual muitos detêm dos saberes sobre as leis e os direitos, mas acabam por contagiar-se com as ações intolerantes e discriminatórias do senso comum.

Gráfico 9: As crianças educadas em uma família homoparental poderão sofrer discriminação na escola.

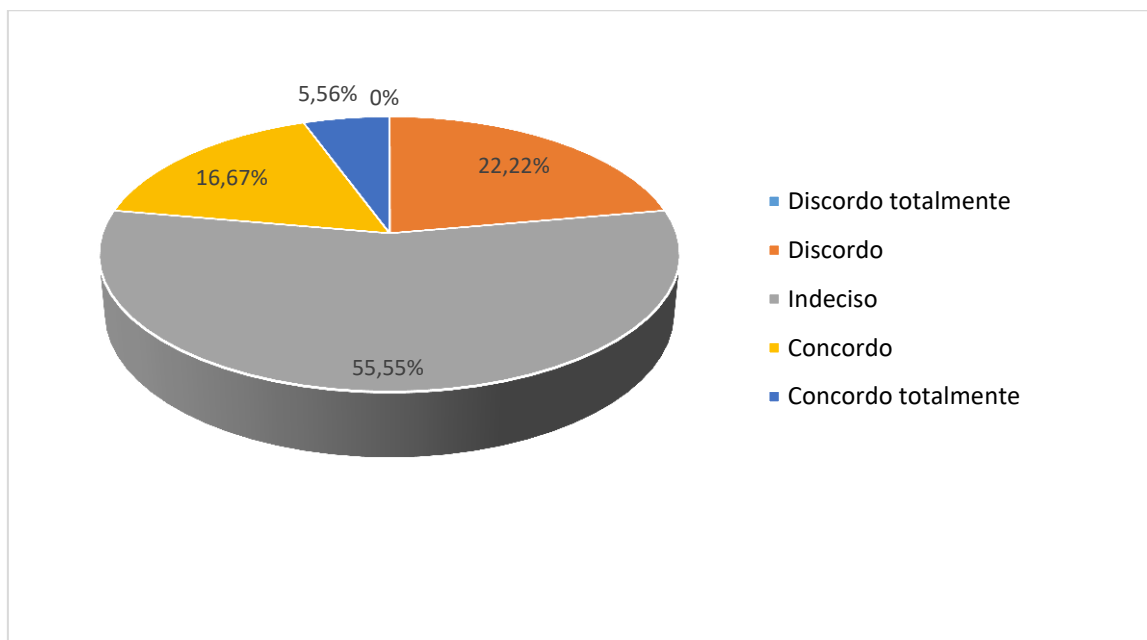


Estes dados são bastante significativos e preocupante, confirmando que o Brasil ainda vive sob forte pressão de uma sociedade conservadora. Do total de 18 inquiridas, 15 consideram que “as crianças educadas em uma família homoparental poderão sofrer discriminação na escola” (12 concordam e 3 concordam totalmente). Schumm (2008), Clarke (2004), Andersen (2002), Sears (1994), contribuem para essa discussão, quando firmam ser a esfera conservadora

alegando que a exposição ao contexto homoparental seria francamente danoso ao desenvolvimento individual. Nessa argumentação pelo menos sete aspectos são elencados como potencialmente distorcidos ou induzidos direta ou indiretamente em virtude dessa exposição: funcionamento emocional (capacidade de relacionar-se, intimidade, experimentação e expressão de sentimentos), preferência sexual, estigmatização /bullying, características comportamentais ligadas ao gênero (hábitos e comportamentos característicos de cada sexo), ajustamento social (comportamento em concordância com o que socialmente se espera do indivíduo para uma dada idade e sexo), identidade de gênero e funcionamento cognitivo. Assim, pode se inferir que essas crianças podem sofrer discriminação na escola pela condição familiar a que pertencem.

Quando a maioria das entrevistadas concordam com o fato de haver discriminação na escola, posso elucidar a conjuntura de informações sobre a homoparentalidade, pois para muitas, ao explicar sobre a homoparentalidade, foi perceptível a demonstração de surpresa. Ao mesmo tempo, ouvi alguns “burburinhos” como: - Eu não concordo, mas respeito!

Gráfico 10: As crianças educadas em uma família homoparental serão adultos socialmente adaptados.



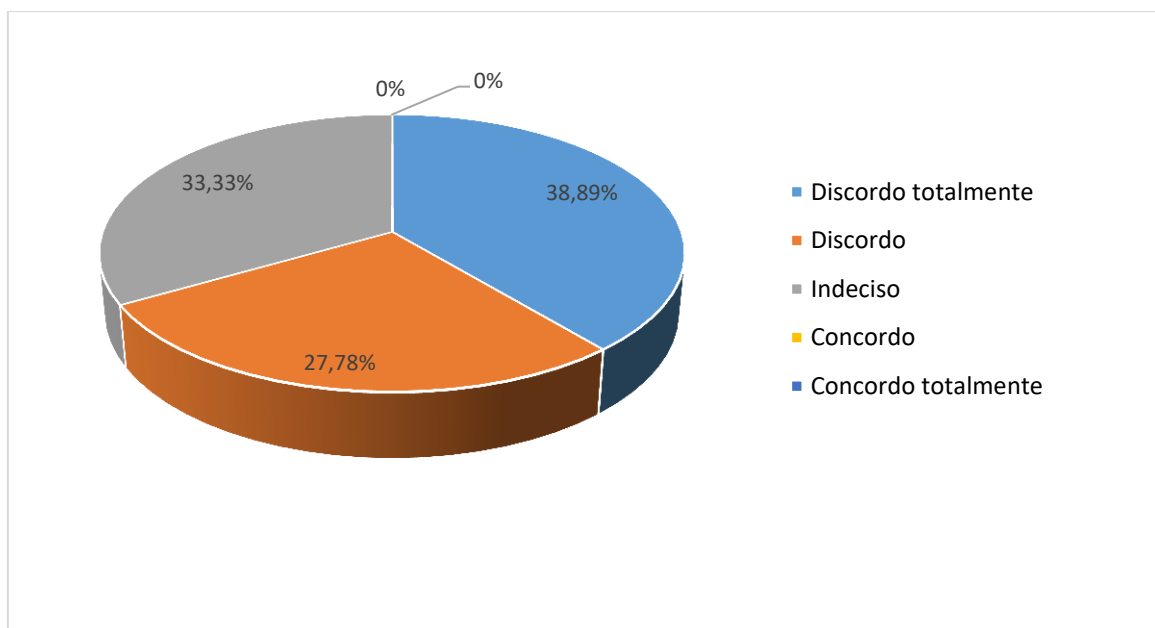
A maioria (n=10) mostra-se indecisa relativamente à afirmação de que “crianças educadas em uma família homoparental serão adultos socialmente adaptados”. Juntando a este o número dos

que discordam (4), constatamos que 14 veem como problemática a adaptação dessas crianças à sociedade. Por outro lado, registra-se que apenas 4 inquiridas concordam (3) ou concordam totalmente (1) com a mencionada afirmação. Conclui-se que ainda há muito a fazer, visto que as crianças que crescem em uma família não tradicional estruturada tem possibilidades de se tornarem adultos socialmente adaptados, considerando as perspectivas das professoras de educação infantil que foram inquiridas. Para essa questão, podemos recorrer a quando diz que Cecílio et al. (2013), a visibilidade das famílias homoparentais como um contexto possível e não-tradicional tem forçado que se pense as relações de parentesco de diferentes perspectivas. A sociedade tem cobrado por avanços que acompanhem tais reconfigurações. Assim como em outros países, no Brasil, as mudanças são verdadeiros palcos de batalhas entre posturas conservadoras e um luta pela cidadania plena de quem vive situações de quase marginalidade. Cecílio et al. (2013) destacam que:

as dificuldades legais para o reconhecimento dessas famílias, bem como a discriminação e o preconceito que envolvem não apenas o casal homoafetivo, como também a criança adotada, acabam por repercutir no modo como essas famílias têm se estruturado e se reconhecido em termos de sua identidade. (p. 511).

Nessa questão, não se registou qualquer questionamento nas entrevistas.

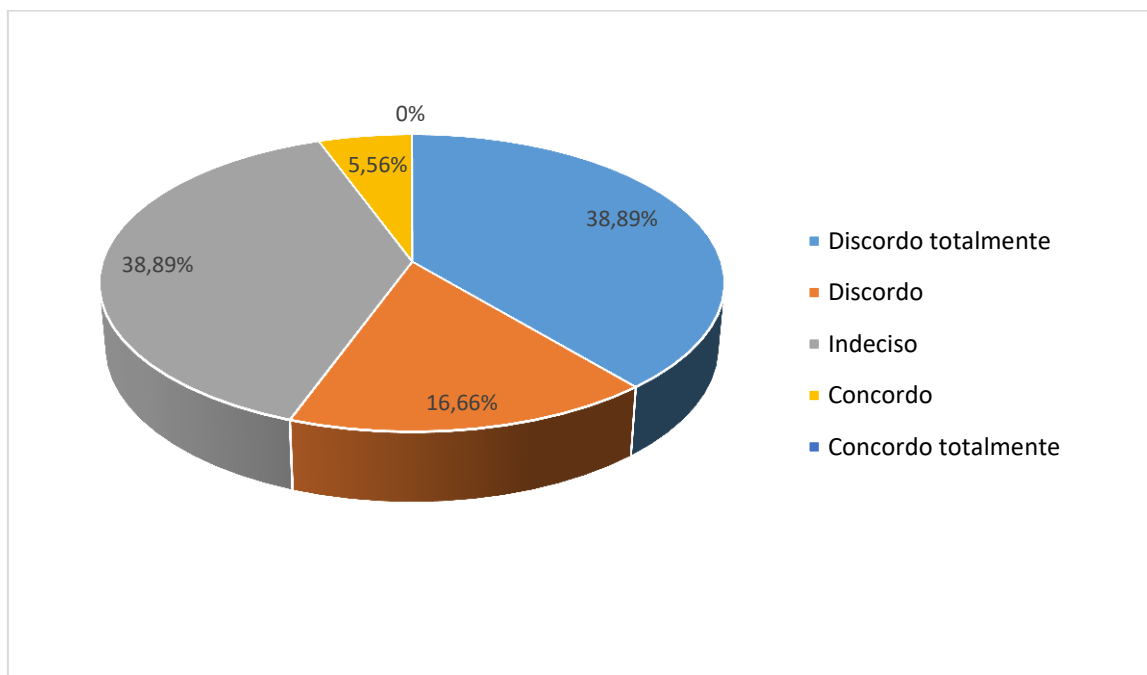
Gráfico 11: Um menino adotado por lésbicas se tornará gay pela falta de um referencial masculino em casa.



Essa questão apresenta perspectivas diversas. A grande maioria (n=12, ou seja, 7 que discordam totalmente e 5 que discordam) acreditam que a ausência de um referencial masculino não interfere na orientação sexual. Todavia, mais uma vez se registra um número elevado (6) de indecisos, revelando dúvidas em relação ao assunto. Tratando-se de educadoras de crianças pequenas, a expressão deste tipo de dúvidas e expectativas é ainda mais preocupante. Acresce que a explicação para a maioria das respostas pode ter a ver com o fato de que muitas famílias brasileiras serem do tipo monomaterna. O IBGE constatou através do Censo 2010 que houve um aumento de famílias tendo a mulher como responsável (de 22,2% para 37,3%), as mulheres também são maioria no Brasil, segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), as mulheres representam 51,03% e os homens 48,97%, totalizando 190,7 milhões de brasileiros. (IBGE, 2010).

Essa questão pode ser ilustrada em conversa informal com uma das entrevistadas, que relatou a realidade das crianças, como sendo maioria pertencentes a famílias monomaternais, que tem a mãe ou avó como responsáveis.

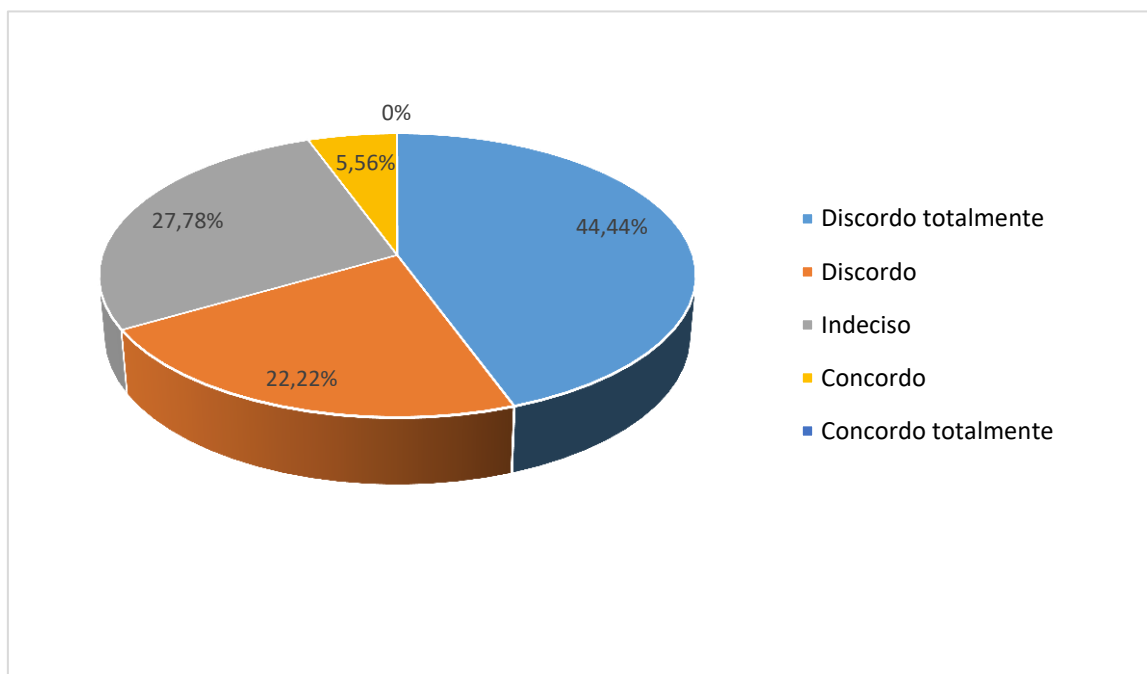
Gráfico 12: Uma menina criada por lésbicas terá dificuldades em se relacionar com homens, no futuro.



Embora a maioria (n=10) discorde da afirmação, observa-se mais uma vez que essa é uma questão que falta muito para ser equalizada na nossa sociedade, uma vez que um elevado número (7) tem dúvidas a esse respeito. Assim, tal questão merece ser mais discutida no meio escolar. Como afirma Giddens (2008), as identidades do gênero surgem relacionadas às diferenças de sexo percebidas na sociedade e, por sua vez, ajudam a moldar essas mesmas diferenças. Dessa forma, não seria a convivência que determina o gênero.

Nessa questão, não se registou nenhum questionamento nas entrevistas.

Gráfico 13: Uma criança criada por gays terá problemas de desenvolvimento da personalidade por falta da figura materna.

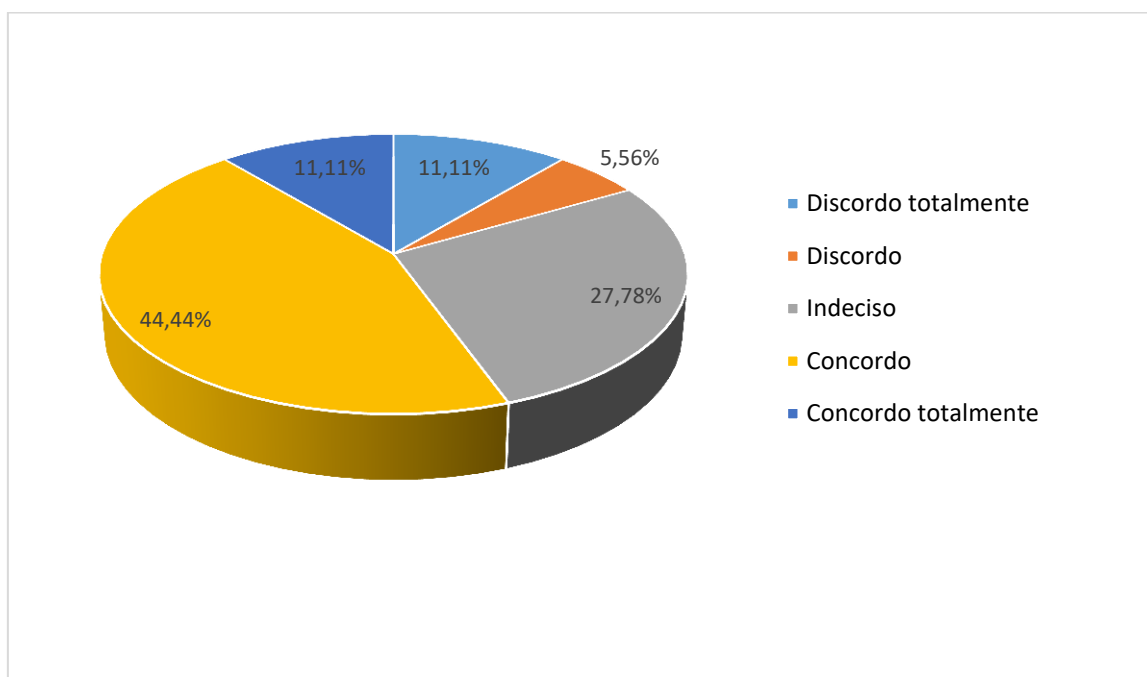


Estes dados fogem um pouco as respostas que vêm sendo pontuadas até ao momento, pois a grande maioria (n=12, ou seja, 8 discordam totalmente e 4 discordam) acreditam que a criança não terá problemas de desenvolvimento da personalidade por falta da figura materna. Contudo, não deixa de ser revelador o fato de 5 se mostrarem indecisas e de 1 concordar com a afirmação. Acreditamos que os gays e lésbicas não mais estão aceitando sua condição de marginalizados e conseqüentemente estão prontos para defender seus filhos. Estão tornando-se mais politizados e insistindo em conquistar maior visibilidade. Os movimentos em favor da liberação e aceitação da diversidade sexual e a epidemia da AIDS, historicamente, conduziram o tema da sexualidade e comportamento sexual para as rodas de debate na mídia e, de alguma

forma, prepararam terreno para a expansão do desejo e inauguração social da família homoafetiva de forma aberta (HEREK, 2006; GREENFELD, 2005; ARIEL, 2000).

Nesse momento, a discordância passou a dar vazão a indecisão e concordância, pois uma frase exprimida dentre as entrevistadas foram: - O mais importante em uma família é o amor. Outra: - Há crianças que têm família normal e são terríveis!

Gráfico 14: Se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas psicologicamente, a criança se desenvolverá normalmente.

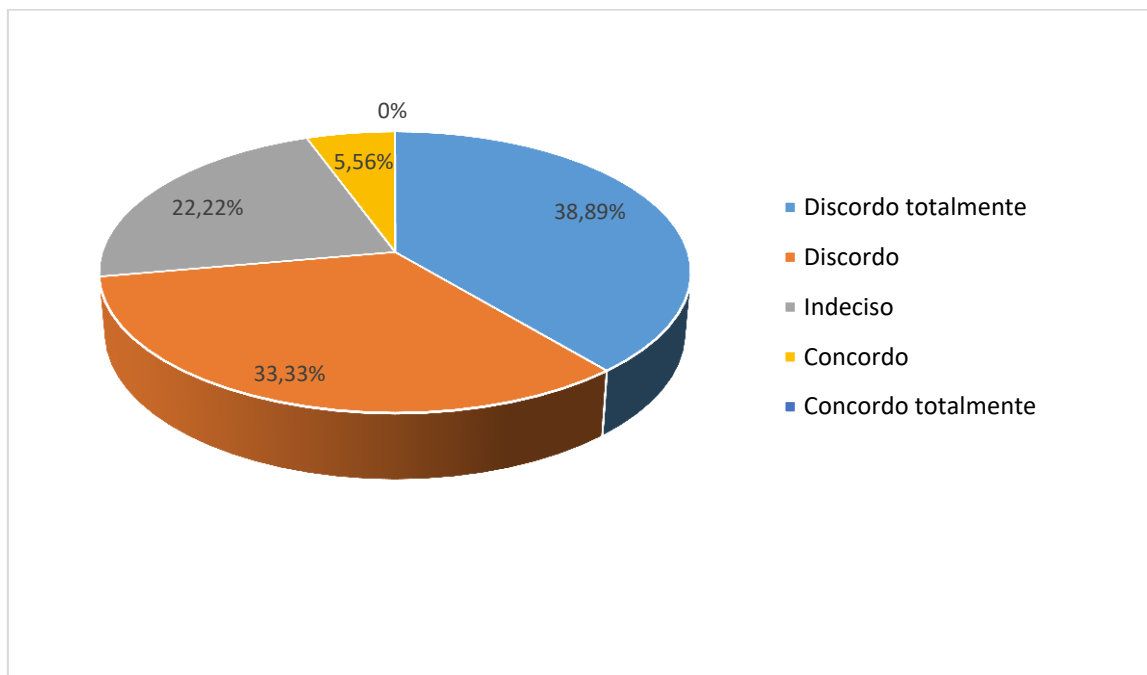


Estes dados são importantes para nossa pesquisa, pois apontam para uma concepção menos preconceituosa, ou seja, de acordo com o entendimento da maioria das inquiridas, a orientação sexual dos pais não é motivo para desassuste psicológico das crianças. A maioria (n=10) expressa concordância (8 concordam e 2 concordam totalmente), mas é de assinalar a persistência de respostas que revelam dúvidas, sendo neste caso 5. Apesar de minoritário, é igualmente preocupante o número das inquiridas que discordam totalmente (2) ou discordam (1) de que a criança se desenvolverá normalmente se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas psicologicamente.

As entrevistadas demonstraram compreender as diferenças que tangem o psicológico e o biológico de cada indivíduo. Exemplo disso foi a declaração de uma das entrevistadas, ao

descrever uma situação: - Eu tive uma aluna de família homoparental que se destacava dentre os demais alunos, pois era extremamente carinhosa e muito inteligente!

Gráfico 15: Um menino criado por um casal de gays terá dificuldades em se relacionar com mulheres, no futuro.



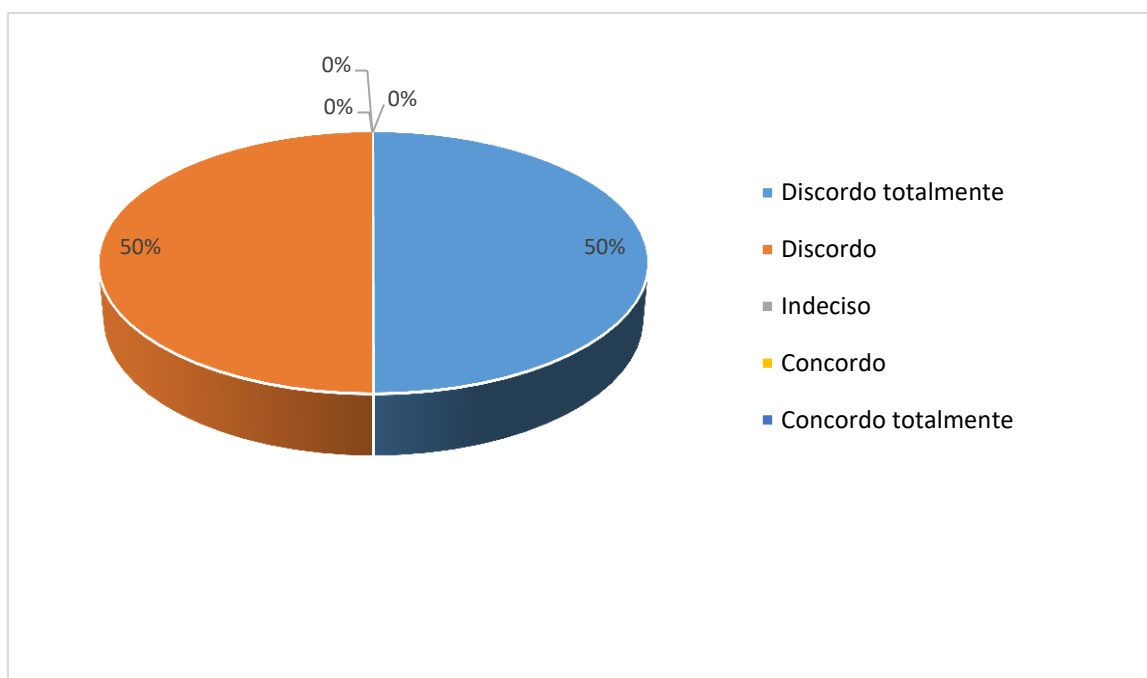
O panorama é semelhante ao anterior, apontando para um entendimento de que isso não depende da orientação sexual dos pais e sim da forma como estes conduzem a educação de seus filhos. São 13 os inquiridos que discordam ou discordam totalmente (7 e 6, respectivamente) da afirmação. De registrar ainda o número de indecisos (4) e 1 que concorda com a afirmação de que “um menino criado por um casal de gays terá dificuldades em se relacionar com mulheres, no futuro”. Trata-se efetivamente de um estereótipo, pois, como sustenta Schumm (2008), a qualidade das relações familiares pode predizer melhor desenvolvimento para a criança que a estrutura familiar em si. Segundo este autor, tal afirmação trivializa os complexos modelos sociais nos quais é muito evidente que os fatores estruturais são alicerces para a qualidade e as variáveis processuais, mesmo que os efeitos diretos sob os desfechos sejam menores.

Esta questão é semelhante à questão 12, havendo trocas apenas dos sexos, de feminino para o masculino, na proposição formulada. Se observarmos os dados com mais intensidade,

veremos que até esse ponto a compreensão da homoparentalidade é mais visível, pois os dados relacionados à discordância e indecisos quanto ao enunciado são mais significativos.

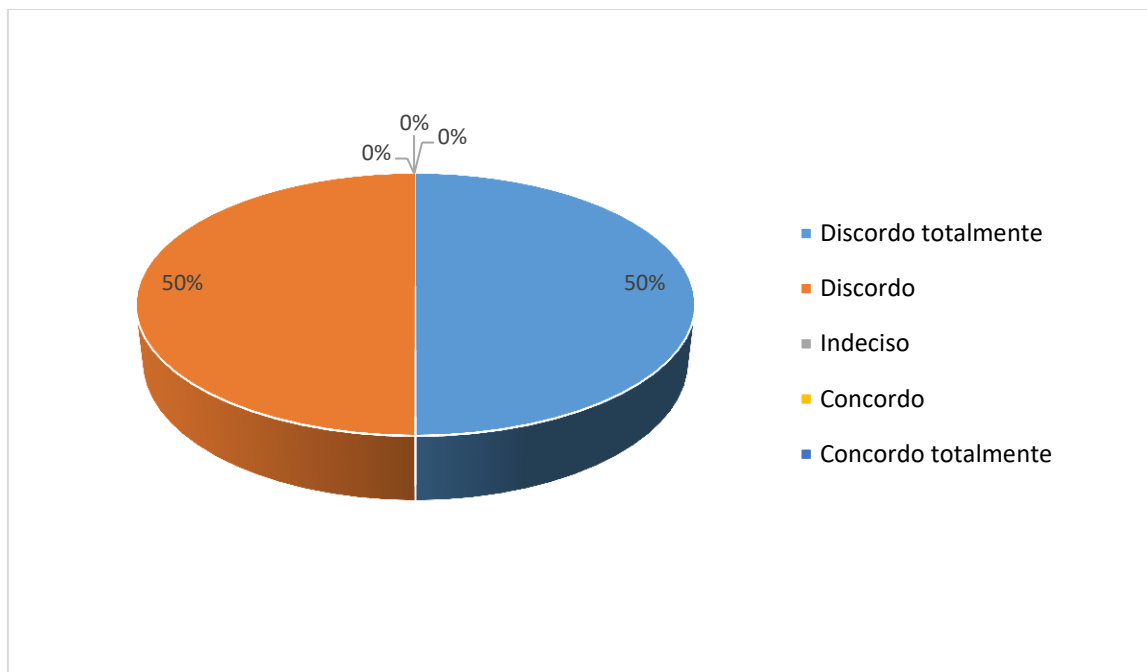
Em relação a esta questão, as entrevistadas não efetuaram comentários.

Gráfico 16: De um modo geral, os gays e os heterossexuais são tratados igualmente na nossa sociedade.



Nesta questão, obtivemos respostas exatamente equivalentes, o que aponta para uma sociedade dividida com relação ao tema. A este respeito, pode trazer-se para a discussão o que argumenta Pereira & Leal (2002): os gays são indivíduos estigmatizados estando frequentemente expostos a ameaças diretas e indiretas à sua autoestima. Estereótipos de que os homossexuais são seres humanos inferiores, que possuem defeitos de caráter moral, são mantidos por determinadas instituições sociais (tais como família, escola, Igreja e Estado) e pelos meios de comunicação de massa em geral. Se por um lado o indivíduo não aceita passivamente as visões negativas da sociedade com relação à sua sexualidade, estas imagens são tão difundidas que se torna difícil deixar de internalizá-las em algum grau, sobretudo durante a infância.

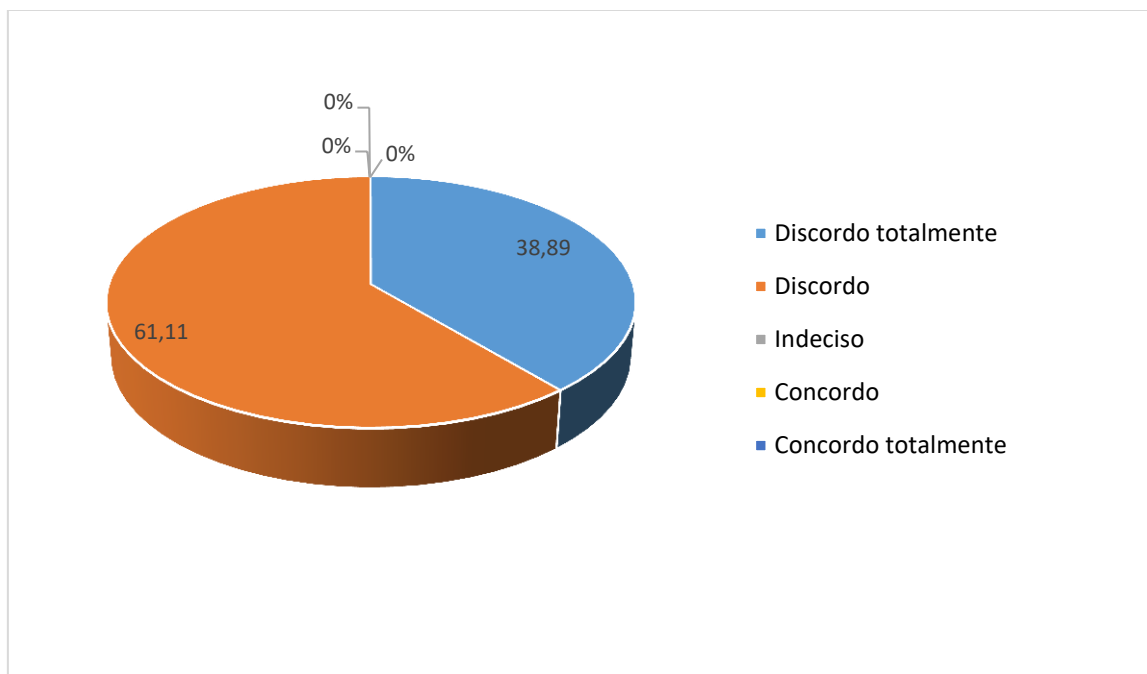
Gráfico 17: A discriminação contra gays e lésbicas não é mais um problema no Brasil.



Outro dado que comprova uma sociedade dividida, isto é, para metade dos pesquisados o Brasil não é mais um país preconceituoso com relação aos homossexuais e para outra metade há sim preconceito contra essa parcela da sociedade. Ragins e Cornwell (2001) contribuem para esta discussão ao analisam a discriminação contra empregados que são homossexuais assumidos no trabalho ou apenas percebidos pelos colegas como homossexuais. Eles afirmam que nos Estados Unidos entre 25% e 66% de empregados homossexuais fizeram algum registro oficial junto às empresas por terem sido discriminados no trabalho. Contudo, segundo os autores, a maioria dos homossexuais masculinos ou femininos não são assumidos no ambiente de trabalho e isto faz com que o potencial de discriminação deva ser bem mais alto do que os registrados.

Diante disso, concluí-se que a sociedade já avançou muito com relação a tal preconceito, pois há algumas décadas esse tema nem poderia ser discutido, hoje já se tem uma significativa parte da sociedade que aceita e apoia esse arranjo familiar.

Gráfico 18: A sociedade alcançou o ponto em que homossexuais e heteressexuais possuem oportunidades iguais.

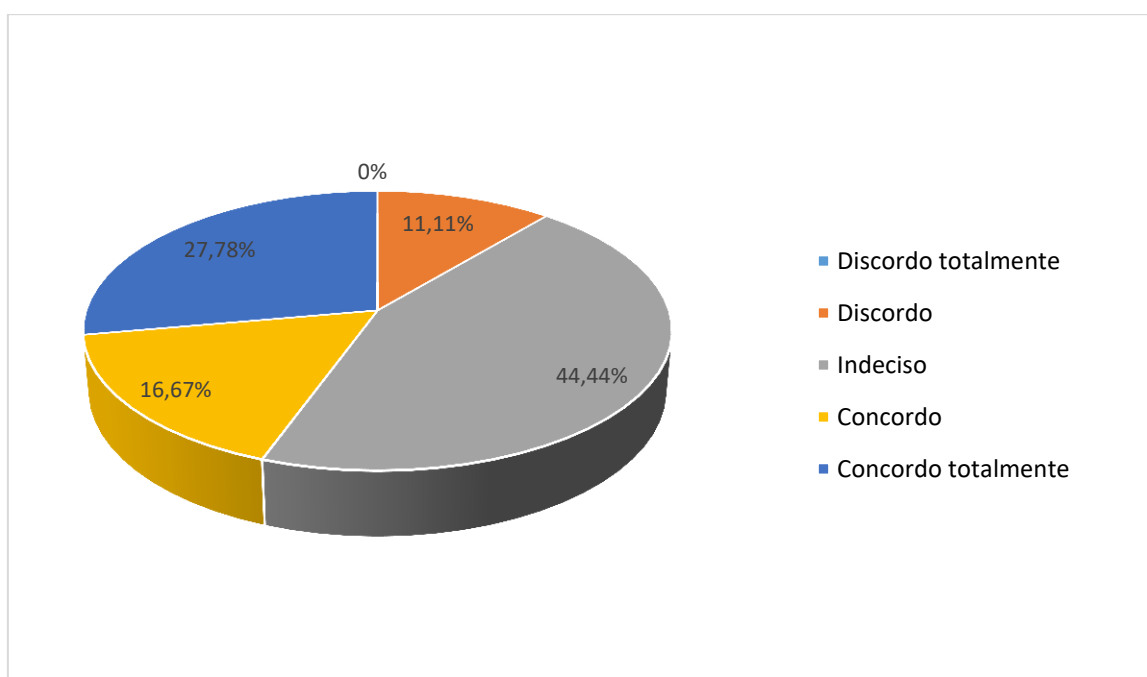


Aqui já não se verifica total equivalência nas respostas, se bem que se tenham registado apenas dois tipos de perceções, mas bem contundentes que não deram margem para indecisão. De salientar, porém, que a maioria das inquiridas (11) entendem que os homossexuais ainda não possuem oportunidades iguais na sociedade.

A esse respeito, Ferreira e Siqueira (2007) afirmam que o processo de sair ou permanecer “no armário” e os seus efeitos na carreira do indivíduo é algo vital para a análise da homossexualidade no âmbito das organizações. Os pesquisadores defendem que os gays assumidos são mais voltados para a carreira que permita expressar a orientação sexual no trabalho, enquanto os gays enrustidos estão mais focados para escolhas fundamentadas em valores de trabalho mais tradicionais e relacionados a status, compromisso e estabilidade. Desta forma, Ferreira e Siqueira (2007) concluem que os homossexuais assumidos são alvo de ações homofóbicas que criam barreiras para a ascensão profissional e que também dificultam o relacionamento com o restante do grupo. Diante disso, é possível entende-se que esse dado da nossa pesquisa está de acordo com o estudo desenvolvido por Ferreira e Siqueira (2007).

As entrevistadas em sua grande maioria, concordaram com o fato de ainda existir muita discriminação acerca dos homossexuais, diferente dos heterossexuais. Uma delas relatou o caso de um parente homossexual formado, que só conseguiu uma colocação profissional na rede pública. Ele é pedagogo recém-formado e foi discriminado em algumas entrevistas na rede privada/ particular de ensino e está prestando concurso para ingressar na Prefeitura de São Paulo.

Gráfico 19: As famílias homoparentais têm condições idênticas a qualquer outro tipo de família, para oferecer lares dignos aos seus filhos.



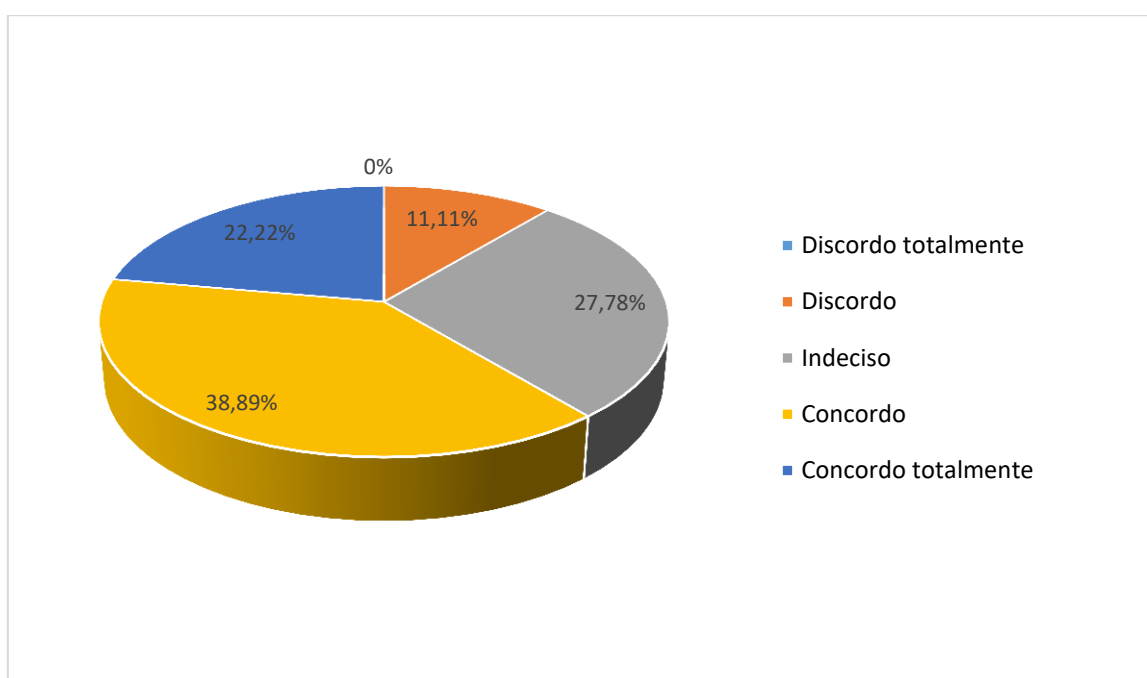
Dos 18 inquiridas, 8 expressam concordância (3 concordam e 5 concordam totalmente) relativamente à afirmação de que as “famílias homoparentais têm condições idênticas a qualquer outro tipo de família, para oferecer lares dignos aos seus filhos”, registrando-se apenas 2 respostas expressando discordância. No entanto, mais uma vez se regista um número elevado de respostas (n=8), apontando para uma situação ainda não esclarecida e que, por isso, necessita de discussões que extrapolem o senso comum

Trazemos para a discussão as ideias de Stacey & Biblarz, 2001; Patterson, 1992, 2004; Julien, Dubé & Gagnon, 1994; e Golombok, 2002 quando afirmam que a família era constituída por um homem e uma mulher, e que a aceitação de uma família formada por dois homens ou duas mulheres implicaria em um apagamento da diferença entre os sexos. Isso significa que

hoje os novos arranjos de famílias já estão praticamente consolidados, entretanto sabemos que ainda há muito preconceito na sociedade brasileira.

Esses dados traduzem a indecisão e desinformação das entrevistadas, pois ao mesmo tempo que reconhecem a legitimação da homoparentalidade, por sua vez, negam dignidade igualitária de suas famílias. Não houve questionamento das entrevistadas nessa questão.

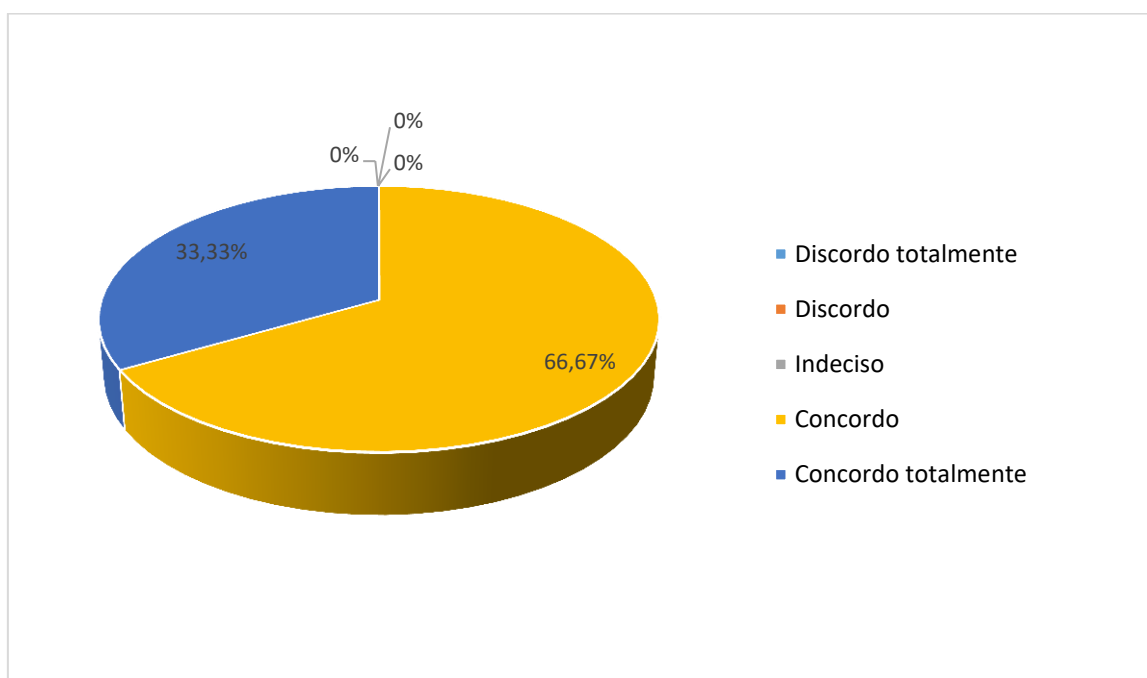
Gráfico 20: Muitas lésbicas e gays ainda perdem o emprego e promoções devido à sua orientação sexual.



Esta segue a linha de raciocínio de outras questões, embora a maioria das inquiridas (n=11) revele a percepção de que há discriminação no que se refere à questão profissional. Mantém-se, todavia, elevado o número de indecisos (5), o que não deixa de ser significativo e mostra a necessidade de se promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, sem qualquer tipo de discriminação. Para Ragins e Cornwell (2001) existe essa discriminação, pois eles analisam a discriminação contra os homossexuais assumidos em empresas verificaram que nos Estados Unidos entre 25% e 66% de empregados homossexuais fizeram algum registro oficial junto às empresas por terem sido discriminados no trabalho. Contudo, segundo os autores, a maioria dos homossexuais masculinos ou femininos não são assumidos no ambiente de trabalho e isto faz com que o potencial de discriminação deva ser bem mais alto do que os registrados. Essa pesquisa foi confirmada pelo nosso achado.

Nessa questão, as entrevistadas abriram uma discussão sobre a quantidade existente de professores (homens) atuando na educação infantil e compararam ao número significativo de mulheres e apontaram isso, como sendo um fato discriminatório bem próximo de sua realidade.

Gráfico 21: A escola deve defender e promover os Direitos da Criança, incluindo o direito à não discriminação.

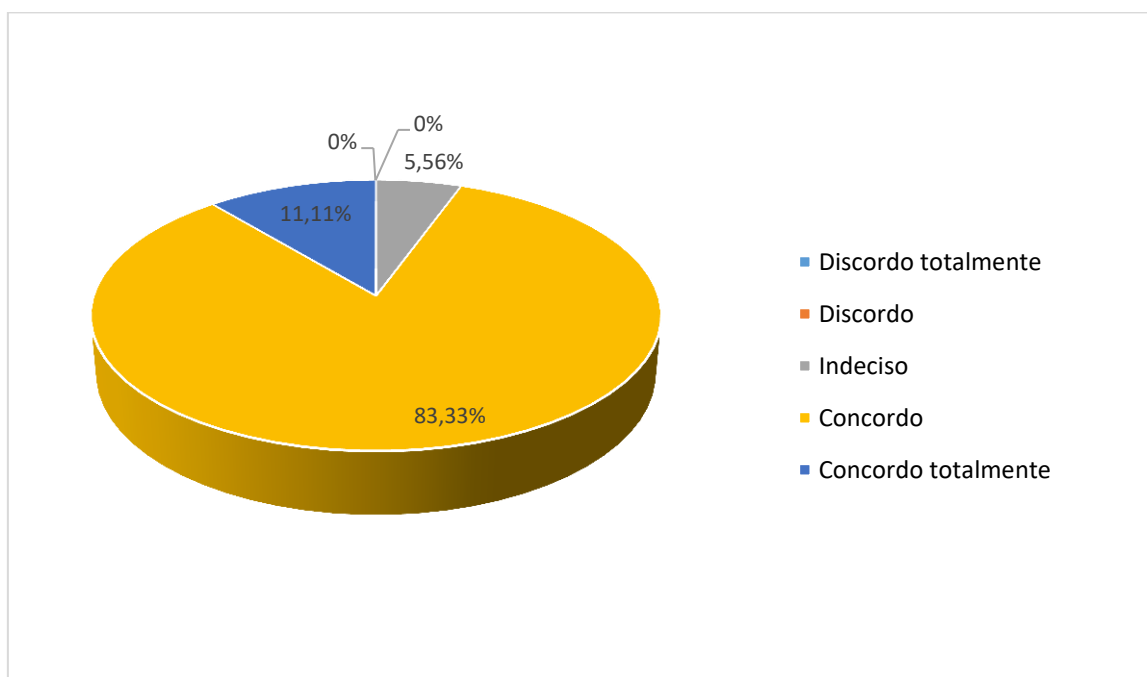


Todos os inquiridas acreditam que a escola é responsável por defender a criança e nessa defesa deve estar incluída o direito à igualdade, ou seja, a não discriminação (12 concordam e 6 concordam totalmente com a afirmação). Nesse quesito, recorremos a HENRIQUES et al, 2007; BORTOLINI, 2008) que afirmam que no âmbito da educação, destaque-se a edição n. 4 dos Cadernos SECAD, que trata da questão do reconhecimento da diversidade sexual na escola, e a Cartilha “Diversidade Sexual na Escola”, elaborada pela UFRJ. Como desdobramento, ocorreu em 2008 a 1ª Conferência Nacional GLBT. A maior polêmica atualmente, no âmbito legislativo, é provavelmente o PLC 122, que busca colocar a homofobia como uma das formas do crime de racismo. Essa polêmica tem se dado, principalmente, em razão de grupos religiosos que se opõem veementemente à adoção do PL, por entenderem que

o mesmo violaria as liberdades religiosa e de expressão. Sobre a relação 8 A título de exemplo, o discurso do Deputado Jefferson Campos (PTB-SP), para quem o Projeto de Lei “significa a implantação do totalitarismo e do terrorismo ideológico de Estado, com manifesta violação à livre manifestação do pensamento, à inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença...” (Câmara dos Deputados, Sessão realizada no dia 10/6/2008. Portanto, defendemos que a escola deve toar para si essa responsabilidade e evitar a discriminação.

De maneira geral, as entrevistadas concordaram com o fato da escola obter papel fundamental na defesa dos direitos da criança. Não houve questionamento, apenas reações de concordância.

Gráfico 22: Como professor(a), abordo com os meus alunos questões relacionadas com a diversidade social e cultural.



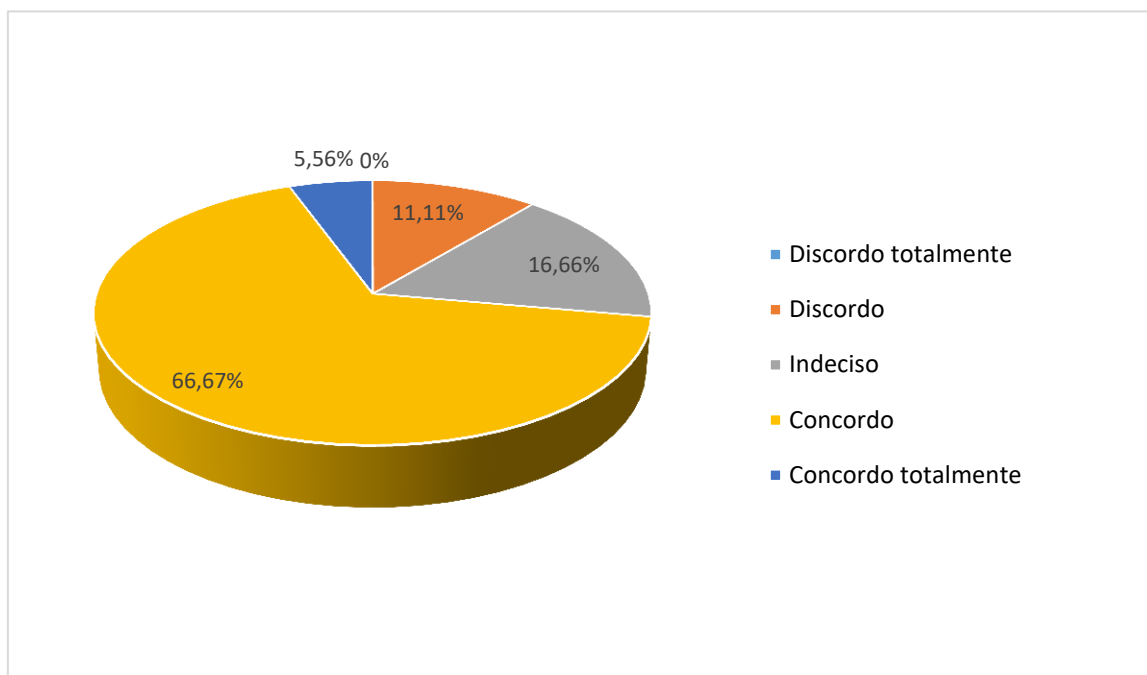
Nesta questão, obtivemos uma resposta bastante significativa no sentido de que as professoras devem abordar essa questão da diversidade na sala de aula. Concordaram com a afirmação 15 inquiridas. Acreditamos que, se tais questões já tivessem sido discutidas há tempo nas escolas, essa discriminação já estaria minimamente controlada e já teríamos uma sociedade mais igualitária. Para essa questão, podemos trazer os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), quando trata dos temas dos temas transversais em relação à pluralidade cultural.

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural-traço bem característico de país colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação (PCNs, 1997, p.21).

Nesse contexto a questão da relação entre diversidade cultural e prática docente, constitui aspecto relevante na construção de uma escola democrática, porém, sabemos que a existência da diversidade provoca conflitos, tensões e resistências as mudanças de paradigmas. Segundo as diretrizes dos PCNs a escola deveria trabalhar com ênfase a questão da Diversidade Cultural, para conhecer a cultura dos diversos grupos que a compõe posicionando-se contra qualquer tipo de discriminação, já que a escola é considerada como espaço sociocultural e instrucional responsável pela transmissão do conhecimento e pela cultura.

As entrevistadas relataram que as reuniões pedagógicas da PEA, dão aportes e direcionamento na discussão coletiva para serem trabalhados em sala de aula, principalmente para abordar temas específicos vividos com a realidade da comunidade em que a instituição está inserida.

Gráfico 23: Como professo(a) abordo com os meus alunos as relações de gênero, incentivando o diálogo sobre o preconceito e a discriminação.



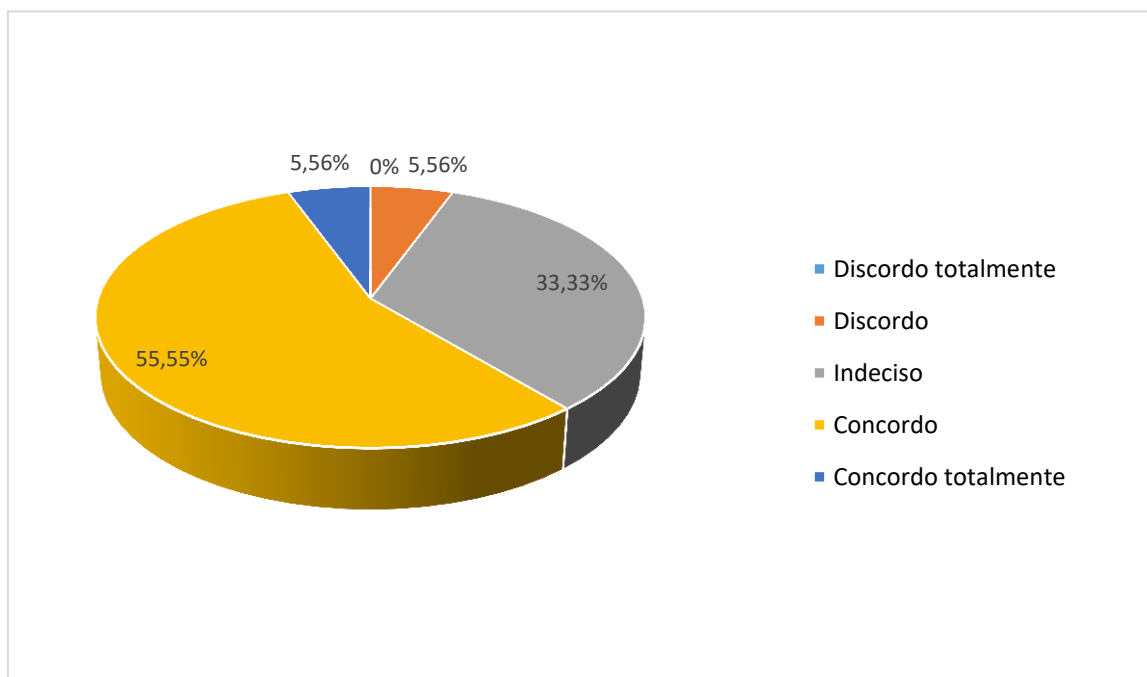
Os dados apresentados neste gráfico apresentam números consideráveis e bem positivos, no que tange ao combate à discriminação e preconceito, na medida em que 12 concordam e 1 concorda totalmente com a afirmação de que “como professo(a) abordo com os meus alunos as relações de gênero, incentivando o diálogo sobre o preconceito e a discriminação”. Não podemos deixar de registrar, apesar da tenência maioritária, a discordância de 2 e a indecisão por parte de 3 inquiridas. Nesse contexto, podemos nos pautar por (SILVA, 2001, quando diz que na sala de aula, os papéis são construídos entre professor e aluno e isso acaba por interferir positivamente ou negativamente no desempenho escolar da turma e do aluno ou, até mesmo, em espaços além da escola.

Esse entendimento de cultura é necessário para o professor na medida em que ele atua em um sistema que através da tradição seletiva impõe a cultura dominante efetiva a alunos de segmentos étnicos e raciais diversos, colocando-a como a “tradição” e o passado significativo. O conteúdo é realmente significativo quando este é relacionado com o contexto sócio-cultural do aluno e lhe propicia o domínio do conhecimento sistematizado (SILVA, 2001, p.41).

A escola pode e deve ser o espaço onde acontece a formação ampla do aluno, que se aumente seu processo de humanização e aprimore suas habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos.

As entrevistadas concordaram com a importância em abordar o gênero em atividades lúdicas com seus alunos, porém esboçaram dúvidas e insegurança, quanto à sexualidade. Algumas disseram não estarem preparadas para tal abordagem e que estão buscando aprofundamento acadêmico no tema, além das discussões com os colegas e o meio em que vivem. Uma das entrevistadas relatou: - Sou formada há muitos anos e nunca tive nenhuma disciplina na época, que abordasse esse assunto. É algo atual!

Gráfico 24: O material pedagógico oferecido pela SME (Secretaria Municipal de Educação) é suficiente para abordar as relações de gênero nas atividades desenvolvidas com os alunos.



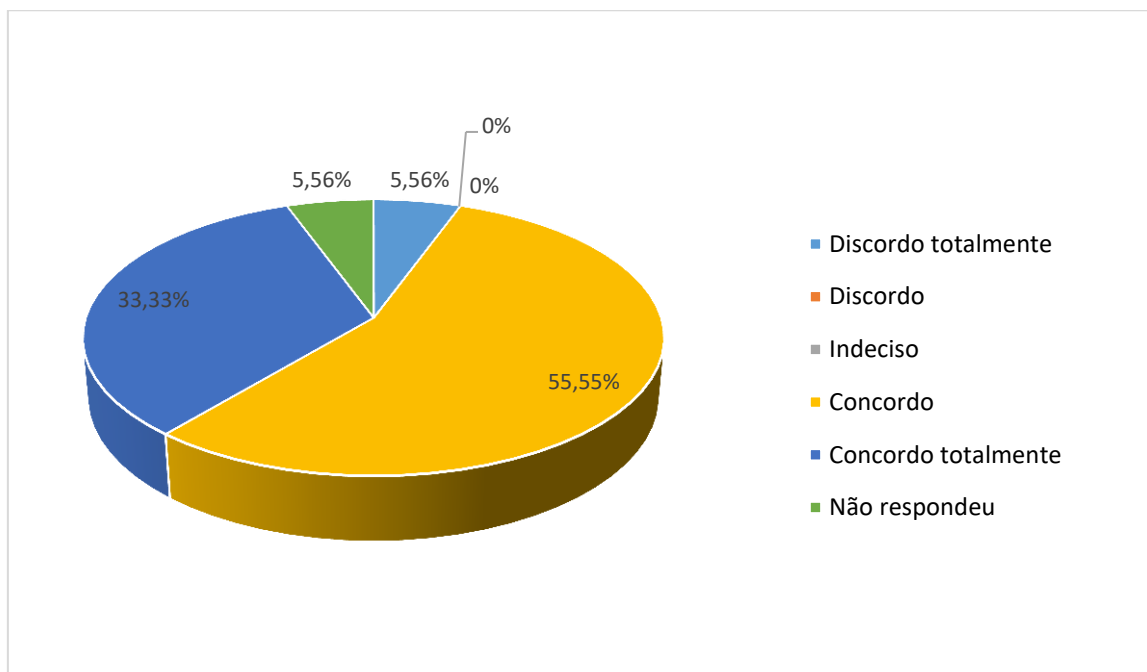
Nesta questão, obtivemos uma maioria significativa que concorda (10 concordam e 1 concorda totalmente). Observamos, no entanto, que 1 inquirido discorda e 6 mostram-se indecisos. Da nossa parte, entendemos que o material é apenas o suporte, pois o que vai fazer a diferença é a forma como o profissional aborda o tema.

Aqui nos amparamos em (ROESCH, 2001) que afirma ser preciso ter um bom material pedagógico para auxiliar o professor na sua prática, para que ele possa modificar o ambiente da sala de aula tornando-o mais democrático, é tarefa de todos nós enquanto educadores. Fica evidente que, os professores possuem muitas vezes pouco conhecimento para trabalhar esse tema com os alunos, pois o cotidiano escolar é o espaço onde se concretiza a produção do

insucesso escolar devido às práticas preconceituosas. Nas discussões das reuniões pedagógicas, podemos flagrar essas práticas preconceituosas do corpo docente e vivenciar situações onde os professores não-negros expressam comentários depreciativos a respeito das pessoas negras. Pode-se verificar como se reproduz o preconceito no grupo de professores, quando expresso em seus discursos publicamente. Na sala de aula, os papéis são construídos entre professor e aluno e isso acaba por interferir positivamente ou negativamente no desempenho escolar da turma e do aluno ou, até mesmo, em espaços além da escola.

As entrevistadas concordaram e disseram que além do material fornecido pela SME, o diretor, coordenador, supervisor pedagógico, sempre utilizam materiais paralelos (livros, documentários e atividades complementares) para facilitar a compreensão de algum tema mais complexo.

Gráfico 25: Em relação às datas comemorativas, a escola deve comemorar apenas o "Dia da Família", extinguindo as tradicionais comemorações do dia da mãe, dia do pai, do avô/ avó e outros.

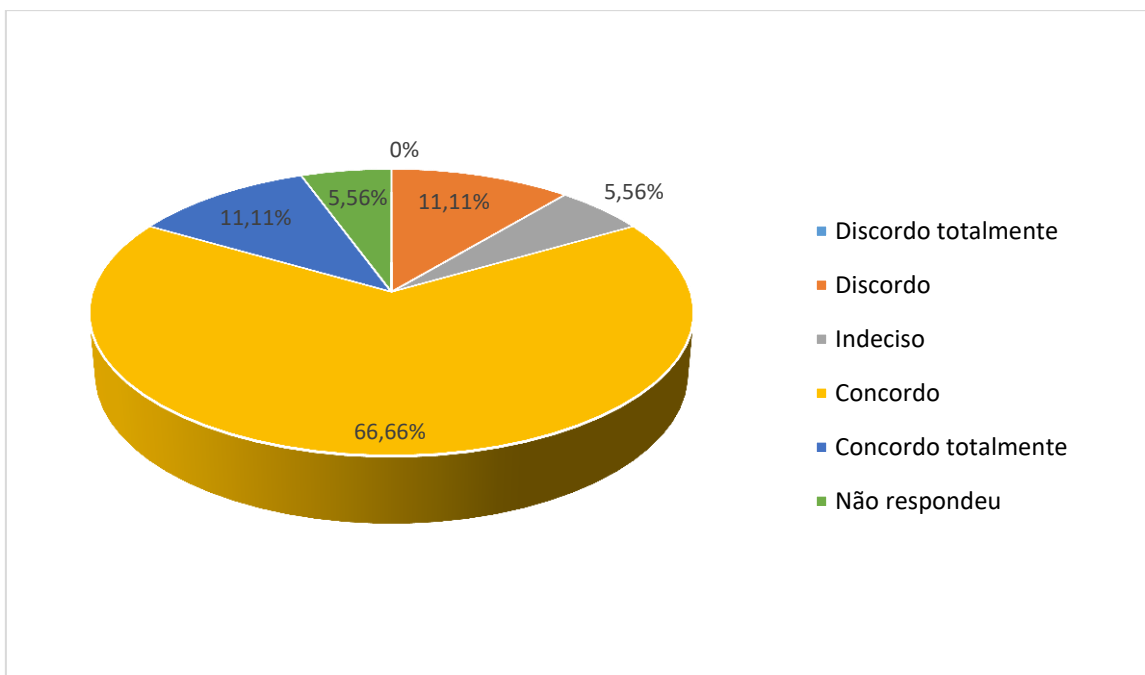


Para essa questão, tivemos uma resposta expressiva no que diz respeito à concordância (n=16, distribuído entre os que concordam (10) e os que concordam totalmente (6). Estes dados apontam para uma nova concepção da sociedade brasileira que já não é tão tradicional como em tempos atrás. Ou seja, nos dias atuais, vivemos sob uma mudança constante em todos os sentidos da vida social e cultural, o que nos leva a perceber como temos a necessidade de inclusão no nosso conhecimento da diversidade e do enredamento dos problemas sociais, entendendo que sempre se pode trabalhar na igualdade o que é diferente. Reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade ética e cultural dos diferentes grupos, em que determinante da classe social, raça, gênero e diversidade atuam de forma marcante.

Varias tentativas de mudanças tem procurado apontar as questões das relações e das situações surgidas em sala de aula, mostrando como e quando ocorrem a discriminação no espaço escolar e a dificuldade dos profissionais da educação em lidar com essas situações, pois “a luta pelo direito as diferenças sempre esteve presente na história da humanidade e sempre esteve relacionada com a luta dos grupos e movimentos que colocaram e continuam colocando em cheque um determinado tipo de poder, a imposição de um determinado padrão de homem de política, de religião, de arte, de cultura”. (GOMES, 2003, p.73).

As entrevistadas concordaram sobre a importância de unificar a comemoração do dia da família, uma delas completou: - O comércio já reforça tanto essas diferenças, cabe a nós educadores, mostrar para a criança que o importante é a família, não o indivíduo, mas o coletivo.

Gráfico 26: Nas reuniões pedagógicas abordamos as questões de gênero e o modo como as integrar nas atividades com as crianças.

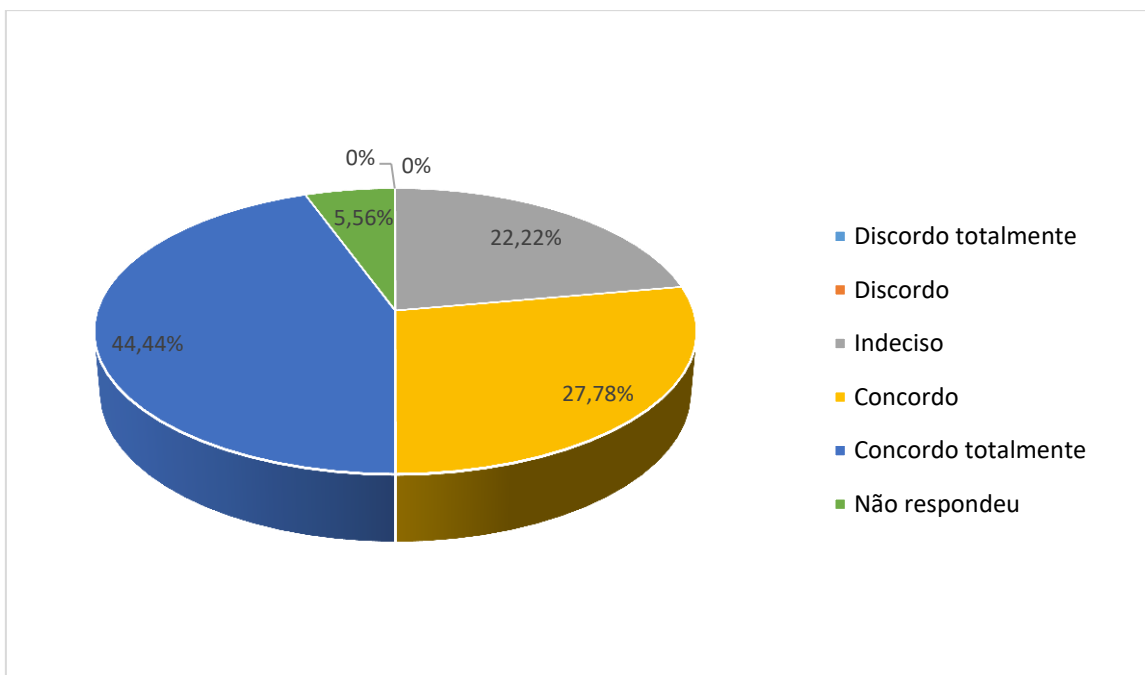


Nesta questão, também obtivemos respostas diversificadas, mas com um foco para a concordância (n=14, correspondendo a concordo (12) e concordo totalmente (2). Estes dados indiciam igualmente uma mudança na sociedade, mesmo que tímida, ainda necessitando de uma ampla e profunda discussão.

A escola, juntamente com os seus/suas educadores/as, tem um grande papel na não-perpetuação da hierarquia de gênero. Ela pode sondar, por exemplo, no trabalho que realiza com os/as educandos/as, que tipos de texto didático e de literatura estão sendo utilizados, que tipo de linguagem e imagens, que tipo de música etc. Isso tudo deve ser verificado pelos/as educadores/as, pois assim perceberão como a escola é perpassada pelos papéis de gênero, ou seja, pelas construções sociais e culturais de “masculino e feminino”. Em outras palavras, esse/a profissional deve identificar e analisar situações do cotidiano escolar sob perspectiva dessas diferenças de gênero, tais como: brincadeiras na educação infantil; jogos na aula de educação física; formação de filas; escolha dos livros didáticos; escolha das profissões (PEREIRA et al, 2007). Nessas situações, ele poderá trabalhar para que diferenças de gênero não ocorram. “Por isso, cabe a eles/elas estar atentos para não educarem meninos/as de maneiras tão distintas” (LOURO, 1997, p.7).

As entrevistadas não fizeram qualquer questionamento em relação a esta questão.

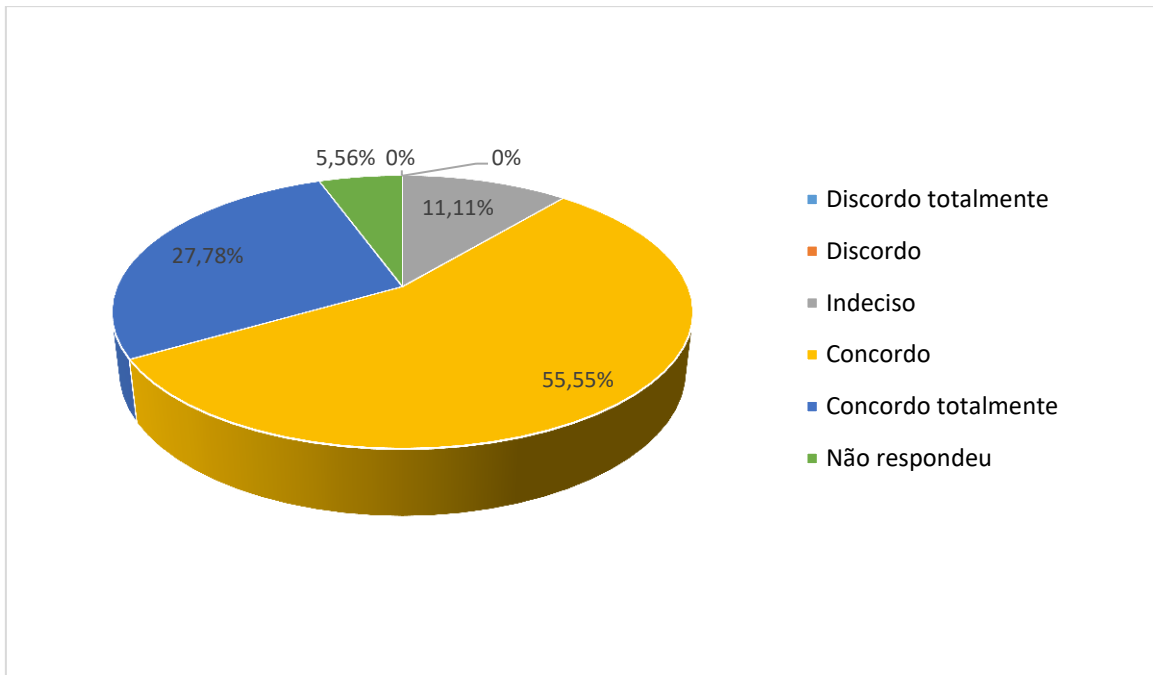
Gráfico 27: Tenho orientações e apoio da coordenação e direção da escola, quando necessito sanar dúvidas e resolver situações que envolvam as relações de gênero.



Apesar de continuar a registrar-se um número expressivo de indecisos, neste caso 4, dos 18 inquiridas, 13 expressam concordância (5 concordam e 8 concordam totalmente). Estes dados são bastante significativos, pois o apoio da escola é determinante para os profissionais abordarem a questão de gênero. Quando a escola oferece esse apoio, os(as) professores(as) ficam mais seguros para tratar do assunto.

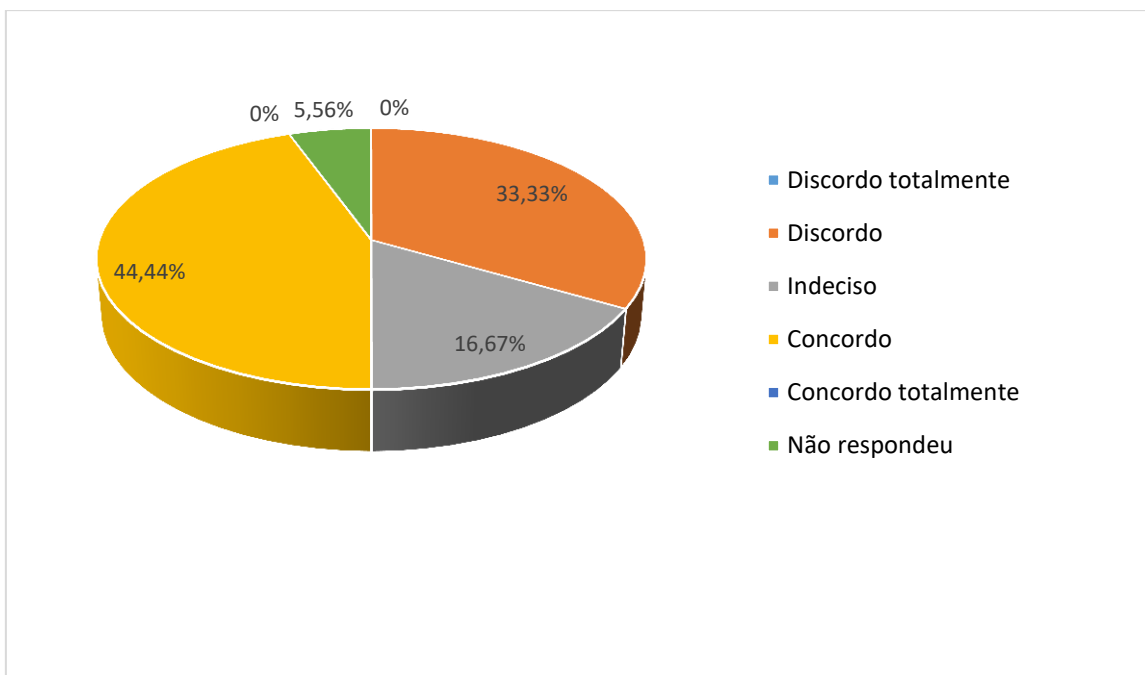
Aqui trazemos a contribuição de Pereira et al (2007) ao relatarem nas reuniões pedagógicas deve haver sugestões realmente aconteçam, deve haver o acompanhamento desses/as profissionais pela equipe pedagógica e o interesse da direção em reforçar essas questões, fazendo-os enxergar que tudo isso está no PPP da escola e que deve ser estudado, trabalhado ou realizado na Semana Pedagógica. Mas acreditamos que o Núcleo de Educação também deve intervir nas escolas fazendo valer que realmente se trabalhe com o PPP para a elaboração dos Planejamentos na Semana Pedagógica.

Gráfico 28: A direção e coordenação estão embasadas sobre a temática da diversidade e identidade de gênero.



Entendemos que esta questão já está consolidada, uma vez que uma maioria expressiva (n=15) concordam que a coordenação já está embasada sobre a temática da diversidade e identidade de gênero (10 concordam e 5 concordam totalmente), sendo aqui menor o número de indecisos (2). De acordo com Vianna (2012), é muito importante a gestão apoiar os professores quando se trata de temas que ainda são polêmicos dentro da sociedade, assim como a introdução do gênero e da diversidade sexual, tais temas trouxeram elementos para a análise da relação entre a formação continuada e alguns relatos sobre a prática docente que supõem a necessária tensão entre acolhimento, recusa e revisão de valores em relação ao gênero e à diversidade sexual.

Gráfico 29: Sempre que possível, proponho atividades a serem trabalhadas em sala de aula, relacionadas ao gênero.

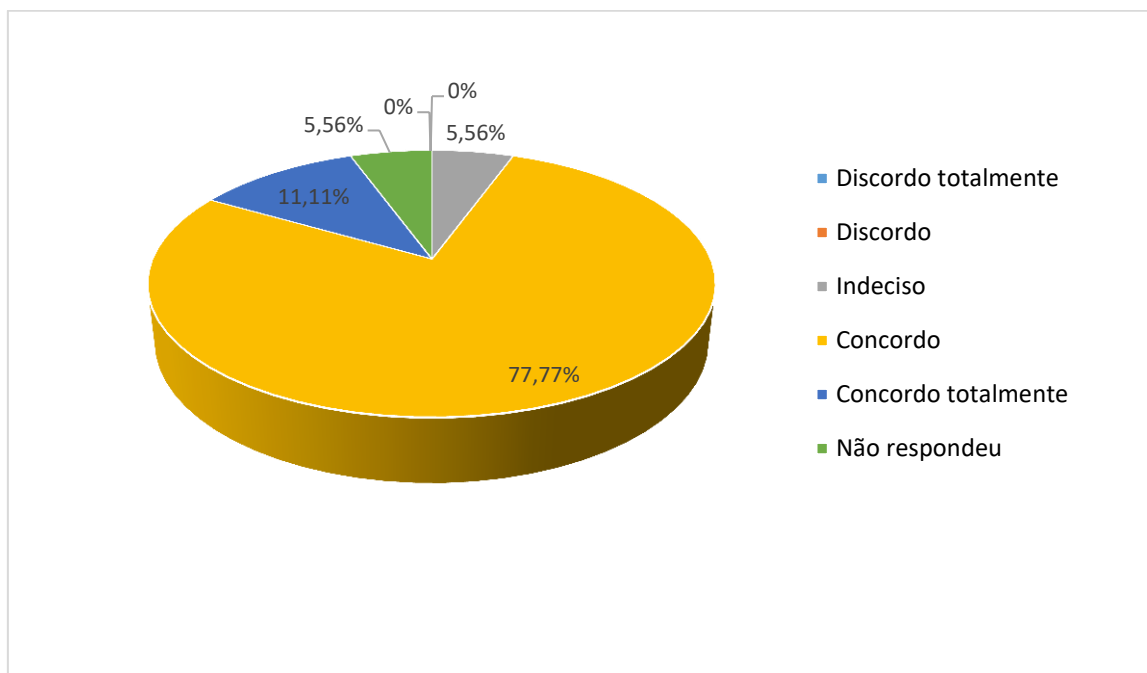


Concordam com esta afirmação 8 inquiridas, o que é bastante positivo. Estas professoras parecem estar imbuídas da preocupação de trabalhar a questão de gênero na escola, pelo que acreditamos que a questão do preconceito será resolvida justamente por meio da educação. No entanto, é necessário tomar em consideração que é mais elevado o número de respostas que manifestam discordância ou indecisão (6 mais 3, respetivamente) em relação à afirmação.

Aqui recorremos a Pinheiro e Gois (2012) para o achado da nossa pesquisa, pois descrevem diversidade de gênero como algo que está associada às comparações ou discriminações que ocorrem entre homens e mulheres não só no âmbito organizacional, mas também no meio social. A questão do gênero já é discutida amplamente há mais de um século, e, através de ações afirmativas, a mulher se insere cada vez mais no mercado de trabalho, porém este cenário ainda não demonstra igualdade entre os gêneros.) afirmam que tais resultados ainda não significam uma equidade entre homens e mulheres, principalmente em relação aos salários, posicionamento hierárquico. Acreditamos ser muito importante trazer essa questão para a sala de aula.

Uma entrevistada confidenciou ter muitas dúvidas e não se sentir segura o suficiente para abordar o tema: - Tenho receio de não saber conduzir a abordagem em determinadas atividades e ter problemas de má compreensão dos pais, pois o assunto ainda gera muita polêmica. Não quero problemas!

Gráfico 30: Os principais documentos oficiais como: a LDBN, a BNCC e as DCINEI, são introduzidos em nossas reuniões pedagógicas, sempre que necessário.

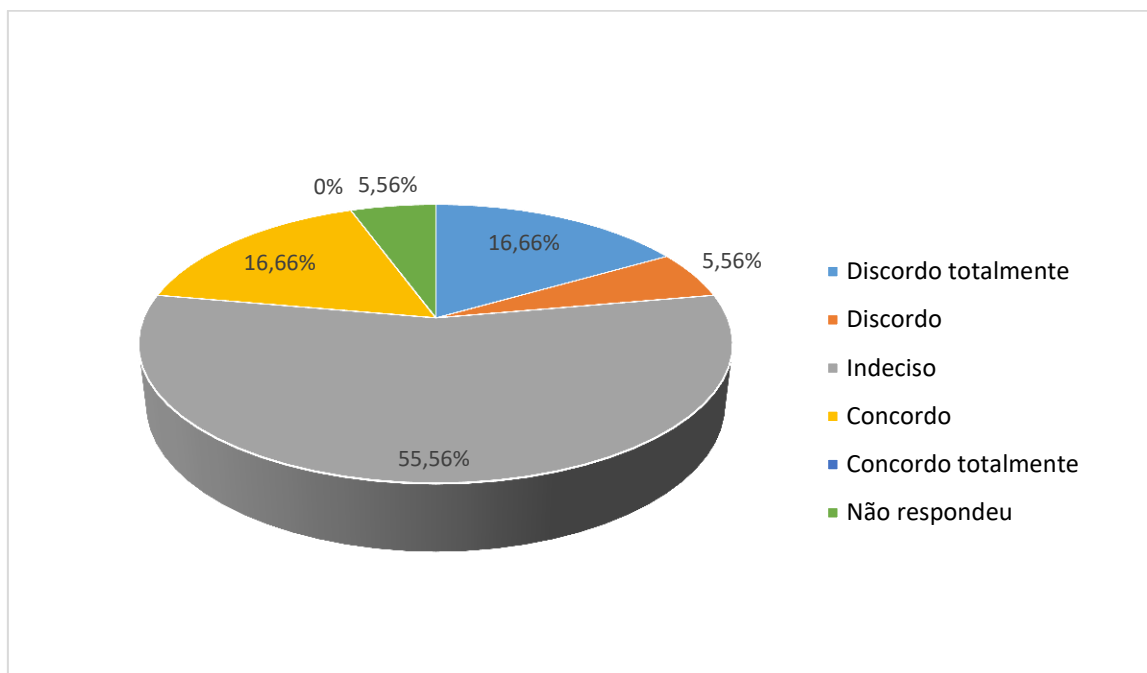


Para esta questão, obtivemos dados bastante expressivos, pois a quase totalidade (16) responderam que concordam (14) ou concordam totalmente (2) com a afirmação de que os documentos oficiais são fontes de pesquisa para embasar as reuniões pedagógicas. Nesta questão, podemos estabelecer uma relação com o que dizem os documentos oficiais quando se referem à organização proposta pelo documento privilegia um trabalho interdisciplinar, exigindo do professor uma postura diferenciada: “o professor deixa de ser uma ilha ao interagir com os colegas, em busca de um projeto coletivo” (BRASIL, 2000, p. 65).

Dessa forma, para possível uma efetiva cooperação entre as disciplinas, os PCNEM sugerem que os professores busquem interesses comuns de estudo: “A proposição de trabalho na área e a inter-relação entre as disciplinas podem ocorrer sob forma de estudos de determinados objetos comuns, presentes em diferentes linguagens” (BRASIL, 2000, p. 8).

Não houve questionamento das entrevistadas nesta questão.

Gráfico 31: Os Indicadores de Qualidade da Prefeitura de São Paulo são suficientes para esclarecer situações vividas com a família homoparental no ambiente escolar.

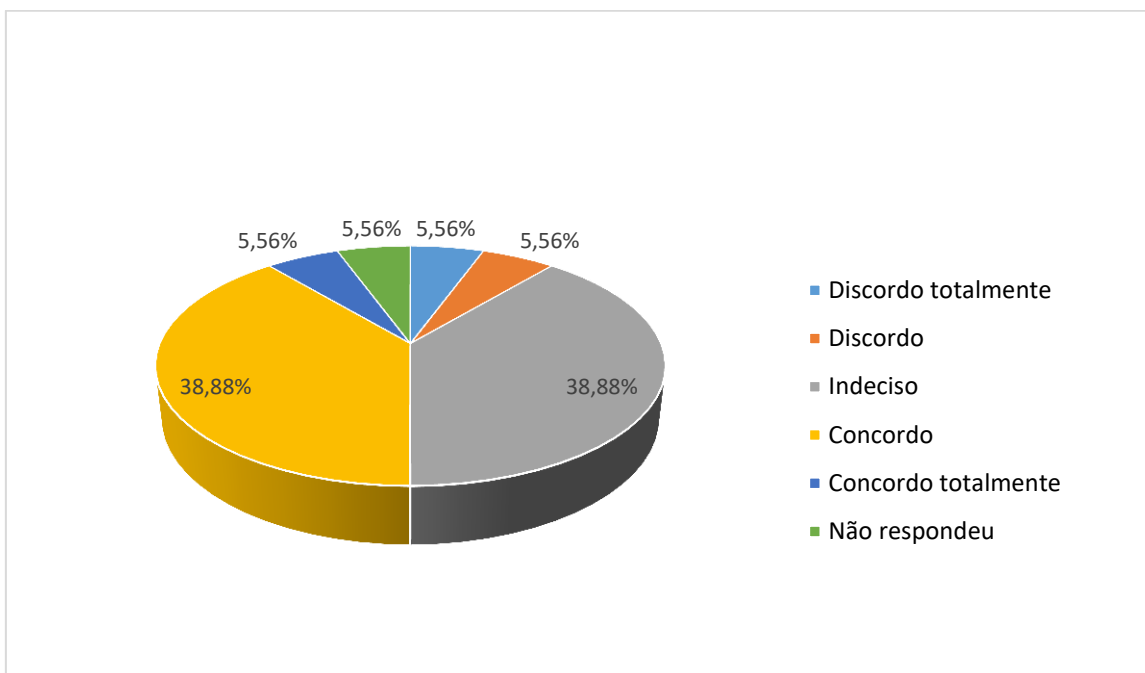


Estes dados chamam a atenção para o desconhecimento das inquiridas com relação ao que foi questionado (10 revelaram-se indecisos). Entendemos que este tipo de respostas deve merecer atenção por parte da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Com efeito, os Indicadores de Qualidade da Prefeitura de São Paulo não apresentam a palavra homoparentalidade, no eixo da diversidade e etnias raciais, mas exprimem com clareza a palavra gênero, que abrange o tema. Contudo, talvez haja ausência de conhecimentos e informações mais específicas, sobre a diversidade dos novos arranjos familiares existentes nos dias de hoje. No do início desta pesquisa, algumas entrevistadas esboçaram reação de surpresa, outras desconhecaram o assunto e ainda completaram: - Não concordo, mas respeito!

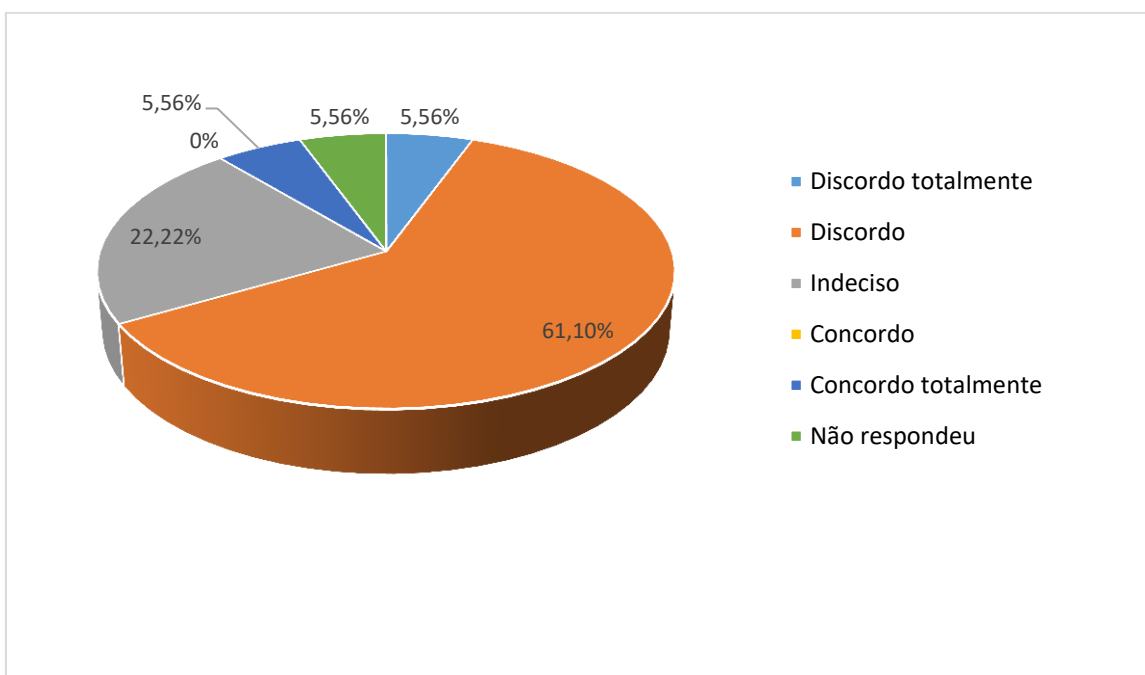
E mesmo assim, uma minoria que trabalha ou já trabalhou com caso homoparentalidade entre seus alunos. É um assunto que ainda exige muito diálogo e informação.

Gráfico 32: Tenho interesse em aprender mais sobre as relações de gênero e quero incluí-la em projetos com a participação da família.



As respostas são diversificadas, salientando-se um empate entre concordantes (7) e indecisos (7), o que deve merecer uma discussão, principalmente no âmbito escolar.

Gráfico 33: Não tenho interesse sobre as questões de gênero e não desejo incluí-la em meus projetos pedagógicos.



Discordam da afirmação 11 inquiridas, podendo concluir-se que a maioria tem interesse pelas questões de gênero e desejo incluí-las em seus projetos pedagógicos. Se adicionarmos a estas o número de respostas “indeciso”, obtemos o total de 15, levando-nos a sublinhar a necessidade de informação e de formação de professores, inicial e continuada, sobre as questões de gênero e a sua inclusão nos projetos pedagógicos.

Passamos agora às questões de resposta aberta, trazendo as falas dos pesquisados(as).

- 1) Indagamos dos participantes da pesquisa se eles lidam ou já lidaram com crianças de famílias homoparentais na sua escola? Pedimos para que se a resposta fosse positiva, o participante falasse da experiência.

O Participante A respondeu que sim e afirmou se tratar de relacionamento bastante discreto.

Também respondeu sim o participante S e afirmou:

“já tive dois pais com uma criança (sexo masculino) e atualmente tenho uma aluna com duas mães. Para as situações de rotina, o processo de relacionamento com a criança e as mães (ou os pais no caso anterior) sempre foi muito tranquilo e procuro acolhê-los da mesma forma que qualquer família heteroparental. Quando a criança ou os colegas trazem essa questão (como já ocorreu), conversamos em roda e procuro bibliografia que trabalhe esse aspecto de gênero e famílias. Este ano o problema que tenho vivenciado é a não aceitação da avó da mãe biológica, que apesar de ser muito afetuosa se queixa muito da estrutura da família” .

O participante T também respondeu sim, e acrescentou:

“eram 2 mães, as duas compareceram na primeira Reunião de Pais, informando a condição, eu e a outra professora as acolhemos, assim como a criança, durante o ano não abordamos o assunto, a não ser na data do Dia da Mães, na primeira reunião a mãe biológica me relatou que nesta data, na creche, a criança confeccionou dois presentes. Eu,

embora respeite o direito de escolha de cada um, não concordo e então de maneira respeitosa expliquei que para “nascer”, ser “concebida”, a criança não precisou de duas mães e sim, de um “pai e uma mãe”, então nesta data a criança escolheria quem presentear, já que faria apenas “um presente”. Como disse acima, não concordo, mas respeito e aquela família mostrou-se tão feliz, estruturada, afetuosa que aprendi que o meu “respeitar” incluía contribuir com a continuação da felicidade daquela menina e ela pode confeccionar dois presentes e satisfazer a sua vontade de presentear as duas mães. Confesso que o relacionamento escola/criança/família foi mais proveitoso do que muitas famílias de casais “héteros”.

Já os participantes B, C, D, E, F, G, H, L, O P E R afirmaram nunca ter lidado com crianças de famílias homoparentais na escola e os participantes I, J, M e N. Não responderam.

Ao se analisar o discurso, é possível perceber que os participantes A e S já concebe essa relação de forma natural, enquanto que pelo discurso do participante T é possível observar que essa situação ainda não está bem resolvida para esse participante, ou seja, o referido participante não concorda.

Levando-se em consideração o número de participante que respondeu não e os que não responderam infere-se que o assunto é delicado e esse tipo de relação ainda é rara nas escolas.

Uma segunda questão discursiva perguntou: Na sua opinião, quais são os principais desafios e dificuldades encontrados no ambiente escolar, no que se refere as crianças que pertencem à família homoparental,?

O participante A afirmou “combater o preconceito da sociedade”

O participante B disse: “O preconceito. De modo geral a sociedade não aceita e assim gerando conflitos”.

O participante C respondeu: “A sociedade ainda precisa rever os conceitos de família, e com isso essa nova estruturação sofre as consequências desta falta de Direito e isso infelizmente se torna uma barreira em todo este processo”.

O participante D afirmou: “O principal desafio é a sociedade, pois a escola tem buscado refletir sobre esta questão”.

O participante E respondeu: “O principal desafio é abordar o tema com naturalidade”.

O participante F disse: “Lidar com os diversos tipos de criações e pensamentos”.

O participante G afirmou: “A discriminação”

O participante H respondeu: “O preconceito velado”

Resposta J afirmou: “Na faixa etária em que trabalho não apareceu dificuldade para tratar o assunto”

Resposta L disse: “Discriminação e preconceito devido à tradicional família”

O participante R afirmou: “Entender o outro e desenvolver o respeito”

O participante S disse: “Vejo que o maior desafio é a aceitação da própria família e o receio que algumas vezes o casal traz (talvez por vivenciar o preconceito em nossa sociedade”.

O participante T disse: “Acredito na liberdade, direito de escolha, respeito: mesmo não concordando, mas as pessoas precisam entender que essa condição é fato, está cada vez mais presente e precisamos acolher essa criança que não teve escolha, mas é personagem dessa história, orientando todas as crianças para que se tornem seres humanos capazes de entender e aceitar as diferenças, acredito que a dificuldade está na falta de instrução e formação das pessoas, iniciando pelas crianças” .

Já os participantes I, M, N, O e P não responderam.

Pela análise dos discursos, compreendemos que um dos grandes entraves se encontra justamente na sociedade que ainda é muito preconceituosa.

Quando solicitados a apresentar soluções para minimizar e/ou resolver situações de discriminação com famílias homorarentais?

Os participantes responderam:

Participante A: “Aprofundar nos estudos e reflexões sobre o assunto”.

Participante B: “A palavra é “respeito”, cada pessoa tem o direito de fazer a suas escolhas”.

Participante C: “É preciso que haja de fato discussões e leis que sejam colocadas em prática. A visão precisa ser modificada urgentemente, quando o que importa é a honestidade da pessoa e não o que a sociedade impõe com exemplo”.

Participante D: “Uma possível solução seria várias formações com os pais na escola, com participação de especialistas.”

Participante E: “Promover encontro coletivo para conversar sobre o tema, onde todo forem contemplado em sua opinião”.

Participante F: “Estudos e reflexões sobre o tema com toda a comunidade escolar

Resposta G: Dar orientação, estudos e reflexões”.

Participante H: “Incentivar o respeito”

Participante J: “Respeito e tolerância”

Participante L: “O principal é ter respeito”

Participante O:” Diálogo”

Participante S: “Vejo que a única forma é o diálogo, a reflexão constante em nossos grupos sociais (trabalho, família, amigos)”.

Participante T: “Não acredito na resolução da discriminação das famílias homoparentais, porque se houvesse fim de discriminação não teríamos hoje preconceitos tão velados com negros, gordos... acredito na instrução, formação e respeito. Ambas as partes precisam se respeitar porque vemos também, por parte de homossexuais e outras denominações como LGBT, entre outros, uma vontade de dizer a sociedade “sou mesmo e daí?”, você terá que me aceitar e para isso utilizam-se de falas e atitudes agressivas a outros pertencentes à sociedade. Acredito na frase muito utilizada ultimamente: “TUDO COMEÇA NO RESPEITO”. Vamos regar essa mudinha na esperança de que lá na frente resulte em bons frutos”.

Os participantes I, M, N, P e R não responderam.

O que nos chama a atenção nesses dados é ênfase dado ao respeito, mesmo que tenha havido vários tipos de sugestão, observamos que de acordo com os pesquisados, basta haver respeito para minimizar ou resolver a problemática.

Por fim, procuramos saber se estes problemas atrelados à família homoparental já foram colocados em prática nas ações pedagógicas e pedimos que os participantes descrevessem. A seguir pontuamos as respostas na íntegra.

Participante A: “Ainda não tive necessidade.”

Participante B: Esse tema fez parte de nossos estudos de formação (PEA). Já lemos e estudamos esse tema. A mudanças ocorreram naturalmente com o tempo.

Participante C: Apesar de pouca idade, esta faísca etária esta aberta a novos conhecimentos e a novas experiências, portanto vivenciam atividades propostas que trabalham toda diversidade presente em sala e pensando em desenvolver uma nova sociedade que respeita os outros acima de tudo.

Participante D: Iniciamos novas formações sobre este tema, e logo colocaremos em prática, embora sempre trabalhamos com atividades que aborde a diversidade cultural, agora precisamos aprofundar novas ações.

Participante E: “Ainda não”.

Participante F: “Não”

Participante G: “Não”

Participante H: “Ainda não”

Participante L: “Não”

Participante O: “Não”

Participante P: “Não”

Participante R: “Até hoje não”

Participante S: “Essas ações pedagógicas fazem parte da minha postura profissional e no trabalho que desenvolvo tanto na prefeitura quanto no Estado com crianças de Educação Infantil e Fundamental I. que a prefeitura proporciona mais espaço para reflexão que o Estado, talvez porque temos mais horas de formação.”

Participante T: “Não”

Os participantes I, J, M e N não responderam.

Para essa questão, obtivemos dados que apontam para o fato dessa problemática ainda não parte da prática pedagógica dos pesquisados, talvez até pela pouca experiência dos pesquisados.

4.1 Apresentação e análise dos dados por tema

A discussão e interpretação dos dados foram analisados anteriormente, porém esse tópico, pretende refletir os elementos principais, agrupando os resultados das 33 proposições, fragmentadas entre 6 eixos norteadores. Corroborando com a compreensão dos dados compilados e os contextos sociais e culturais que compõe essa pesquisa. Os quadros apresentam o número exato de entrevistadas e a quantidade de respostas correspondente às proposições.

4.1.1 Família e Escola

Esse primeiro eixo trata das questões que norteiam as relações entre a família e escola, sobre a importância de estarem atreladas para promover uma educação de qualidade e contribuir para a formação da criança, como indivíduo em sociedade. Deste modo, 12 concordaram totalmente que tanto a escola, como a família são pilares essenciais para a educação das crianças, 12 respondentes acreditam que a escola deve defender os Direitos das crianças, incluindo a não discriminação e 10 respondentes partilham a ideia de a escola comemorar apenas o “Dia da Família”, celebrando e valorizando o vínculo entre a escola, em uma perspectiva mais cooperativa, acolhedora e humanizada.

“A família, as Unidades Educacionais e demais instituições sociais se constituem como aqueles que devem garantir e viabilizar direitos e acesso aos bens e serviços públicos (educação de qualidade, saúde, proteção social), bem como ao patrimônio cultural da comunidade, da cidade e da humanidade”. (Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, 2016, p.61).

FAMILIA E ESCOLA					
Proposições	discordo t.	discordo	indeciso	concordo	concordo t.
1	0	0	0	6	12
2	1	2	3	9	2
7	3	6	6	3	0
21	0	0	0	12	6
25	1	0	0	10	6

Ps: Uma das respondentes não preencheu a proposição **2**.

A ideia de que a família é um apoio essencial para dar continuidade ao desenvolvimento escolar das crianças é indiscutível. Porém, ainda existem muitas dúvidas em relação ao tema gênero que envolvem o seu conhecimento e suas perspectivas. A primeira pergunta realizada, foi: - É para nós respondermos como pessoal ou profissional?

Os dados evidenciam concordância em a escola obter papel fundamental na defesa dos direitos da criança, em relação a importância da comemoração do dia da família, uma delas completou: - O comércio já reforça tanto essas diferenças, cabe a nós educadores, mostrar para a criança que o importante é a família, não o indivíduo, mas o coletivo.

4.1.2 Homoparentalidade e suas implicações na vida das crianças

A compreensão desse eixo acerca da homoparentalidade, ainda causa certa estranheza e desconhecimento para muitas pessoas, principalmente quando pensada sobre a estrutura da sua formação familiar. A palavra “homo” já pressupõe o gênero, como sendo o sufixo mais forte, do que a palavra “parentalidade” e na prática não difere. A justificativa para tal, se dá devido às heranças sociais e culturais, marcada pelo patriarcado e comportamento heteronormativo da sociedade. A família moderna ocidental pode ser representada em diversas facetas, reunidas por uma conjuntura fruto das transformações sociais, fugindo à um modelo único, fechado e exclusivo. Roudinesco (2003) faz uma menção ao modelo de família moderna, como sendo horizontal e fraterna... “Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições” (ROUDINESCO, 2003, p.198).

Porém, essa diversidade de arranjos familiares pode estar atrelada à discriminação e preconceito, quando tendem a “fugir” dos parâmetros sociais hegemônicos e 12 respondentes concordaram que a criança possa ser um alvo discriminatório na escola, 10 respondentes demonstraram indecisão ao fato das crianças educadas em uma família homoparental, tornarem-se adultos socialmente adaptados, embora 8 respondentes discordaram totalmente que a criança criada por gays, terá problemas de desenvolvimento da personalidade, por falta da figura materna.

HOMOPARENTALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES					
Proposições	discordo t.	discordo	indeciso	concordo	concordo t.
3	4	7	3	2	2
4	2	0	4	8	4
9	0	2	1	12	3
10	0	4	10	3	1
11	7	5	6	0	0
12	7	3	7	1	0
13	8	4	5	1	0
14	2	1	5	8	2
15	7	6	4	1	0

Ps: Todas as proposições desse eixo foram preenchidas.

Esse eixo foi destacado pela oscilação entre aceitação, dúvida e negação, pois as entrevistadas expressaram frases diversificadas ao decorrer das proposições que envolviam a homoparentalidade. Entre elas:

- Ah! Adotar, sim.
- Eu não concordo, mas respeito!
- O mais importante em uma família é o amor.
- Há crianças que têm família normal e são terríveis!
- Eu tive uma aluna de família homoparental que se destacava dentre os demais alunos, pois era extremamente carinhosa e muito inteligente!

4.1.3 Discriminação x Igualdade

Esse tópico evidencia os avanços e retrocessos de uma sociedade marcada pela bagagem simbólica do poder legitimado, a qual impõe o poder do dominador sobre o dominado, principalmente no que tange a violência e discriminação contra as minorias, ditas desiguais.

“A violência está diretamente associada ao poder. Dito de outra forma, relacionada à possibilidade de alguém impor a sua vontade, sem consentimento, sobre a vontade ou o desejo do outro. Isso pode ser feito de diversas formas: por meio de agressão física, chantagem, pressão psicológica ou ataque moral – ou ainda impedindo que o

outro exerça seus direitos”. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 55).

Aqui, obtivemos dados significativos de 11 respondentes que acreditam no direito de cada individuo escolher o sexo do seu parceiro (a), 11 respondentes discordam que heterossexuais e homossexuais detem as mesmas oportunidades e 9 respondentes discordaram totalmente com o fato de existir igualdade entre hetrossexuais e homossexuais e que a discriminação não é mais um problema no Brasil.

DISCRIMINAÇÃO X IGUALDADE					
Proposições	discordo t.	discordo	indeciso	concordo	concordo t.
5	2	2	5	4	5
6	1	1	0	11	5
8	2	5	5	5	1
16	9	9	0	0	0
17	9	9	0	0	0
18	7	11	0	0	0
19	0	2	8	3	5
20	0	2	5	7	4

Ps: Todas as proposições desse eixo foram preenchidas.

As entrevistadas concordaram com o fato da existência de muita discriminação referente aos homossexuais, diferente dos heterossexuais. Uma delas relatou o caso de um parente homossexual formado, que só conseguiu uma colocação profissional na rede pública. Ele é pedagogo recém-formado e foi discriminado em algumas entrevistas na rede privada/ particular de ensino e está prestando concurso para ingressar na Prefeitura de São Paulo.

Em conversa informal, foi aberta uma discussão sobre a quantidade existente de professores (homens) atuando na educação infantil e compararam ao número significativo de mulheres e apontaram isso, como sendo um fato discriminatório bem próximo de sua realidade.

4.1.4 Orientações legais e pedagógicas para a abordagem do gênero e da homoparentalidade

O eixo referenciado apresenta proposições relacionadas ao aporte normativo-legal que dispõem durante as reuniões pedagógicas. Os dados evidenciaram que 14 respondentes

concordam com a introdução da LDBN, BNCC e DCNEI nas reuniões pedagógicas, sempre que necessário, 14 respondentes concordam que os Indicadores de Qualidade da Prefeitura de São Paulo são esclarecedoras referente a família homoparental no ambiente escola e 10 respondentes disseram indecisos com o material fornecido pela SME é suficiente para abordar as relações de gênero nas atividades desenvolvidas com os alunos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil tem por objetivo geral desenvolver as capacidades inatas da criança e integrá-las no meio social em que vivem.

ORIENTAÇÕES LEGAIS E PEDAGÓGICAS PARA ABORDAGEM DO GÊNERO E DA HOMOPARENTALIDADE					
Proposições	discordo t.	discordo	indeciso	concordo	concordo t.
24	0	1	6	10	1
30	0	0	1	14	2
31	3	1	10	3	0

Os: Uma das entrevistadas não preencheu as proposições **30** e **31**.

As entrevistadas concordaram e disseram que além do material fornecido pela SME, o diretor, coordenador, supervisor pedagógico, sempre utilizam materiais paralelos (livros, documentários e atividades complementares) para facilitar a compreensão de algum tema mais complexo. Contudo, talvez haja ausência de conhecimentos e informações mais específica, sobre a homoparentalidade, pois no início desta pesquisa, algumas entrevistadas esboçaram reação de surpresa, outras desconheciam o assunto e ainda completaram:

- Não concordo, mas respeito!
- É um assunto que ainda exige muito diálogo e informação.

4.1.5. A ausência/ presença da diversidade sobre o gênero

O tópico faz menção a abordagem da questão em relação a diversidade cultural e prática docente, principalmente nos assuntos sobre gênero. Segundo as diretrizes dos PCNs a escola deveria trabalhar com ênfase a questão da Diversidade Cultural, para conhecer a cultura dos diversos grupos que a compõe posicionando-se contra qualquer tipo de discriminação, já

que a escola é considerada como espaço sociocultural e instrucional responsável pela transmissão do conhecimento e pela cultura.

Os dados evidenciaram que 15 respondentes disseram abordar questões relacionadas a diversidade social e cultural com seus alunos, 12 respondentes disseram abordar as questões de gênero em suas reuniões pedagógicas, quando necessitam e 5 respondentes discordaram da possibilidade de propor atividades relacionada ao gênero para serem trabalhadas em sala de aula.

A PRESENÇA/ AUSENCIA DA DIVERSIDADE SOBRE GENERO					
Proposições	discordo t.	discordo	indeciso	concordo	concordo t.
22	0	0	1	15	2
23	0	2	3	12	1
26	0	2	1	12	2
27	0	0	4	5	8
28	0	0	3	9	5
29	0	5	4	8	0

Os: Uma das inquiridas não preencheu as proposições **26, 27, 28 e 29.**

As entrevistadas relataram que as reuniões pedagógicas da PEA, dão aportes e direcionamento na discussão coletiva para serem trabalhados em sala de aula, principalmente para abordar temas específicos vividos com a realidade da comunidade em que a instituição está inserida. Outras concordaram com a importância em abordar o gênero em atividades lúdicas com seus alunos, porém esboçaram dúvidas e insegurança, quanto à sexualidade. Algumas disseram não estarem preparadas para tal abordagem e que estão buscando aprofundamento acadêmico no tema, além das discussões com os colegas e o meio em que vivem. Elas relataram:

- Sou formada há muitos anos e nunca tive nenhuma disciplina na época, que abordasse esse assunto. É algo atual!

- Tenho receio de não saber conduzir a abordagem em determinadas atividades e ter problemas de má compreensão dos pais, pois o assunto ainda gera muita polêmica. Não quero problemas!

4.1.6. Os (des) interesses dos professores pela abordagem do gênero na escola

Por fim, esse tópico interpela os interesses das entrevistadas em trabalhar com a temática de gênero, pois 10 respondentes concordam em propor atividades para serem desenvolvidas em sala de aula, 7 respondentes estão indecisas em aprender mais sobre as relações de gênero e 11 respondentes discordaram com a falta de interesse sobre as questões de gênero e não desejam incluí-las em seus projetos.

OS (DES) INTERESSES DOS PROFESSORES PELA ABORDAGEM DO GÊNERO NA ESCOLA					
Proposições	discordo t.	discordo	indeciso	concordo	concordo t.
32	1	1	7	7	1
33	1	11	4	0	1

Os: Uma das inquiridas não preencheu nenhuma das proposições desse eixo.

Uma entrevistada confidenciou ter muitas dúvidas e não se sentir segura o suficiente para abordar o tema:

- Tenho receio de não saber conduzir a abordagem em determinadas atividades e ter problemas de má compreensão dos pais, pois o assunto ainda gera muita polêmica. Não quero problemas!

CONCLUSÃO

A pesquisa possibilitou percorrer as viés em torno das transformações da família brasileira, o surgimento dos novos arranjos familiares, com foco na homoparentalidade e as relações de gênero na Educação Infantil. O estudo problematizou as concepções hegemônicas no formato da família tradicional, as quais, na grande maioria, estão vinculadas ao casamento como instituição e vínculo formal-legal. Sendo assim, esta pesquisa permite transcorrer os caminhos que levaram a transformação da instituição familiar ao longo dos anos, sobretudo, pelos avanços em torno da igualdade de gênero e a conquista do espaço feminino na sociedade. Com base no Censo 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados estatísticos elucidaram a existência de 60 mil casais homoafetivos, a maioria, formada por mulheres (53%), tornando este, um dos dados norteadores dessa pesquisa.

Nos capítulos I e II, enveredamos pela trajetória sociológica que tende a referenciar essas transformações, passando pelo viés da nomenclatura, composição da família, seu significado e as mudanças no clã brasileiro, ocasionando a discussão pela emergência de se procurar novas formas de conviver, relacionar e os laços afetivo que incluem a união entre pessoas do mesmo sexo com possíveis relações de parentalidade entre os filhos que constituem a família homoparental.

A análise dos documentos oficiais como: a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, foram criteriosamente analisados nos eixos de gênero e diversidade, no que se refere às práticas pedagógicas e institucionais que amparam o professor em suas atividades cotidianas. Nessa indagação, pudemos observar que em apenas um deles, o eixo de gênero aparece com clareza, sendo os demais apresentados apenas como “diversidade”, excluindo a palavra “gênero” dos demais documentos oficiais. A pesquisa empírica teve como objetivo principal, compreender o modo como os professores da Educação Infantil abordam o fenômeno da homoparentalidade nas atividades que envolvem o tema “família”.

Os resultados mostraram que em linha gerais ainda há muitas dúvidas e incertezas no contexto dos novos arranjos familiares, entretanto foi possível observar que já existe uma nova concepção no sentido de aceitar tais arranjos familiares. A pesquisa também concluiu a necessidade de uma discussão ampla no sentido de esclarecer e quebrar paradigmas

enraizados na nossa sociedade, pois mesmo que a pesquisa tenha apontado para uma aceitação acerca dos arranjos familiares, ainda constatou que há muito preconceito com relação à homoparentalidade.

Outro ponto que merece destaque é que os relacionamentos homoafetivos vêm se afirmando cada vez mais na sociedade, mesmo que o preconceito ainda recaia sobre os filhos de uma relação homoparental.

Vale ressaltar que este tema causou muita estranheza entre as pesquisadas, pois algumas professoras demonstraram dúvidas relacionado as suas crenças religiosas e a legislação em torno da homoparentalidade, pois logo no início da aplicação dos questionários, uma das respondentes questionou se as respostas seriam em âmbito pessoal ou profissional. Assim, muita polêmica cerca esse assunto, na tentativa de se encontrar um porquê, uma razão, um sentido para a homoafetividade, o que por si só configura-se em preconceito, na medida em que ela foi tida como uma doença, um desvio de comportamento, problemas genéticos.

Entendemos que diante de tanta polêmica optou-se hoje por falar de orientação sexual, uma escolha feita pelo indivíduo de se relacionar com uma pessoa do mesmo sexo.

Compreendemos que esta é uma escolha de vida como qualquer outra, não havendo motivos justificáveis para que os relacionamentos homoafetivos não tenham seus direitos reconhecidos como os são aqueles oriundos das relações heteroafetivas. Entretanto, sabemos que essa aceitação em parte da sociedade gera consequências que são saudáveis para as crianças desse tipo de família. Também sabemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que todos os direitos inerentes à pessoa humana, especificamente, o direito de ter uma família. O abandono de crianças também não é algo novo e acontece, entre tantos outros fatores, pela falta de condições econômicas dos pais, aliás, das mães, pois, geralmente, ao fim da gravidez, já não contam com o parceiro e, infelizmente, muitas vezes também, se veem sem o apoio da família.

Nesse sentido, encontramos um paradoxo entre o que diz o referido estatuto e como a sociedade ainda concebe esse direito para as crianças.

Enquanto isso, sob o preconceito que permanece vigorando na sociedade atual, ainda que venha acontecendo, aos poucos, o reconhecimento jurídico de uniões homoafetivas nas mais diversas demandas judiciais, esses casais esperam ver seus filhos serem aceitos pela e reconhecimento como parte integrante da entidade família. Entendemos que o problema se

encontra justamente na dificuldade de se reconhecer que existe uma família nessas estruturas que se formam e que, como qualquer família, em certo momento, passa a ansiar por filhos.

As dúvidas e os medos quanto à constituição de uma família composta por esses dois pais ou duas mães e uma criança configura-se num absurdo preconceito. Diante disso, entendemos há necessidade de mais estudos acerca desse tema a fim de que a discussão saia do senso comum e ganhe força na academia gerando dessa forma uma reflexão baseada em evidência e argumentos que justifica o fato de que os filhos de pais homoafetivos poderão criar seus filhos e dar-lhes uma educação preparando-os para a vida. Ou seja, desconstruindo o preconceito de que as crianças adotadas por homoafetivos são vítimas potenciais de abusos sexuais e pedofilia não há.

As dificuldades encontradas na realização dessa pesquisa, baseiam-se principalmente pelas limitações na escassez de tempo para a aplicação dos questionários, a qual poderia ter sido realizada com mais proximidade e de maneira individual, tornando possível uma análise mais aprofundada sobre o perfil de cada respondente. Além disso, a composição extensa do questionário, tornaram as análises mais complexas relacionado aos resultados e os objetivos propostos nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, N; Amlie, C; Ytteroy, EA. Outcomes for children with lesbian or gay parents. A review of studies from 1978 to 2000. *Scandinavian Journal of Psychology*. 2002; 43: 335-351.
- ARIEL, J; McPherson, DW. Therapy with lesbian and gay parents and their children. *Journal of Marital and family Therapy*. 2000; 26 (4): 421-432.
- AVERETT, P., NALAVANY, B., & RYAN, S. An evaluation of gay/lesbian and heterosexual adoption. *Adoption Quarterly*, 12(3-4), 129-151, 2009.
- BADINTER, Elisabeth (1991). Existe el instinto maternal?. Editorial Palidós. Barcelona p. 17
- BAPTISTA, Silvio Neves. Manual de direito de família. 2ª ed. Recife: Bagaço, 2010.
- BEAUVOIR, Simone (1970). O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Ed. Difusão Europeia do Livro, Paris. p. 308.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. (1994). Investigação qualitativa em educação. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BORTOLINI, A. (2008). Diversidade Sexual na Escola. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ.
- BOURDIEU, Pierre (1998). A dominação masculina. 2 ed. Tradução de Maria H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 mai. 2017.
- _____. Código Civil. Artigo 1.723. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 04 mai. 2017.
- _____. Constituição Federal. § 3º do art. 236. RESOLUÇÃO Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf> Acesso em: 04 mai. 2017.
- _____. Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2240&busca=1&t=censo-2010-unioes-consensuais-ja-representam-mais-13-casamentos-sao-frequentes-classes>>. Acesso em: 20 mai. 2017.
- _____. Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística. FAMILIAS <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv58987.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- _____. Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística. HOMENS E MULHERES <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [Lei de Diretrizes e Bases Nacional (1996)], que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 6. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em:
<<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>> <Acesso em: 15 de Setembro de 2017>.

_____. Lei nº 12.647, de 16 de maio de 2012. Institui o Dia Nacional da Valorização da Família. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12647.htm>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/>. Acesso em: 23 set. 2017.

BUTLER, Judith (2002). Cuerpos que importam: Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”.

BUTLER, Judith (2003). Problemas de Gênero; Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. (2010). Problemas de Gênero: Problemas de Gênero; Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira. p.25.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: _____. (Org.). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/res em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, p.13-183, 2009.

CARVALHO, M.E.P de.(2006). Modos de educação, gênero e relações escola-família. [S.l.:s.n.], 2006. Disponível em:<<https://www.webartigos.com/artigos/a-escola-e-a-familia-duas-pedagogias-na-formacao-dos-sujeitos-sociais/10043#ixzz576hAKyqU>>. Acesso em: 2 agosto de 2017.

CECÍLIO, M. S., SCORSOLINI-COMIN, F., & SANTOS, M. A. (2013). Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia (Natal)*,18(3),507-516.
doi:10.1590/S1413-294X2013000300011

CLARKE, V; KITZINGER, C; POTTER, J. (2004). ‘Kids are just cruel anyway’: lesbian and gay parent’s talk about homophobic bullying. *British Journal of Social Psychology*. 2004; 43: 531-550

CHAFETZ, J. S. (org.), *Handbook of the Sociology of Gender*, New York: Springer, 2006

DE SINGLY, François (2000). *Libres ensemble: l’individualisme dans la vie commune*.Paris: Nathan.

BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAOUI, Mohamed e LÉCUYER, BERNARD-PIERRE (1990) (Dir.) *Dicionário da Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

FAUSTO-STERLING, Anne (2001). Dualismos em duelo. *Cad. Pagu*. (17-18). Campinas: Nucleo de Estudos de Gênero. Unicamp.

FAUSTO-STERLING, Anne (2006). *Cuerpos Sexuados*. Traducción: Ambrosio Gareía Leal. Barcelona: Editorial Melusina, S.L.

FERREIRA, R.C.; SIQUEIRA, M.V.S. (2007). O gay no ambiente de trabalho: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. In: ENANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. Trabalhos apresentados. Rio de Janeiro.

FOUCAULT, M. (1996). Entrevista com Michel Foucault, por Sérgio P. Rouanet e J. G. Merquior. In: FOUCAULT, M. et al. O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

GARCIA, José Manuel Prellezo, (2009). Dicionário de ciências de la educación. Universidad Pontificia Salesiana. Facultad de Ciencias de la Educación. Editorial CCS. Madrid.

GIDDENS, Antony (2008). Sociologia. 6ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

GOLDANI, Ana Maria. (1994). Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas. Cad. Pesquisa São Paulo. p.8.

GOLDBERG, A. E., & SMITH, J. Z. Perceived parenting skill across the transition to adoptive parenthood among lesbian, gay, and heterosexual couples. *Journal of Family Psychology*, 23(6), 861-870, 2009.

GOLOMBOK, Susan. (2002). Adoption by lesbian couples. *British Medical Journal*, 324(7351), 1407-1408.

GOLDBERG, A. E., & SMITH, J. Z. (2009). Perceived parenting skill across the transition to adoptive parenthood among lesbian, gay, and heterosexual couples. *Journal of Family Psychology*, 23(6), 861-870.

GOMES, Nilma Lino. “Educação e Diversidade Étnicocultural” In: RAMOS, ADÃO, BARROS (2003). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC.

GREENFELD, Dorothy A (2005). Reproduction in same sex couples: quality of parenting and child development. *Current Opinion in Obstetrics and Gynecology*. 2005; 17: 309-312.

GROSSI, Miriam (2003). Gênero e Parentesco: Família Gays e Lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu* (21) pp. 261-280. Santa Catarina.

HENRIQUES, R. et al. (2007). Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. *Cadernos SECAD*, n. 4, Brasília.

HEREK, G.M. (2006). Legal recognition of same-sex relationships in the United States: A social science perspective. *American Psychologist*, 61, 607–621.

HOLMES. M. (2007). What is Gender? Sociological Approaches. London: SAGE Publications.

ADOÇÃO HOMOPARENTAL. WIKIPEDIA. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ado%C3%A7%C3%A3o_homoparental>. Acesso em: 03 jan. 2017.

PORTUGAL. (2017) ILGA: Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo
<http://ilga-lac.org/pt/ilga-brasil>> Acesso: 20 outubro 2017.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. – São Paulo : SME / DOT, 2016. 72p. : il.

- JULIEN, Danielle; DUBÉ, Monique & GAGNON, Isabelle. (1994). Le développement des enfants de parents homossexuels compare à celui des enfants des parents hétérossexuels. *Revue Québécoise de Psychologie*, 15 (3), 145-156.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- LÊ BRETON, David (2007). *A sociologia do corpo*. 2. Ed. Tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- LEMOS, Flávia Cristina Silveira. (2009). "O Estatuto da Criança e do Adolescente em discursos autoritários". *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, abr. 2009.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1983). *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michelle. (2016). Diferentes não desiguais: Uma questão de gênero na escola. São Paulo: Ed. Reviravolta. p. 55.
- LOURO, Guacira Lopes. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 7-179.
- LOURO, Guacira Lopes (2001). *Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação*. Estudos feministas (pp.542-553).
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIRANDA, T. L. e SCHIMANSKI, E. *Relações de gênero: algumas considerações conceituais*. In FERREIRA, AJ., org. *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, p. 67-91.
- PASSOS, Maria Consuelo. (2005). *Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família* *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, VOL.17, N.2, P.31 – 40. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a03.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- PATTERSON, Charlotte (1992). Children of lesbian and gay parents. *Child Development*. 63: 1025-1042
- PATTERSON, Charlotte. (2004). *Résultats des recherches concernat l'homoparentalité*. Virginie: Université de Virginie. Disponível em: <http://homoparentalite.free.fr/etudes/patterson.rtf>.
- PORTUGAL. Assembleia da Republica Portuguesa. Lei N.º 9/XI de 31 de Maio. *Diário da República*. 1ª Série A - N.º 105 | 31 de Maio de 2010. Página 1853.
- PORTUGAL. Diário de Notícias. Disponível em: <<http://www.dn.pt/portugal/interior/a-partir-de-hoje-casais-do-mesmo-sexo-ja-podem-adoptar-5053139.html>> Acesso em: 05 mai. 2017.
- _____. Lei 9/2010 de 31 de Maio de 2010. *Diário da República Eletrónico*. Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/275135/lei-9-2010-de-31-de-maio>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.
- BRASIL (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).....*

PEREIRA, H., & LEAL, I. (2002). A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais. *Análise Psicológica*, 20 (1), 107-113.

PEREIRA, M. E. et al (2007). Gênero e diversidade na escola: Formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC.1 CD ROM.

PEREIRA, M. (2008). A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga.

PINHEIRO, J. L. A; GOIS, J. B. H. (2012). Amplitude da gestão da (s) diversidades (s) - implicações organizacionais e sociais. *Revista de Carreiras e Pessoas*. São Paulo. V.03; n.02 Mai/ Jun/ Jul/ Ago 2012d.

PORTUGAL, Lei N° 9/2010 de 31 de maio de 2010,

PORTUGAL. Assembleia da Republica Portuguesa. Lei N.º 9/XI de 31 de Maio. *Diário da República*. 1ª Série A - N° 105 | 31 de Maio de 2010. Página 1853.

PORTUGAL. Diário de Notícias. Disponível em: <<http://www.dn.pt/portugal/interior/a-partir-de-hoje-casais-do-mesmo-sexo-ja-podem-adotar-5053139.html>> Acesso em: 05 mai 2017.

PORTUGAL. Lei 9/2010 de 31 de Maio de 2010. *Diário da República Eletrónico*. Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em:<<https://dre.tretas.org/dre/275135/lei-9-2010-de-31-de-maio>> <Acesso em: 10 de junho de 2017>.

RAGINS, B. R., & CORNWELL, J. M. (2001). Pink triangles: Antecedents and consequences of perceived workplace discrimination against gay and lesbian employees. *Journal of Applied Psychology*, 86(6), 1244-1261.

SÃO PAULO. (2017). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO: Prefeitura Projeto Político Pedagógico, 2017, p.6.

RISKIND, R. G., & PATTERSON, C. Parenting intentions and desires among childless lesbian, gay, and heterosexual individuals. *Journal of Family Psychology*, 24(1), 78-81, 2010.

ROESCH, S. M. A. (2001). Nota técnica: pesquisa-ação no estudo das organizações. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, v.2

ROSEMBERG, Fúlvia; FREITAS, Rosângela R. (2001). "Will greater participation of brazilian children in education reduce their participation in the labor force?" *International Journal of Education Policy*, Research and Practice, Autumn.

ROUDINESCO, Elisabeth. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SALIH, Sara. (2012). *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

SANTOS, Boaventura de Souza. (1997). *Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Y. G. S., SCORSOLINI-COMIN, F. & SANTOS, M. A. (2013). Homoparentalidade Masculina: Revisando a Produção Científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 572-582.

- SCHOUTEN, M. J. (2011). Uma Sociologia do Gênero. Ribeirão: Edições Humus.
- SCHUMM, WR. Re-evaluation of the “no differences’ hypothesis concerning gay and lesbian parenting as assessed in eight early (1979-1986) and four later (1997-1998) dissertations. *Psychological Reports*. 2008; 105: 275-304
- SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.
- SEARS, DD, et al. (1994) An implanted recombination hot spot stimulates recombination and enhances sister chromatid cohesion of heterologous YACs during yeast meiosis. *Genetics* 138(4):1055-65.
- SELLTIZ, Claire et al. (1974). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 3ª ed. São Paulo: E.P.U.
- SILVA, Ana Célia da. (2001). Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. Salvador. EDUFBA.
- TASKER, F. (2005). Lesbian mothers, gay fathers, and their children: A review. *Developmental and Behavioral Pediatrics*, 26(3), 224-240.
- STACEY, Judith & BIBLARZ, Timothy J. (2001). (How) Does the Sexual Orientation of Parents Matter? *American Sociological Review*, Vol. 66, No. 2 (Apr., 2001), pp. 159-183.
- TORRES, Anália (2001). *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora
- TORRES, L. L. & PALHARES, J. A. (Orgs.) (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais da educação*. Húmus: Vila Nova de Famalicão.
- VALADARES, Katia Krepsky. (2002). Sexualidade: professor que cala... nem sempre consente. Dissertação de Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- VIANNA, Cláudia (2012). Introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação: exame de sua concretização em algumas escolas públicas do estado de São Paulo. São Paulo: Projeto Produtividade em Pesquisa (CNPq/PQ), 2010-2012.
- WHARTON, A. S. *The Sociology of Gender: An Introduction to Theory and Research*, Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2009.
- WIKIPEDIA. ADOÇÃO HOMOPARENTAL. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ado%C3%A7%C3%A3o_homoparental> Acesso em: 03 jan 2017.
- ZAMBRANO, Elisabeth. (2006). O Direito à Homoparentalidade - Cartinha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre, Instituto de Acesso à Justiça.
- ZAMBRANO, Elisabeth. (2008). Nós também somos família. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre.

APÊNDICES

Caro (a) participante:

Este questionário insere-se numa pesquisa que estou a realizar no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas, no Instituto de Educação da Universidade do Minho, sob a orientação do Prof. Doutor Fernando Ilídio Ferreira. O objetivo principal desse estudo é conhecer as perspectivas dos (as) professores (as) sobre as relações de gênero na Educação Infantil e, mais especificamente, sobre a questão da homoparentalidade. Os dados recolhidos serão utilizados apenas na elaboração da Dissertação de Mestrado, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade. Desde já agradeço a colaboração.

São Paulo, 16 de agosto de 2017

Gislene Lima dos Santos

QUESTIONÁRIO

INSTRUÇÕES: Faça um (X) e indique seu grau de concordância/discordância nas afirmações que se seguem. Escolha o número da escala que melhor expressa a sua opinião. Por exemplo, se assinalar 1 estará discordando totalmente da afirmação, se assinalar 5, estará concordando totalmente com a afirmação.	Discordo totalmente	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo totalmente
1) A relação entre a família e a escola é um pilar importante da educação das crianças.	1	2	3	4	5
2) Na escola, é importante abordar questões de gênero com as crianças, incluindo as que se referem à sexualidade.	1	2	3	4	5
3) Um casal homoparental que vive com uma ou mais crianças não é uma família.	1	2	3	4	5
4) Se duas pessoas se amam, independentemente do sexo, podem casar, constituir família e adotar uma ou mais crianças.	1	2	3	4	5
5) Todos os arranjos familiares, sejam eles heteroparentais (família tradicional), monoparentais e homoparentais são legítimos na nossa sociedade.	1	2	3	4	5
6) A pessoa tem o direito de escolher o sexo do (a) parceiro(a) com quem deseja casar.	1	2	3	4	5
7) Todas as famílias dos meus alunos participam das atividades desenvolvidas na escola, quando lhes é solicitado.	1	2	3	4	5

8) Todos os arranjos familiares (heteroparentais, monoparentais e homoparentais) têm os mesmos direitos na nossa sociedade.	1	2	3	4	5
9) As crianças educadas em uma família homoparental poderão sofrer discriminação na escola.	1	2	3	4	5
10) As crianças educadas em uma família homoparental serão adultos socialmente adaptados.	1	2	3	4	5
11) Um menino adotado por lésbicas se tornará gay pela falta de um referencial masculino em casa.	1	2	3	4	5
12) Uma menina criada por lésbicas terá dificuldades em se relacionar com homens, no futuro.	1	2	3	4	5
13) Uma criança criada por gays terá problemas de desenvolvimento da personalidade por falta da figura materna.	1	2	3	4	5
14) Se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas psicologicamente, a criança se desenvolverá normalmente.	1	2	3	4	5
15) Um menino criado por um casal de gays terá dificuldades em se relacionar com mulheres, no futuro.	1	2	3	4	5
16) De um modo geral, os gays e os heterossexuais são tratados igualmente na nossa sociedade.	1	2	3	4	5
17) A discriminação contra gays e lésbicas não é mais um problema no Brasil.	1	2	3	4	5
18) A sociedade alcançou o ponto em que homossexuais e heterossexuais possuem oportunidades iguais.	1	2	3	4	5
19) As famílias homoparentais têm condições idênticas a qualquer outro tipo de família, para oferecer lares dignos aos seus filhos.	1	2	3	4	5
20) Muitas lésbicas e gays ainda perdem o emprego e promoções devido à sua orientação sexual.	1	2	3	4	5
21) A escola deve defender e promover os Direitos da Criança, incluindo o direito à não discriminação.	1	2	3	4	5
22) Como professor(a), abordo com os meus alunos questões relacionadas com a diversidade social e cultural.	1	2	3	4	5
23) Como professor (a) abordo com os meus alunos as relações de gênero, incentivando o diálogo sobre o preconceito e a discriminação.	1	2	3	4	5
24) O material pedagógico oferecido pela SME (Secretaria Municipal de Educação) é suficiente para abordar as relações de gênero nas atividades desenvolvidas com os alunos.	1	2	3	4	5
25) Em relação as datas comemorativas, a escola deve comemorar apenas o "Dia da Família", extinguindo as tradicionais comemorações do dia da mãe, dia do pai, do avô/ avó.	1	2	3	4	5

26) Nas reuniões pedagógicas abordamos as questões de gênero e o modo como as integrar nas atividades com as crianças.	1	2	3	4	5
27) Tenho orientações e apoio da coordenação e direção da escola, quando necessito sanar dúvidas e resolver situações que envolvam as relações de gênero.	1	2	3	4	5
28) A direção e coordenação estão embasadas sobre a temática da diversidade e identidade de gênero.	1	2	3	4	5
29) Sempre que possível, proponho atividades a serem trabalhadas em sala de aula, relacionadas ao gênero.	1	2	3	4	5
30) Os principais documentos oficiais como: a LDBN, a BNCC e as DCINEI, são introduzidos em nossas reuniões pedagógicas, sempre que necessário.	1	2	3	4	5
31) Os Indicadores de Qualidade da Prefeitura de São Paulo são suficientes para esclarecer situações vividas com a família homoparental no ambiente escolar.	1	2	3	4	5
32) Tenho interesse em aprender mais sobre as relações de gênero e quero incluí-la em projetos com a participação das famílias das crianças.	1	2	3	4	5
33) Não tenho interesse sobre as questões de gênero e não desejo incluí-la em meus projetos pedagógicos.	1	2	3	4	5

34) Lida ou já lidou com crianças de famílias homoparentais, na sua escola? Se respondeu afirmativamente, fale-nos da sua experiência.

35) Na sua opinião, quais são os principais desafios e dificuldades encontrados no ambiente escolar, no que se refere às crianças que pertencem a família homoparental?

36) Em seu ponto de vista, quais seriam as soluções para minimizar e/ou resolver situações de discriminação com famílias homoparentais?

37) Ainda relacionado aos problemas atrelados à família homoparental, você já colocou essas ações pedagógicas em prática? Descreva de que forma isso ocorreu?

Obrigada pela sua colaboração!